



**UNICAMP**

**FERNANDA SUCUPIRA GOMES**

**Dupla presença feminina: efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o  
tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda**

**Campinas**

**2015**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FERNANDA SUCUPIRA GOMES**

**Dupla presença feminina: efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o  
tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lygia Quartim de Moraes**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

**Campinas**

**2015**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G585d Gomes, Fernanda Sucupira, 1981-  
Dupla presença feminina : efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda / Fernanda Sucupira Gomes. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Divisão do trabalho por sexo. 2. Tempo. 3. Cotidiano. 4. Relações de gênero. 5. Trabalho doméstico. I. Moraes, Maria Lygia Quartim de, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Feminine dual presence : consequences of the sexual division of labor on the daily time of low-income urban women

**Palavras-chave em inglês:**

Sexual division of labor

Time

Daily

Gender relations

Domestic labor

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Maria Lygia Quartim de Moraes [Orientador]

Ângela Maria Carneiro Araújo

Claudia Maria França Mazzei Nogueira

**Data de defesa:** 06-03-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 06 de março de 2015, considerou a candidata FERNANDA SUCUPIRA GOMES aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes

Handwritten signature of Maria Lygia Quartim de Moraes in black ink.

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

Handwritten signature of Angela Maria Carneiro Araújo in blue ink.

Profa. Dra. Claudia Maria França Mazzei  
Nogueira

Handwritten signature of Claudia Maria França Mazzei Nogueira in black ink.



## **Resumo**

Este estudo investiga as consequências da articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar sobre os usos do tempo das mulheres urbanas de baixa renda. A partir de uma pesquisa de campo com trabalhadoras que vivem com seus companheiros e filhos na comunidade de Paraisópolis, foram analisadas as repercussões da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana e na trajetória profissional dessas mulheres. Identificaram-se também as estratégias de resistência que elas desenvolveram para lidar com a dupla presença. Os depoimentos mostram que o dia a dia delas está tomado por essa dupla carga de trabalho, sobrando pouco espaço para outras temporalidades sociais. Observaram-se intensos conflitos entre homens e mulheres nos domicílios estudados, relacionados à distribuição das tarefas domésticas e de cuidados, uma novidade em relação às pesquisas de décadas anteriores. Nota-se um crescimento da tensão em torno dessas questões, gerando constantes discussões, o que pode sinalizar a existência de uma mudança em curso.

**Palavras-chave:** Usos do tempo; Divisão sexual do trabalho; Relações sociais de sexo; Trabalho doméstico; Dupla jornada; Vida cotidiana.



## **Abstract**

This study investigates the effects on the time use of low-income urban women caused by the combination of paid work and domestic and care labor. A field research was conducted with female workers who live with their partners and children in the Paraisópolis community, in order to analyze the consequences of the sexual division of labor in their everyday life and professional career. It also identifies the resistance strategies they have developed to deal with the dual presence. The research reveals that their daily lives are covered by this double burden that leaves little room for other social temporalities. Intense conflicts between men and women were also verified in the households, related to the distribution of housework and care, a novelty compared to the researches from previous decades. The tension around these issues is increasing, generating constant discussions between the partners, which could mean that there is an ongoing change.

**Keywords:** Time use; Sexual division of labor; Social relations of sex; Domestic labor; Double burden; Everyday life.



# Sumário

<b>Introdução</b>	1
I) Justificativa metodológica	6
II) Comunidade de Paraisópolis	10
III) Pesquisa de campo	14
IV) Perfil das entrevistadas	19
<b>Capítulo 1: Divisão sexual do trabalho</b>	21
1.1. Relações sociais de sexo, gênero e divisão sexual do trabalho	21
1.2. Trabalho doméstico e de cuidados	27
1.3. Tendências recentes da divisão sexual do trabalho	30
<b>Capítulo 2: Tempo, trabalho e relações sociais de sexo</b>	35
2.1. O tempo como construção social	35
2.2. O tempo dominante nas sociedades industrializadas	36
2.3. A centralidade do tempo nas relações de poder	39
2.4. O tempo como elemento fundamental nas relações de trabalho	42
2.5. Desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo	44
<b>Capítulo 3: Pesquisas de usos do tempo</b>	51
3.1. Origens e finalidades	51
3.2. Pesquisas de usos do tempo no Brasil	55
3.3. Usos do tempo entre mulheres e homens brasileiros	59

<b>Capítulo 4: Divisão sexual do trabalho e usos do tempo das mulheres de Paraisópolis</b>	69
4.1. Usos do tempo na articulação entre a esfera profissional e a familiar	69
4.2. “Ajuda” masculina marginal, mas relevante	75
4.3. Desemprego masculino como alívio temporário	87
4.4. Consequências negativas sobre o trabalho remunerado feminino	91
4.5. Cuidado das crianças e redes femininas de solidariedade	109
4.6. Falta de vagas nas creches e o peso do cuidado remunerado	116
<b>Capítulo 5: Conflitos, tensões e estratégias de resistência</b>	123
5.1. Cotidiano de discussões e cobranças	123
5.2. Sobrecarga de trabalho	132
5.3. Ausência de autonomia feminina nos usos do tempo	138
5.4. Falta de tempo para outras atividades	143
5.5. Estratégias para aliviar a dupla carga de trabalho	151
5.6. Soluções apontadas	158
5.7. Entre o discurso igualitário e o de aceitação da divisão sexual do trabalho	164
<b>Considerações finais</b>	173
<b>Referências bibliográficas</b>	181
<b>Anexos</b>	193
Anexo I - Roteiro para as entrevistas	193
Anexo II - Diário de usos do tempo	197
Anexo III – Tabela 1. Perfil das entrevistadas	201

*Ao Julites,  
essa pessoa de grandeza infinita,  
com quem compartilho  
os tempos mais prazerosos,  
os planos mais sorridentes,  
e os ideais mais libertários e igualitários.*



## Agradecimentos

À professora Maria Lygia Quartim de Moraes, por ter me apoiado em todas as decisões que tomei ao longo deste percurso, sempre confiando na minha capacidade de conceber uma boa dissertação. Também pela amplitude de comentários sobre este estudo, que foram desde a crítica ácida até o elogio lisonjeiro, passando pelo elogio ácido e pela crítica lisonjeira.

Ao meu pai e à minha mãe, que me ensinaram a ir contra todas as desigualdades e injustiças deste mundo. Também por me mostrarem, pelo exemplo concreto, que devemos sempre celebrar a vida com bastante alegria e manter as pessoas queridas bem pertinho.

Às minhas irmãs, Caru, Mari e Luana, pelo companheirismo, pelo aconchego nos momentos chorosos e pelas baladas reanimadoras.

Às professoras Cristina Carrasco, Teresa Torns e Pilar Carrasquer, da Universidad Autónoma de Barcelona, por me apresentarem com tanto entusiasmo ao instigante mundo dos usos do tempo como forma de analisar as desigualdades de gênero.

À professora Helena Hirata, por tantas coisas que nem sei dizer. Por sua imensa generosidade, por suas leituras e contribuições certeiras, pelo carinho, pelo exemplo como pessoa e como teórica feminista.

À professora Gilda Gouvêa, pelas preciosas orientações metodológicas e pelo incentivo à minha pesquisa de campo.

Ao Vagner, por toda a força que me deu neste mestrado, tanto na intermediação com a União dos Moradores de Paraisópolis quanto na busca de possíveis entrevistadas. Também por ser essa pessoa tão inspiradora e querida.

Ao Luiz Gui e à Cris pela generosidade e disposição em me ajudar a encontrar as participantes deste estudo. E por fazerem parte desta segunda família com que fui apresentada.

Aos amigos da Unicamp que me acompanharam nesta jornada. Em especial à Taís e à Maíra, pelas trocas constantes, pelo ombro sempre a postos, pela solidariedade, pela convivência prazenteira em outras terras. À Júlia, pelas risadas e maluquices cotidianas. À

Bia, pelas caronas para a Unicamp em que sempre nos perdíamos pelo caminho, de tão envolvidas em nossas confidências.

À Chari, minha amiga catalã, pelas conversas iluminadoras e por contribuir de muitas maneiras para a feminista em que me tornei.

Ao Léo Sakamoto, irmão que a vida me deu, pelo conjunto da obra. Em absolutamente todas as oportunidades que aparecerem, ele merecerá um agradecimento, e sempre será pouco.

A todos os meus queridos amigos pelo papel indispensável que eles têm na minha vida. Sem a múltipla presença de vocês no meu dia a dia, nunca teria terminado esta dissertação. Agradeço, em particular, a Lia, Edu, Gazi e Carioca, pelas infinitas discussões do meu tema nas mesas de bar nos últimos anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por contribuir financeiramente para que este mestrado fosse possível.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação da sociologia da Unicamp, Christina e Daniel, pela competência, paciência e bom humor.

À União de Moradores e à Associação de Mulheres de Paraisópolis, em especial à Juliana Gonçalves, pelo apoio entusiasmado a este estudo.

E, principalmente, às mulheres de Paraisópolis entrevistadas para esta pesquisa, por toparem de tão bom grado compartilhar comigo um pouco de suas vidas cotidianas, encontrando um tempo para isso em rotinas extremamente corridas e estressantes. Agradeço profundamente a essas mulheres encantadoras, que habitam constantemente meus pensamentos, e com quem aprendi tanto.

## Introdução

Nas últimas décadas, o tempo como categoria analítica tem se mostrado um elemento expressivo para revelar as desigualdades entre homens e mulheres na vida cotidiana. Ao estudar os usos do tempo, percebe-se claramente a importância das atividades domésticas e de cuidados no dia a dia delas, em particular das mães de baixa renda. No entanto, embora o trabalho doméstico e familiar atribuído às mulheres, e sua interface com o trabalho remunerado, seja considerado por teóricas e movimentos feministas um elemento fundamental para compreender as disparidades vivenciadas em diversos âmbitos, esse ainda é um tema pouco pesquisado na academia e de reduzido prestígio nas Ciências Sociais. Nesse sentido, com o presente estudo, buscou-se explorar questões muitas vezes consideradas de menor relevância, mas cruciais no dia a dia de grande parte das mulheres.

Ao longo do século XX, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho cresceu progressivamente no Brasil, assim como em outros países ocidentais semi-industrializados e industrializados, processo bastante intensificado a partir da década de 1960. Em um primeiro momento, muitas mulheres o fizeram de forma provisória, enquanto não se casavam ou tinham filhos, e pouco a pouco uma grande parte passou a seguir sua trajetória laboral de maneira mais contínua ao longo da vida, articulando-a com suas “obrigações familiares”.

Enquanto em 1970 somente 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, em 2009 essa taxa já chegava a 53%, em um ritmo acelerado de crescimento<sup>1</sup> (Bruschini et al, 2011). Ainda assim, ela permanecia distante da masculina, de 72% no mesmo ano. Se antes a atividade feminina remunerada diminuía muito a partir dos 25 anos, como resultado do casamento e da maternidade, em 2009 o percentual de mulheres de 30 a 39 anos em atividade alcançou quase 75%. Alterou-se então o perfil predominante das trabalhadoras brasileiras: de jovens, solteiras e sem filhos até o final dos anos 1970, a uma maioria de

---

<sup>1</sup> É importante lembrar que parte desse aumento se deve à ampliação do conceito de trabalho adotado pelo IBGE a partir de 1992, quando passou a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e o trabalho doméstico remunerado, entre outras que até então não eram consideradas trabalho (Bruschini, 2000).

mulheres mais velhas, casadas e mães, com permanência cada vez mais longa no mercado de trabalho (Bruschini, 2007).

O incremento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nas últimas quatro décadas foi fruto de uma série de transformações demográficas, culturais e sociais que ocorreram no país, entre elas a queda da taxa de fecundidade, a expansão da escolaridade feminina e o aumento do número de mulheres como pessoa de referência nas famílias.

Em pouco tempo, portanto, fez-se uma verdadeira revolução, impulsionada pelo movimento feminista, em que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais os espaços públicos – laborais, políticos, culturais, sindicais. No entanto, de maneira geral, os homens não fizeram o movimento equivalente em direção ao espaço privado, mantendo quase intacto seu papel na esfera reprodutiva, isto é, sem assumir sua cota correspondente de trabalho doméstico e de cuidados. Os poderes públicos no Brasil tampouco desenvolveram políticas específicas suficientes para enfrentar essa nova realidade – como a oferta de creches, licenças paternidade mais longas, redução global da jornada de trabalho – e, em geral, as empresas praticamente ignoraram essas mudanças. Assim, seus custos recaíram em grande medida sobre as mulheres, e atualmente ainda se caminha a passos curtos em direção a uma efetiva corresponsabilidade em relação ao trabalho de reprodução social.

Esse contexto resulta em uma distribuição bastante desigual do tempo entre homens e mulheres na vida cotidiana. Eles continuam se dedicando ao trabalho produtivo de maneira quase integral, enquanto elas se esforçam para articulá-lo com o trabalho reprodutivo, com todas as tarefas de antecipação, organização concreta e de coordenação entre diferentes tempos e lugares.

Ainda que haja grandes diferenças na maneira de viver essas desigualdades, sem dúvida são as mulheres pobres as que mais sofrem com elas, pois suportam a maior carga total de trabalho, estão nos empregos mais precários, padecem dos piores inconvenientes de tal situação de subordinação, vivem em locais de reduzido acesso a equipamentos e serviços públicos, e têm poucos recursos financeiros para externalizar parte das obrigações domésticas e familiares.

Essa dupla jornada de trabalho a que as mulheres estão submetidas vem sendo denunciada pelos movimentos feministas brasileiros e suas teóricas desde a década de

1970, como um fator chave para as desigualdades de gênero. Trata-se de uma importante barreira para o desenvolvimento profissional feminino, um elemento que gera sobrecarga na vida de muitas mulheres.

Tal fenômeno foi denominado pela socióloga italiana Laura Balbo, ainda no final da década de 1970, como “dupla presença” (*doppia presenza*), conceito teórico mobilizado no presente estudo. O termo busca evidenciar a realidade de uma dupla carga de trabalho, de intensidade redobrada, vivida sincronicamente em um mesmo espaço e tempo – uma especificidade que, de acordo com a autora, caracteriza a sociedade capitalista tardia (Balbo, 1994). Em outras palavras, trata-se da articulação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico e familiar que a maior parte das mulheres, malabaristas de diferentes tempos, vê-se obrigada a realizar em seu dia a dia.

Pode-se dizer que a dupla presença é uma das consequências da atual divisão sexual do trabalho, outra categoria analítica fundamental na presente investigação, em especial na linha teórica desenvolvida pelas sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata. Divisão que se manifesta como separação e hierarquização entre trabalhos masculinos e femininos, tanto em âmbito doméstico quanto profissional, o que influencia duplamente a inserção das mulheres no mercado, quer nos efeitos da sobrecarga de trabalho reprodutivo, quer no estabelecimento de um padrão diferenciado para a ocupação feminina.

O modelo familiar que passou a ser predominante culturalmente a partir do início do processo de industrialização dos países ocidentais pressupõe dois papéis supostamente complementares: o do homem provedor e o da mulher dona de casa. Essa divisão sexual do trabalho, baseada na subordinação das mulheres e em uma ideologia naturalista, é imposta a partir de uma cisão artificial entre o trabalho produtivo, realizado fora de casa, na esfera pública, e o trabalho reprodutivo, mais ligado ao lar, realizado na esfera privada.

Ainda que esse tenha sido o modelo cultural em que se assentaram as sociedades industriais, cabe ressaltar que uma parcela das mulheres pobres sempre teve que trabalhar remuneradamente para completar os ingressos familiares, muitas vezes em condições mais precárias e com salários menores que os de seus homólogos masculinos, por serem vistos como suplementares aos do homem “chefe de família”.

A noção de divisão sexual do trabalho ajuda a compreender os padrões diferenciados de inserção feminina e masculina no mercado. As mulheres ainda estão

menos presentes, apresentam maiores taxas de desemprego, menores jornadas de trabalho remunerado e têm alta rotatividade laboral. Em 2009, no Brasil, enquanto a taxa de desemprego masculina era de 6,5%, a feminina chegava a quase 10% (Araújo, 2012).

Elas sofrem uma segregação horizontal e vertical, por se acharem fortemente concentradas nos serviços e terem escassa representação nos cargos diretivos. Estão mais presentes nas atividades mais mal remuneradas e, em todos os níveis profissionais, mesmo quando ocupam a mesma vaga, costumam receber menores salários em relação a seus homólogos masculinos.

Encontram-se mais representadas nos empregos precários, temporários e na economia informal, em setores que admitem maior flexibilidade no horário e no calendário; mais frequentemente têm formação acima da necessária para os postos de trabalho que ocupam. Em 2009, 29% da força de trabalho feminina se situavam em ocupações precárias, ou seja, eram trabalhadoras domésticas ou realizavam atividades não remuneradas, trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, ao passo que apenas pouco mais de 7% dos homens estavam na mesma situação (Bruschini et al, 2011). No mesmo ano, as mulheres representavam mais de 90% dos trabalhadores domésticos remunerados, categoria que absorvia 17% da força de trabalho feminina.

Essa persistência das desigualdades de gênero em âmbito laboral se explica, em grande medida, pela sobrecarga de trabalho reprodutivo a que as mulheres estão submetidas. As recentes pesquisas brasileiras sobre os usos do tempo mostram, como se verá mais adiante, uma grande desigualdade na distribuição do tempo de trabalho profissional e de trabalho doméstico e familiar entre homens e mulheres. Elas atuam uma menor quantidade de horas de forma remunerada, mas a carga total de trabalho – a soma do tempo de trabalho produtivo e reprodutivo – é maior que a dos homens, devido à longa jornada de afazeres domésticos e de cuidados.

Nesse sentido, o tempo como categoria analítica também é um dos conceitos que permeia esta pesquisa, não como um dado da natureza ou uma realidade objetiva, fora do controle humano, mas como uma construção social e um elemento central das relações de poder, algo que pode e deve ser transformado.

Nos últimos anos, tem sido realizada uma série de pesquisas sobre os usos do tempo no Brasil, para estudar como se organiza a vida cotidiana na nossa sociedade, analisar a

configuração temporal das desigualdades e servir de subsídio para políticas públicas que promovam o bem-estar da população e a igualdade de gênero. No entanto, cada vez mais se constata que essas pesquisas mais gerais, e na maioria das vezes quantitativas, ainda precisam ser complementadas por estudos qualitativos, que se debrucem sobre grupos específicos e examinem as mudanças em curso nas temporalidades cotidianas.

Nesse sentido, tomando o quadro exposto anteriormente como ponto de partida, o presente estudo busca investigar empiricamente os efeitos de tal situação sobre um dos grupos mais afetados por essa sobrecarga, de acordo com as pesquisas de usos do tempo: mulheres urbanas de baixa renda inseridas no mercado de trabalho, que vivem com seus cônjuges e com pelo menos um filho de até 14 anos. O objetivo desta investigação é, portanto, qualificar os estudos de usos do tempo no que se refere a essa parcela da população, para entender as mudanças em curso e as permanências, e analisar a evolução dos comportamentos influenciados pela divisão sexual do trabalho e pela sobrecarga gerada pela dupla presença dentro desse grupo. Por mais que esse seja um âmbito resistente a mudanças, isto é, uma configuração que persiste ao longo das décadas, é imprescindível que continue sendo investigado para compreender suas sutis transformações.

A partir da pesquisa de campo realizada na comunidade de Paraisópolis, em São Paulo, pretende-se identificar as repercussões da divisão sexual do trabalho e das desigualdades nos usos do tempo na vida cotidiana e na trajetória profissional dessas mulheres, como se dividem as tarefas nesses domicílios, quais as tensões e os conflitos envolvidos nesse processo, como se manifestam as relações de poder inerentes às relações sociais de sexo, os espaços de negociação, as brechas existentes que abrem espaços para mudanças nessa dinâmica, as práticas que buscam subverter essa ordem, e as estratégias de resistência.

Busca-se também avaliar as repercussões diretas e indiretas da distribuição desigual do tempo no trabalho remunerado. Observar de que forma as mulheres enfrentam a sobreposição de tempos e espaços de naturezas diferentes, quais as estratégias para lidar com os problemas que resultam desse acúmulo de atividades, ou seja, como elas equacionam na prática essa situação cotidiana, de quais recursos elas lançam mão. E, na contraface dessa questão, de que maneira o próprio trabalho produtivo incide nas tarefas domésticas e nas atividades de cuidado, observando como se opera essa inter-relação.

## I) Justificativa metodológica

O presente estudo se insere no contexto da sociologia da vida cotidiana, uma proposta metodológica de análise da realidade social que começou a ser construída a partir do século XIX. Segundo Heller (1977 e 1989), a vida cotidiana é a vida de todo ser humano, em que cada um já nasce inserido; é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos seres humanos particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social. É heterogênea, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à importância das atividades, e hierárquica, pois se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas socioeconômicas. Inclui a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social.

Nesse sentido, para Lefebvre (1972), a cotidianidade não é apenas um conceito, mas também um fio condutor para conhecer a sociedade. Constitui uma dimensão da vida social construída historicamente e marcada pelas estruturas e relações. É um momento formado por momentos, em que estão presentes a necessidade, o trabalho, o gozo, os produtos e as obras, a passividade e a criatividade, os meios e as finalidades.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de pesquisa que toma como referência da compreensão sociológica o que parece banal, insignificante, repetitivo – e não apenas os grandes temas e processos sociais decisivos na transformação social. Melhor dito, uma metodologia que considera que na vida cotidiana ocorrem processos sociais igualmente decisivos. Como afirma Martins (2008), “o relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta”. E completa:

A questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia. Como, no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano; por aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (Martins, 2008, p.10).

De uma perspectiva feminista, a pesquisa e a reflexão teórica sobre a vida cotidiana são fundamentais, pois podem revelar a conexão entre esferas sociais que costumam ser tratadas como autônomas, como o trabalho remunerado e o doméstico e familiar. Segundo Ávila (2009b), estudos feministas acerca da vida cotidiana são caminhos importantes para aprofundar o conhecimento sobre a organização do tempo social e suas contradições, analisar como se sustenta a reprodução humana e através de que trabalho isso é feito no dia a dia.

A vida cotidiana se configura como um lugar de equilíbrio e repetição, mas é ali também onde nascem e se manifestam conflitos, inconformismos, rupturas, contradições e tensões; onde se travam as lutas sociais e se desenrola a História. Portanto, existe um movimento constante na vida cotidiana, que não é natural nem a-histórica. Nas palavras de Heller:

Na história das sociedades de classe, a vida cotidiana é – em maior ou menor medida – também uma *luta*: luta pela simples sobrevivência, por um lugar melhor no interior da integração dada, por um lugar no seio do conjunto da sociedade, cada um segundo suas necessidades e possibilidades. (Heller, 1977, p. 30).<sup>2</sup>

É no cotidiano da casa, do bairro, da escola, da empresa, das cidades que se materializam os efeitos da dominação, da exploração e da injustiça social (Ávila, 2009a e 2009b). Nele se transformam as relações e as estruturas sociais. A noção de vida cotidiana permite aprofundar a compreensão das dinâmicas entre as esferas pública e privada, e sobre o que significa na prática transitar de uma esfera para a outra. Assim, como fruto de um processo histórico, a vida cotidiana pode ser alterada ou superada pela ação dos sujeitos em conflito com uma determinada forma de sociabilidade imposta pelas desigualdades presentes nas relações sociais.

A vida cotidiana deve ser entendida, portanto, como um “cenário analítico” (Torns, 2001). Segundo a autora, as desigualdades de gênero em âmbito profissional e na realização das tarefas domésticas e familiares evidenciam a necessidade de contemplar um cenário mais amplo do que o mercado de trabalho e a família: a vida cotidiana. Um território

---

<sup>2</sup> Tradução própria.

analítico em que se torna possível delimitar as presenças e ausências femininas e reconhecer a divisão hierárquica que as rege.

De acordo com a análise de Lefebvre (1972), é sobre a vida da mulher que pesa a cotidianidade, em uma apropriação do corpo, do espaço, do tempo, do desejo. Nesse viver em comum que caracteriza a esfera da vida cotidiana, acrescenta Ávila (2009b), há um movimento entre trabalho produtivo e reprodutivo que historicamente é uma prática social das mulheres, vivenciada de forma desigual entre elas.

Nesse sentido, nas últimas décadas, o tempo se converteu em elemento chave para dar maior visibilidade ao trabalho doméstico, principalmente por meio das pesquisas de usos do tempo, sobre as quais falaremos mais detidamente ao longo deste estudo. Essas pesquisas, que vêm ganhando importância desde os anos 1960, oferecem uma contribuição essencial na análise das desigualdades cotidianas entre homens e mulheres ao fornecer dados que nos permitem detalhá-las como antes não era possível. Como elas quase sempre se restringem à dimensão quantitativa dos usos do tempo, seus dados precisam ser completados por informações qualitativas, que mostrem as dimensões subjetivas das temporalidades – e esse é justamente um dos objetivos do presente estudo.

O diário de atividades é o instrumento de coleta de informações mais utilizado nas pesquisas de usos do tempo no mundo todo, inclusive por recomendação da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.<sup>3</sup> Por meio dessa metodologia, busca-se reconstruir um determinado período de tempo da vida da pessoa entrevistada (em geral, um dia), elaborando uma lista de atividades realizadas. Os diários, normalmente divididos em unidades de tempo padronizadas e curtas, revelam a duração de cada uma dessas atividades, o horário em que são feitas, a sequência em que ocorrem. Idealmente, devem também fornecer informações de contexto: o que mais a pessoa está fazendo, onde, e com quem (Aguiar, 2010).

Apesar de ser um método complexo e custoso, é considerado mais adequado do que fazer perguntas diretas sobre a quantidade de tempo alocada para atividades predeterminadas (método aplicado em alguns países da América Latina, como México, Uruguai, Colômbia e Equador). Ainda que o questionário possibilite obter informações sobre atividades pouco frequentes, o diário abrange um leque mais completo de afazeres,

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF\\_93e.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_93e.pdf)

fornece estimativas de tempo mais precisas e capta melhor atividades fragmentadas (Cavalcanti et al, 2010).

Entretanto, o diário de atividades apresenta certas limitações e é alvo de diversas críticas, a partir de uma perspectiva feminista (Sainz, 2005; Legarreta, 2008; Ramos, 2009). Uma das principais se refere à concepção de tempo presente neles: um tempo visto como homogêneo, quantitativo, linear, sequencial, que não é capaz de abarcar as vivências temporais subjetivas da vida cotidiana. Essa metodologia quantitativa não cobre alguns aspectos essenciais para o estudo do trabalho doméstico e de cuidados, como a disponibilidade permanente das mulheres, a circularidade do tempo, seu caráter sincrônico, sua intensidade, o planejamento e a gestão das tarefas, o espaço mental que elas ocupam, a hierarquia entre elas. Também exclui a dimensão subjetiva dos usos do tempo: desejos, percepções, inquietudes, conflitos e tensões gerados por sua organização, imprevistos, dificuldades, formas de resistência, estratégias de adaptação, soluções, e as relações de poder envolvidas.

Por isso, Bandeira e Preturlan (2013) consideram que as pesquisas quantitativas mais universalizantes e amplas devem necessariamente ser complementadas por estudos qualitativos localizados e específicos para diferentes grupos sociais. Nesse caso, Carrasco (2001b) defende a utilização de técnicas como as entrevistas em profundidade para captar os aspectos subjetivos dos usos do tempo, como ocorre na presente investigação. As pesquisas qualitativas em geral permitem abordagens mais complexas e uma compreensão mais profunda de certos fenômenos sociais, enfatizando suas especificidades; as entrevistas, em particular, são um método indispensável para apreender a experiência das outras pessoas e um instrumento que permite elucidar suas condutas, considerando o sentido que elas mesmas conferem a suas ações (Poupart, 2008).

## II) Comunidade de Paraisópolis

De acordo com dados do Censo 2010, mais de 11 milhões de pessoas vivem em favelas no Brasil, o que corresponde a 6% da população do país, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Com mais de 42 mil habitantes, Paraisópolis é considerada a favela mais populosa de São Paulo, estado que concentra 2,7 milhões de pessoas nesses aglomerados, e a oitava do país (IBGE, 2011).

A União dos Moradores de Paraisópolis, no entanto, refuta esses dados. A entidade afirma que vivem na comunidade de 80 a 100 mil habitantes e está contestando formalmente os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alegando que é possível observar no mapa divulgado que uma de suas maiores regiões, conhecida como Brejo, foi excluída da contagem.

Localizada no Morumbi, uma das áreas mais valorizadas da zona sul do município de São Paulo, Paraisópolis abrange mais de 800 mil metros quadrados. A região começou a ser ocupada na década de 1950, com a chegada de imigrantes nordestinos para trabalhar na construção civil, em obras como o estádio do Morumbi e o Hospital Albert Einstein, e o crescimento de sua população acelerou-se nas décadas de 1970 e 1980. A União dos Moradores estima que atualmente mais de 80% dos habitantes de Paraisópolis sejam provenientes de estados do Nordeste do país. Já no final dos anos 1990, houve um novo incremento populacional decorrente da migração de moradores de outras favelas extintas pela prefeitura.

De acordo com levantamento feito pela Secretaria Municipal de Habitação em 2005,<sup>4</sup> a população local era relativamente jovem, predominavam os moradores na faixa etária de 26 a 39 anos (27%). Quase 85% tinham entre zero e 39 anos e menos de 2% eram maiores de 60 anos. O número médio de pessoas por família era de 3,41, sendo que mais de 63% das famílias eram compostas por duas a quatro pessoas. Em relação à pessoa responsável pela família, 58% eram homens e 42% eram mulheres.

---

<sup>4</sup> Dados no site: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/>

Quanto ao trabalho remunerado, 33% da população estavam em situação formal, predominantemente na faixa etária de 26 a 39 anos, 21% em situação informal, quase 13% estavam desempregados e 6% eram autônomos. Pouco mais de 10% eram donas de casa, principalmente entre 26 e 39 anos. Infelizmente esses dados não estão disponíveis desagregados por sexo.

## **Urbanização**

As condições de moradia variam enormemente entre as diferentes regiões de Paraisópolis. Ainda segundo a Secretaria Municipal de Educação, em 2005, mais de 99% dos domicílios possuíam energia elétrica, sendo que em 60% deles a ligação vinha direto do poste, o que mostra o grau de precariedade de uma parcela significativa dos imóveis. Mais de 99% também eram abastecidos pelo serviço de água, porém somente 16% utilizavam a rede oficial de coleta de esgoto. Além disso, mais de 80% dos imóveis eram de alvenaria e 7% eram de madeira. Cerca de 5% dos domicílios informaram que ocorriam enchentes no local onde moravam.

A principal reivindicação dos habitantes de Paraisópolis, de acordo com o presidente da União dos Moradores, Gilson Rodrigues, é a urbanização da favela, para que ela deixe de ser uma ocupação dentro do Morumbi e passe a ser um bairro regular da cidade de São Paulo:

*“A gente quer em dez anos ser um bairro, ser a Nova Paraisópolis, oficialmente, inclusive. (...) Não uma urbanização que tire algumas áreas de risco e canalize o córrego, mas uma urbanização que seja completa no sentido de acesso à educação, à moradia, à cultura, a equipamentos de esporte. Essa é a luta pela urbanização que a gente acredita estar saindo do papel efetivamente. A ideia é que a gente consiga dar condições para as famílias que moram aqui poderem morar bem.”*

Esse processo de urbanização vem ocorrendo de forma mais sistemática desde 2006: estão sendo construídas na comunidade unidades habitacionais destinadas a pessoas que são removidas, que estão em áreas de risco ou em situação precária de moradia. O projeto da

prefeitura prevê o reassentamento de 3 mil famílias, além da abertura de vias, obras de saneamento básico, iluminação, serviços e equipamentos públicos nos próximos anos.

## **Educação**

Da população acima de 15 anos que não frequentava a escola em 2005, quase 45% haviam cursado no máximo até o quarto ano do ensino fundamental, sendo que, entre eles, aproximadamente 8% nunca haviam estudado. Cerca de 10% tinham ensino médio completo e somente 1% da população de Paraisópolis tinha nível superior completo ou incompleto.

Entre as crianças de zero a seis anos, 67% não frequentavam estabelecimentos escolares. O principal motivo, para 37% delas, era a falta de vagas. Entre a população de 7 a 14 anos, 6% não frequentavam a escola, 11% delas porque trabalhavam e não tinham tempo para estudar.

Paraisópolis conta atualmente com quatro escolas estaduais, uma escola técnica estadual, sete escolas municipais, sendo duas delas de educação infantil, e mais cinco creches. Há um Centro Educacional Unificado (CEU) da prefeitura, que reúne três dessas escolas já mencionadas: uma de ensino fundamental, uma de educação infantil e uma creche. Entretanto, não há vagas suficientes para todas as crianças e adolescentes da comunidade nesses estabelecimentos educacionais, e muitos acabam precisando estudar fora de Paraisópolis.

O principal problema está relacionado às creches e à educação infantil. No cadastro da prefeitura há 1.983 crianças na lista de espera por vagas na Vila Andrade,<sup>5</sup> distrito do qual Paraisópolis faz parte, mas a estimativa da União dos Moradores é de que, na realidade, há atualmente cerca de 5 mil crianças de zero a cinco anos fora dos estabelecimentos públicos ou conveniados. Desde 2008 foram construídas pelo menos três novas creches na comunidade, mas elas ainda estão longe de dar conta da demanda. A maior parte das crianças cadastradas à espera de uma vaga nas creches públicas acaba nunca conseguindo uma vaga.

---

<sup>5</sup> Consultada no site em 06/01/2015:

<http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/se1426g/frmgerencial/ConsultaCandidatosCadastrados.aspx?Cod=000000>

## Saúde

Existem três unidades básicas de saúde (UBS), uma Assistência Médica Ambulatorial (AMA) e um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Há também o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, que atende gratuitamente crianças de zero a dez anos.

Entretanto, a principal luta da Associação de Mulheres de Paraisópolis é por um hospital público na comunidade, que inclua uma maternidade. Atualmente, o hospital de referência é o do Campo Limpo, mas os moradores de Paraisópolis precisam pegar dois ônibus para chegar lá, exigência bastante complicada para mulheres que estão em trabalho de parto. Nas palavras da presidenta da associação, Juliana Gonçalves:

*“Foi constatado que só em Paraisópolis tem cerca de 700 nascimentos por ano. É uma cidade, são 100 mil habitantes. A nossa briga é atingir o entorno também, então dá mais de 150 mil habitantes. Se você pega Paraisópolis, o complexo, Jardim Colombo, o Pinheiral e a Vila Andrade, isso eleva o número de habitantes. Por esse motivo, sendo uma população maior que a de muitos municípios, a gente está nessa luta, nessa briga pelo hospital.”*

O número de UBSs também é considerado insuficiente, já que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a existência de uma unidade a cada 20 mil habitantes.

## Áreas de Lazer

Paraisópolis conta com poucas áreas de lazer e opções bastante limitadas. Uma das mais importantes atualmente é o CEU, aberto à comunidade, que possui três piscinas, quadras poliesportivas e um auditório de teatro. Há um campo de futebol tradicional, o Palmeirinha, e alguns parquinhos e quadras construídos nas obras recentes de urbanização. A tradicional Escola Estadual Homero dos Santos Fortes também abre suas portas nos finais de semana para a comunidade. No entanto, essas áreas são consideradas insuficientes para o tamanho da população local.

## **Atuação das entidades**

Mais de 60 instituições, entre associações, institutos e fundações, atuam em Paraisópolis, algumas com sede própria na comunidade e outras sediadas em outras organizações. Por conta disso, há uma multiplicidade de projetos sociais de diferentes naturezas em curso. Grande parte dessas organizações integra o Fórum Multientidades, que, desde 1994, busca articular suas ações.

A participação dos habitantes de Paraisópolis em associações e entidades, no entanto, é pouco expressiva. Segundo os dados da Secretaria Municipal de Habitação, apenas 15% dos moradores informaram participar de alguma associação ou entidade presente na área. Mais da metade deles justificou que isso ocorria por falta de tempo disponível para participar, devido principalmente ao trabalho remunerado.

## **III) Pesquisa de campo**

O trabalho de campo deste estudo foi iniciado com visitas exploratórias à comunidade de Paraisópolis. Primeiramente, foram entabulados contatos com a União dos Moradores de Paraisópolis e com a Associação de Mulheres de Paraisópolis, para que esta investigação fosse realizada com o conhecimento e o apoio de entidades que atuam junto aos habitantes locais. Esses contatos iniciais foram intermediados por um antigo colega de trabalho, que já havia morado na comunidade e que na época colaborava com a rádio comunitária de Paraisópolis.

Foi feita uma primeira entrevista com a presidenta da Associação de Mulheres, Juliana Gonçalves, para apresentar a proposta de pesquisa e solicitar a colaboração da entidade. A ideia foi muito bem recebida e incentivada por ela. Nessa conversa, buscou-se também obter um panorama da situação feminina em Paraisópolis: as principais demandas das mulheres da comunidade, os problemas enfrentados por elas no cotidiano, e as

tentativas de solucioná-los. Foram abordados ainda detalhes da atuação da entidade presidida por ela.

Em seguida, antes de dar início propriamente às entrevistas do estudo, foi feita uma visita guiada à comunidade junto a uma agente comunitária de saúde. A visita, realizada mensalmente pela Unidade Paraisópolis do Hospital Albert Einstein, ocorre com o propósito de que pessoas de diferentes entidades que atuam na região conheçam melhor o local onde estão trabalhando. Nesse percurso de três horas a pé, foi possível observar as diferentes regiões que compõem Paraisópolis, as profundas desigualdades entre elas, os equipamentos públicos existentes, as diferentes entidades que atuam ali, e também as variadas condições de moradia de seus habitantes.

De julho de 2012 a maio de 2013 foram realizadas entrevistas qualitativas semidirigidas e aprofundadas com 13 mulheres da comunidade. Tais entrevistas foram orientadas por um roteiro aberto,<sup>6</sup> que serviu como guia para a conversa, sem, no entanto, restringi-la. Além disso, em esforço conjunto com as entrevistadas foram preenchidos diários de uso do tempo<sup>7</sup> (ou diários de atividades), para detalhar as atividades principais e secundárias realizadas por elas ao longo de um dia útil aleatório, dividido em períodos de meia hora. O quadro utilizado foi elaborado a partir das orientações de Aguiar (2010). Com esses diários, não se pretendeu obter dados quantitativos para a pesquisa, já que a amostra é bastante reduzida, mas sim esmiuçar os afazeres cotidianos das participantes e comparar com as respostas dadas por elas às perguntas abertas.

Buscou-se entrevistar mulheres moradoras de Paraisópolis de 25 a 49 anos, que vivessem com seus companheiros e com pelo menos um filho de até 14 anos no mesmo domicílio, que estivessem inseridas no mercado de trabalho, e com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Um perfil de mulheres que, de acordo com as recentes pesquisas brasileiras de usos do tempo, estão entre as mais afetadas pela sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo.

Em todos os casos, deu-se preferência para que a conversa fosse realizada no local de residência delas, a fim de obter mais elementos de suas vidas cotidianas, das condições dos domicílios onde viviam, das relações familiares que se estabeleciam e do contato com

---

<sup>6</sup> Vide Anexo I.

<sup>7</sup> Vide Anexo II.

os vizinhos. Isso nem sempre foi possível, já que algumas preferiram que a entrevista ocorresse em outro lugar. Assim, sete delas se deram na casa das entrevistadas, cinco foram realizadas na sede da União dos Moradores de Paraisópolis, e uma foi feita em uma praça, próxima ao local de trabalho da entrevistada, durante seu horário de almoço, por falta de tempo.

O recrutamento das participantes se deu por diferentes vias. O contato da primeira entrevistada foi fornecido pela própria presidenta da Associação de Mulheres. Apresentado o perfil desejado, ela identificou uma funcionária da União dos Moradores que se enquadrava nele e repassou seu telefone. A seguinte veio por indicação da primeira, e a terceira, a partir da segunda. Essas primeiras conversas foram realizadas durante o horário de trabalho remunerado, momento considerado por elas mais tranquilo do que o de trabalho doméstico e familiar. Como consideramos que essa corrente de entrevistadas poderia levar a mulheres com perfis muito semelhantes, sem a diversidade almejada, resolvemos diversificar as portas de entrada na comunidade, isto é, as fontes de contato.

A partir dessa constatação, foram acessados outros conhecidos que tinham diferentes formas de interação com moradores de Paraisópolis. Uma dessas pessoas era um pediatra que trabalhava na Unidade Paraisópolis do Hospital Albert Einstein. Ciente do perfil procurado, ele passou a identificar mães de pacientes que se adequassem a ele. Após a consulta, explicava a pesquisa em curso e convidava-as a participar. Encaminhava-me, então, os telefones daquelas que haviam aceitado a proposta; no caso de quatro mulheres entrevistadas, os contatos foram obtidos dessa forma. Sempre era solicitado a elas que sugerissem outras pessoas para participar do estudo. Além da indicação das próprias entrevistadas, chegou-se às demais participantes por intermédio de conhecidos que mantinham contato com pessoas da comunidade com as características procuradas para o estudo, como o colega que me introduziu à União dos Moradores, entre outros.

Havia, em geral, uma predisposição para contribuir com o estudo entre as mulheres indicadas por essas diferentes vias, apesar de muitas considerarem peculiar o interesse por sua vida cotidiana, por atividades vistas como banais e insignificantes. Em muitos casos, contudo, houve grande dificuldade de chegar a um horário possível para o encontro, devido à falta de tempo livre em suas vidas; a maior parte delas optou pelo final de semana, em especial o sábado à tarde. Como já foi mencionado, uma delas, talvez a mais

sobrecarregada de todas as participantes, precisou marcar a conversa para o horário de almoço em um dia laboral, próximo ao local de trabalho. Em dois casos, fui ao lugar combinado na hora marcada, mas elas não puderam conversar comigo – uma delas porque teve que passar a manhã inteira na Unidade Paraisópolis do Hospital Albert Einstein para conseguir marcar uma consulta de rotina para a filha pequena. Algumas vezes o encontro foi cancelado no momento em que eu estava saindo de casa, quando ligava apenas para confirmar a entrevista.

Quando elas não queriam que a entrevista se desse na casa delas, havia uma dificuldade de encontrar outro lugar para realizá-la. A União dos Moradores se mostrou uma boa opção, pois os funcionários sempre se esforçavam para encontrar um local adequado na própria sede da entidade. Em um caso, a entrevistada sugeriu que conversássemos na sala de espera da Unidade Paraisópolis do Hospital Albert Einstein, mas, ao se darem conta do que acontecia ali, os funcionários nos expulsaram e tivemos que buscar outro lugar; novamente a União dos Moradores foi a solução encontrada.

Nenhuma das mulheres com as quais entrei em contato se recusou abertamente a contribuir com a pesquisa; em dois casos que não integram o estudo, não foi possível chegar a um horário para a entrevista, devido ao cotidiano atribulado delas.

Algumas vezes, o marido ou companheiro se mostrou desconfiado com as ligações para tentar marcar um encontro. Um deles me ligou, retornando uma chamada perdida no celular da esposa, para perguntar o que eu queria com ela. Em dois casos, o marido estava em casa no momento da entrevista: em um deles, estava dormindo em outro cômodo e não apareceu; no outro, passava de quando em quando pela sala para ouvir sobre o que falávamos, e dava sua opinião, em especial no sentido de contrariar a ideia de que não contribuía suficientemente com os afazeres domésticos e familiares. Em apenas um caso a presença do marido prejudicou significativamente a entrevista: a conversa vinha se desenrolando na cozinha dela de forma tranquila, mas após a aparição momentânea do marido, que chegava da rua, em um domingo à tarde, transformou-se completamente. Sua breve passagem deixou a entrevistada bastante intimidada, aflita para encerrar a conversa o mais rápido possível. Visivelmente arrependida de ter aceitado conceder a entrevista, passou a fornecer respostas que contrariavam o que ela própria dissera antes, mesmo

quando ele já não estava lá, demonstrando uma clara hierarquia, uma relação de poder bastante desigual entre ela e seu marido.

Em três ocasiões, a conversa se deu com a presença de filhos pequenos, porque as entrevistadas não tinham com quem deixá-los, e ocorreram interrupções naturais advindas dessa situação. Em três outras oportunidades, filhas adolescentes estiveram presentes, escutando com atenção e curiosidade, fazendo algumas intervenções, acréscimos e reparos no discurso da mãe.

Uma das entrevistadas, indicada por outra participante do estudo, foi ao meu encontro pensando tratar-se de uma conversa com uma psicóloga e não uma socióloga. Frustrou-se com a descoberta, pois esperava obter uma ajuda específica para seus problemas. Ainda assim, aceitou conceder a entrevista.

Outra dificuldade significativa encontrada na presente pesquisa foi o preenchimento dos diários de usos do tempo. A ideia inicial era que, após cada entrevista, fossem completados junto com as participantes os diários com as atividades realizadas por elas no dia anterior ao nosso encontro. No entanto, após mais de uma hora de entrevista, elas já estavam sem paciência, sem disposição ou sem tempo para o nível de detalhamento necessário para o adequado preenchimento de tal instrumento. Assim, forneciam respostas vagas e amplas, que davam uma ideia geral dos usos do tempo no dia referido, mas sem a riqueza de detalhes requerida (com quem, onde, o que mais fazia). Disso resultou que os diários obtidos forneceram mais um esquema geral do dia delas do que a precisão demandada nas pesquisas de usos do tempo de caráter quantitativo. Por isso, eles são usados neste estudo somente como uma referência na análise do dia a dia das entrevistadas.

A etapa de entrevistas foi considerada encerrada quando já haviam sido identificados alguns achados importantes referentes ao objeto da pesquisa e quando se notou que as respostas das mulheres estudadas começavam a se repetir. Dado o volume e a qualidade das informações, sua profundidade e o grau de recorrência e divergência, avaliou-se que já havia um material consistente e denso para a análise, como recomenda Duarte (2002).

Por fim, concluída essa etapa, também foi feita uma entrevista com o presidente da União de Moradores, Gílson Rodrigues, para obter informações mais gerais sobre a

comunidade como um todo, sobre a história de Paraisópolis, as lutas e demandas mais importantes de seus moradores hoje em dia.

#### **IV) Perfil das entrevistadas<sup>8</sup>**

A idade das mulheres entrevistadas variava de 22 a 39 anos, mas a maior parte das participantes se concentrava entre 25 e 33 anos. Só uma delas estava abaixo da idade mínima estabelecida a princípio, mas o fato de ter três filhos também a colocava entre as mulheres mais sobrecarregadas pela dupla presença.

As entrevistadas tinham de um a quatro filhos. Quatro delas tinham apenas um, quatro tinham dois, quatro tinham três e somente uma tinha quatro filhos. A idade deles variava entre cinco meses e 17 anos, mas todas elas tinham ao menos um filho de até 14 anos vivendo em casa. Oito delas tinham um filho de até três anos, idade que exige mais cuidados, e quatro delas tinham pelo menos um filho com 15 anos ou mais.

Apenas três eram casadas oficialmente, e as outras dez viviam em união estável com o companheiro. Praticamente todas moravam em seus domicílios somente com o núcleo familiar completo, ou seja, com seus filhos e o cônjuge, com três exceções: em uma das casas, a filha mais velha da entrevistada morava com a avó; em outra, um amigo de um dos filhos estava vivendo junto com a família; e em uma terceira morava o irmão de 16 anos da entrevistada.

A escolaridade delas ia do segundo ano do ensino fundamental ao ensino superior incompleto. Cinco delas não haviam passado do primeiro ciclo do ensino fundamental, seis haviam concluído o ensino médio e duas estavam no ensino superior, ambas cursando a faculdade de pedagogia.

Em relação ao trabalho remunerado, a maior parte se concentrava em ocupações de trabalho reprodutivo (cozinheiras, faxineiras e trabalhadoras domésticas gerais). Além disso, também foram entrevistadas três auxiliares administrativas, uma professora, uma

---

<sup>8</sup> Vide Anexo III.

auxiliar de serviços gerais e uma locutora de rádio. Duas delas estavam desempregadas no momento da entrevista e uma estava no intervalo entre um emprego doméstico e outro.

Já seus cônjuges atuavam principalmente na construção civil (como armador, pedreiro, ajudante de montagem, ajudante de pedreiro e operador de grua), e em ocupações variadas, como motoboy, manobrista, zelador, instalador de chuveiro, camareiro em um hospital, professor de tênis e gerente de posto de gasolina. Só um deles havia concluído o ensino superior, em ciências da computação, e atuava na área. Dois deles estavam desempregados no momento da entrevista.

A renda familiar mensal variava entre R\$ 900 e R\$ 3 mil. Sete delas declararam renda familiar inferior a R\$ 2 mil e seis entre R\$ 2,1 mil e R\$ 3 mil. Só uma das entrevistadas, cujo marido estava temporariamente desempregado, declarou renda familiar de R\$ 900. Porém, a renda per capita das famílias estudadas era bastante desigual: variava de R\$ 166 a R\$ 1 mil.

Percebeu-se ainda um significativo contraste entre as condições de moradia e de vida das próprias entrevistadas. Algumas residências estavam em excelente estado e tinham localização central, enquanto outras eram bastante precárias e de acesso extremamente difícil, por vielas, becos escuros e escadas perigosas. Nota-se que há desigualdades sociais relevantes dentro da comunidade de Paraisópolis que interferem no cotidiano e nos usos dos tempos dessas mulheres.

## **Capítulo 1: Divisão sexual do trabalho**

### **1.1. Relações sociais de sexo, gênero e divisão sexual do trabalho**

A divisão sexual do trabalho representa um conceito fundamental neste estudo, permeando a análise dos usos do tempo na vida cotidiana e da articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico e familiar.

Essa noção, utilizada primeiramente por etnólogos para designar uma repartição “complementar” de tarefas entre os sexos nas sociedades estudadas, ganhou um novo significado quando antropólogas feministas apontaram que se trata de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Kergoat, 2009). Assim, esse conceito analítico passou a ser utilizado também em outras disciplinas, como História e Sociologia, e suas bases teóricas tiveram um grande desenvolvimento a partir do início dos anos 1970, principalmente na França, por força do movimento feminista.

Na linha teórica francesa, a noção de divisão sexual do trabalho está estreitamente relacionada ao conceito de relações sociais de sexo. Segundo Kergoat (2009), trata-se de uma tensão permanente que atravessa o campo social em torno de uma questão principal: o trabalho e suas divisões. São relações antagônicas, entre grupos de interesses antagônicos, o grupo dos homens e o grupo das mulheres. Baseiam-se em uma relação hierárquica entre os sexos, uma relação de poder, de dominação. Encontram-se em todas as sociedades conhecidas até hoje, manifestando-se de diferentes formas, e são estruturantes para o campo social.

O conceito de relações sociais de sexo surgiu paralelamente ao de gênero. Enquanto o primeiro foi desenvolvido por teóricas francesas, o segundo foi elaborado por autoras anglo-saxãs. Não são concepções que se opõem ou se excluem, mas consistem em ferramentas de análise com abordagens teóricas distintas para a mesma questão, que priorizam aspectos diferentes, ainda que muitas vezes sejam amplamente usadas como sinônimos ou de forma híbrida, como em “relações sociais de gênero”.

De acordo com a antropóloga Gayle Rubin (1973), uma das pioneiras nessa conceitualização, o sistema de sexo/gênero é “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Para ela, a opressão não é inevitável, mas produto das relações sociais que a configuram. A autora parte da ideia de que a divisão sexual do trabalho não é uma especialização da natureza biológica, mas possui a finalidade de garantir a união entre homens e mulheres, para então afirmar que a divisão sexual do trabalho pode ser encarada como um tabu contra a uniformidade de homens e mulheres. Um tabu que separa o sexo em duas categorias mutuamente excludentes, que exacerba as diferenças biológicas entre os sexos, que obriga ao casamento heterossexual – e dessa forma constitui o gênero, uma divisão dos sexos imposta socialmente. Segundo Rubin, os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento, por isso transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada uma é uma metade que só pode se completar unindo-se à outra.

Ainda na linha anglo-saxã da teoria de gênero, Scott (1990) critica a visão de alguns antropólogos, dentre os quais está Rubin, que teriam reduzido o uso da categoria gênero ao sistema de parentesco, fixando o olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social. Ela defende uma visão mais ampla, que também inclua o mercado de trabalho, a educação e o sistema político, opondo-se também à ideia de que as relações contemporâneas entre homens e mulheres seriam produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres. O núcleo essencial da definição de gênero de Scott, por sua vez, baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. É uma definição que engloba os símbolos, os conceitos normativos, as instituições e a organização social, inclui uma concepção política, a identidade subjetiva e a articulação do poder.

Ainda que não defenda a utilização do conceito de gênero para teorizar a subjetividade e a identidade, Young (2005) considera-o fundamental para descrever e explicar algumas estruturas e processos que oferecem diferentes oportunidades e privilégios na sociedade contemporânea – instituições que presumem diferentes papéis para homens e mulheres, como a divisão sexual do trabalho. Para ela, gênero é mais um atributo das

estruturas sociais do que das pessoas, sendo, portanto, uma ferramenta importante para compreender os padrões na atribuição de tarefas ou de status. Como a divisão sexual do trabalho não tem o mesmo conteúdo em todas as sociedades, Young considera que ela constitui, na verdade, um quadro teórico que questiona se existem tarefas e ocupações geralmente executadas por integrantes de um sexo ou do outro, e se as normas sociais e os produtos culturais da sociedade tendem a representar certas tarefas e profissões como mais apropriadas para serem realizadas por homens ou mulheres. A divisão sexual do trabalho é, para Young, um dos eixos básicos das estruturas de gênero, junto com a heterossexualidade normativa e as hierarquias de poder.

Embora não sejam conceitos excludentes, algumas teóricas defendem a utilização da noção de relações sociais de sexo para determinadas análises. Devreux (2005), por exemplo, justifica essa posição argumentando que o conceito de gênero suprime o caráter dinâmico contido no conceito de “relações” e também o caráter de antagonismo que a ideia de “relações sociais” carrega, em uma linha marxista. Para ela, “gênero” remete mais ao âmbito cultural, às representações do masculino e do feminino, enquanto as “relações sociais” referem-se mais às práticas sociais. A autora considera também que o primeiro aparece muitas vezes como sinônimo de “mulher”, uma maneira de tratar de forma eufemística as questões feministas, enquanto o segundo deixa claro que diz respeito aos dois sexos e ainda nomeia o sexo biológico. Por esses motivos, nas questões abordadas neste trabalho, será utilizado predominantemente o conceito de relações sociais de sexo, mas sem deixar de lado a noção de gênero.

A divisão sexual do trabalho é, nesse enfoque, a base material das relações sociais de sexo. É o que está em jogo nessas relações transversais entre homens e mulheres, entendidas como desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias de sexo socialmente construídas (Hirata, 2002). Por isso, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis, que formam um sistema.

De acordo com Kergoat (2009), essa divisão das tarefas pode variar muito no tempo e no espaço, mas tem sempre dois princípios organizativos: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem tem mais valor que um de mulher). Tem por característica a destinação prioritária dos

homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares); nela, produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina.

Ainda que suas modalidades concretas mudem bastante no tempo e no espaço, e possam ser constatadas melhoras em relação ao trabalho feminino, o que permanece insuperável, de acordo com essas autoras, é a distância entre os dois grupos de sexo – ou seja, persiste sua variabilidade. O que ocorre é muito mais uma série de deslocamentos das fronteiras do masculino e do feminino do que a eliminação da divisão sexual do trabalho em si. No entanto, embora se encontre em todas as sociedades conhecidas, isso não significa que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Essas diferenças constatadas entre atividades dos homens e das mulheres são construções sociais e não produto de um destino biológico.

De acordo com Hirata e Kergoat (2002), de um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (assalariado/doméstico, fábrica-escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e desde então as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção. As autoras afirmam que a relação assalariada não poderia se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Em outras palavras, o que chamamos de trabalho doméstico é uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, inseparável da sociedade salarial.

As duas autoras cogitam que, nas sociedades salariais, se for suprimida a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres, são as relações sociais de sexo que desmoronam – junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam – porque a divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres (Hirata e Kergoat, 2003). Ressaltam, no entanto, que nem tudo no trabalho social e na divisão entre os sexos é dominação; há simultaneamente vínculo social e antagonismo.

Além disso, as autoras afirmam que a produção e a reprodução são elementos indissociáveis, isto é, a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino não podem ser separadas. Não é só em casa que existe

opressão, nem só no ambiente da fábrica/escritório que existe exploração. Não é possível isolar o trabalho doméstico do trabalho assalariado na sociedade capitalista, ainda que essa mesma sociedade capitalista seja construída sobre uma falsa separação dos lugares e dos tempos de produção e de reprodução.

Kergoat (2010) mobiliza os conceitos de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, a fim de buscar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho. Tais práticas, segundo ela, são móveis, ambíguas e ambivalentes. A ideia de consubstancialidade diz respeito ao “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”. Já o conceito de coextensividade aborda o dinamismo das relações sociais, buscando dar conta do fato de que elas são inseparáveis – não apenas se reforçam, mas se coproduzem mutuamente.

As relações de sexo e as relações de classe, portanto, são coextensivas, isto é, são conceitos que se sobrepõem parcialmente, que se interpenetram, se imbricam, e não simplesmente que se recortam ou se articulam (Hirata e Kergoat, 2002 e Kergoat, 2009). Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres, ao trabalho doméstico, à esfera do privado ou à reprodução.

Para Kergoat (1986), considerar essa sobreposição entre produção e reprodução é da ordem da necessidade, tanto quando se estudam os homens quanto as mulheres, para não reproduzir as separações induzidas pelo capitalismo e não dar um caráter estático e determinista às relações sociais. Não basta estudar simultaneamente a família e a fábrica/o escritório, ou seja, deslizar entre os campos teóricos da produção e da reprodução; ela defende que ainda falta raciocinar em termos de relações sociais. Querer estudar produção/reprodução significa trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais: relações entre os sexos e relações de classe, respectivamente relações de opressão e de exploração, que se reforçam mutuamente. Lançar-se apenas em uma dessas duas frentes não faz senão deslocar os problemas. Dessa maneira, as relações sociais não podem ser hierarquizadas nas análises, incluindo-se nisso ainda as relações sociais de raça/etnia.

Também para Combes e Haicault (1986), existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho operando na produção e na reprodução, por isso essas duas esferas não podem ser pensadas separadamente – uma é condição da outra, estão intimamente ligadas. No entanto, elas dizem que, enquanto o bom senso ou a utopia pensaria que a produção social de bens deveria estar submetida à (re)produção social de seres humanos, como o meio ao fim, é o inverso que se produz historicamente. A hipótese dessas autoras é de que essa subordinação se apoia em outra subordinação ou submissão, a das mulheres aos homens, a qual repousa na divisão sexual do trabalho.

A ênfase na estreita conexão entre essas duas esferas possibilitou que fossem identificados os limites impostos pelas obrigações domésticas às oportunidades femininas no mercado de trabalho e assinalou os efeitos que os empregos mais precários destinados às mulheres provocam na manutenção da identidade doméstica: ao bloquearem o desenvolvimento das carreiras profissionais femininas e submeterem-nas à pressão das normas sexuadas de emprego, muitas acabaram priorizando os investimentos pessoais na esfera privada (Sorj, 2004a).

Hirata e Kergoat defendem uma perspectiva que não se refere à divisão sexual do trabalho em termos de vínculo social, conciliação, especialização de papéis, mas como base material para as relações sociais de sexo. Para elas, não se trata apenas de identificar e estudar a evolução da distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e suas interpenetrações com as desigualdades na partilha do trabalho doméstico entre os sexos. A proposta é de ir além dessas denúncias e constatações, para compreender a natureza do sistema que dá origem a essas relações sociais de sexo.

Nesse sentido, falar em divisão sexual do trabalho significa mostrar que essas desigualdades são sistemáticas. Pressupõe articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade faz uso dessa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos, ou seja, para criar um sistema de gênero (Hirata e Kergoat, 2007).

## 1.2. Trabalho doméstico e de cuidados

Foi somente no final dos anos 1960 que teve início, a partir dos movimentos e de teóricas feministas, o debate sobre o trabalho doméstico e seu papel fundamental na reprodução da força de trabalho. Aos poucos, tornou-se coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho era realizada de maneira gratuita pelas mulheres, um trabalho invisível, feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (Kergoat, 2009). Antes disso, as atividades desenvolvidas pelas mulheres na vida cotidiana haviam sido ocultadas, já que dentro da ideologia produtivista das sociedades industriais se estabeleceu uma forte identificação entre trabalho e emprego, o que exclui dessa categoria qualquer atividade não remunerada (Carrasco, 2009). Um dos esforços centrais desses primeiros estudos foi justamente o de mostrar que as tarefas levadas a cabo na esfera privada deveriam ser consideradas como um trabalho, operando, assim, uma verdadeira reconstrução desse conceito.

O trabalho doméstico e familiar é múltiplo e diversificado, compreendendo todas as atividades destinadas a atender e cuidar da casa e da família. Inclui, além das tarefas mais óbvias – como limpar, fazer as compras, lavar e passar a roupa, cozinhar, cuidar das crianças e das pessoas dependentes –, outras relacionadas com a gestão e a organização da casa e do núcleo familiar, as tarefas de mediação emocional, ou entre os serviços e a família. Por isso, sua realização também excede as paredes da casa e pode não se restringir aos habitantes do lar. Constitui um labor circular, repetitivo, constante.

Um trabalho quase sempre visto como parte da “natureza feminina”, como um conjunto de atividades para as quais as mulheres dispõem de uma habilidade “natural”, um suposto desdobramento de seu papel de reprodutoras biológicas. Esse trabalho gratuito é considerado por muitos uma forma de as mulheres mostrarem seu amor pelos filhos e pelos companheiros. No entanto, como ressalta Hirata (2010), essa não é a forma de expressão que os homens usam para demonstrar o amor por seus filhos e por suas companheiras. Há toda uma série de tarefas domésticas que se constitui de trabalhos repetitivos, em que praticamente não há relação direta com outros seres humanos.

Tal responsabilidade atribuída às mulheres, a do funcionamento cotidiano do lar, que influi enormemente sobre o horário feminino, não é percebida pela maior parte das pessoas como fruto de uma divisão artificial e hierárquica, resultado de uma construção social, mas sim como uma espécie de incumbência inerente a elas. Esse trabalho não apenas consome grandes quantidades de tempo e de energia das mulheres, como também constitui uma função socialmente desprestigiada.

A partir da industrialização, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo passaram a ser apresentados como duas esferas completamente separadas, independentes, como se uma não interferisse na outra, com diferente valorização social, de acordo com seus resultados em termos financeiros. O trabalho produtivo é encarado como autossuficiente e paralelo, o único produtor de riquezas, e por isso de uma importância central para a sociedade. O trabalho reprodutivo, por outro lado, baseado em laços afetivos e relacionado a necessidades subjetivas, de acordo com essa perspectiva, não apresentaria nenhuma contribuição econômica por supostamente não estar integrado ao sistema produtivo.

De acordo com Carrasco (2003), uma das razões para se haver mantido invisível o trabalho reprodutivo seria de ordem econômica, dado que o trabalho doméstico é justamente onexo entre o âmbito doméstico e a produção de mercado, e haveria o interesse de que permanecesse oculto, para facilitar o deslocamento de custos da produção para a esfera privada. Segundo a autora, há uma tensão entre dois objetivos contraditórios: a obtenção de lucro e o cuidado da vida humana.

Essa tensão seria acentuada pela dependência da produção capitalista em relação aos processos de reprodução e sustentabilidade da vida humana, realizados fora do seu controle direto, absolutamente indispensáveis para a estabilidade física e emocional das pessoas. De acordo com Nogueira (2011), o trabalho doméstico e familiar compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. O trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo, diz a autora, possibilita ao capitalista a segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho, garantindo, dessa maneira, também a reprodução e a manutenção da própria lógica do capital. Isso quer dizer que o trabalho não remunerado das mulheres constitui um processo fundamental para a subsistência do sistema capitalista, construído sobre a base de relações de dominação no interior da família.

A falsa separação entre a esfera mercantil e a doméstica serve, portanto, para ocultar essa tensão entre a obtenção de lucro e o cuidado da vida humana e descarregar sobre as mulheres a responsabilidade final pela qualidade da vida das pessoas, constituídas de corpos, mentes e relações (Picchio, 2005). Essa tensão que se dá na esfera privada e íntima, mas é parte da própria estrutura do sistema capitalista, pode ter efeitos destrutivos sobre as relações entre homens e mulheres.

Além da duplicidade de seu trabalho, as mulheres são duplamente exploradas pelo capital, segundo Antunes (1999): primeiro por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo e, depois, nas horas decisivas de trabalho doméstico, possibilitando ao capital a sua reprodução. É nessa esfera privada do trabalho que se criam as condições indispensáveis para a reprodução de toda a família, reprodução sem a qual o sistema de metabolismo social do capital estaria bastante comprometido, se não inviabilizado.

A própria figura moderna do trabalhador e do cidadão supõe uma pessoa autônoma e independente, que possa empenhar seu tempo nas atividades de mercado e políticas, que não precise se preocupar com as tarefas de cuidado das pessoas e de organização e gestão da casa. A livre disposição de tempos e espaços exigida pela forma masculina de participação só pode existir, entretanto, porque o mundo está apoiado na transferência do cuidado das necessidades humanas às mulheres, sejam elas suas parceiras, parentes ou trabalhadoras remuneradas. São elas que lhes solucionam a vida cotidiana e lhes permitem se dedicar sem nenhum obstáculo à vida pública (Izquierdo, 2003). O indivíduo autônomo, produtivo, requer uma infraestrutura doméstica que possibilita a ficção pública de que ele é independente e autossuficiente.

Contudo, é patente a condição de dependência e vulnerabilidade que afeta todas as pessoas ao longo da vida. Sempre se necessita dos outros em algum grau: durante o prolongado período de crescimento, quando se padece de enfermidades e de deficiências que demandam atenção ao longo da vida, quando se chega à velhice, mas também nos momentos em que se está jovem e saudável. Para Izquierdo (2003), tal situação vivenciada pelas mulheres não pode ser definida senão como de exploração, dado que elas contribuem com um trabalho que não as beneficia e que, em troca, fortalece a posição social e política daqueles que se favorecem. Ela defende, assim, que a moderna concepção de ser humano é insustentável sem a divisão sexual do trabalho.

O trabalho que as mulheres realizam representa uma economia de recursos para os homens, libera-os de responsabilidades vitais e lhes permite dispor de tempo livre para atividades de participação social. As empresas economizam os custos de produção da vida humana naquela parte que corresponde à população que não se encontra em condições de ser economicamente ativa. Quanto ao Estado, ele só assume parcialmente e limitadamente as tarefas de cuidado, aplica um serviço social obrigatório às mulheres, mas o apresenta como se fosse uma atividade privada, própria do âmbito íntimo (Izquierdo, 2003)<sup>9</sup>.

É própria da ideologia capitalista a concepção de que é conveniente “livrar” o trabalhador assalariado masculino das tarefas domésticas, que se constituem como apêndice subalterno do trabalho remunerado, e de que são tarefas vis, ao passo que o trabalho assalariado seria nobre (Gorz, 1982). Essa ideologia chega ao limite do absurdo, segundo o autor, ao levar em consideração não o objeto, o sentido e a natureza de uma atividade, mas apenas sua remuneração assalariada.

Nesse sentido, Nogueira (2011) defende que a luta por transformações na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva é também uma luta contra o próprio capitalismo. Isto é, nela deve estar presente, “além do combate à opressão masculina sobre a feminina, o objetivo da superação da relação capital/trabalho”.

### **1.3. Tendências recentes da divisão sexual do trabalho**

A precariedade é uma marca do trabalho feminino. Podem-se apontar pelo menos três indicadores do trabalho precário, segundo Hirata (2009): ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais; horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos; e níveis baixos de qualificação, pois a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa remuneração conduzem, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. De acordo com a autora, tais indicadores sugerem uma marcada divisão sexual

---

<sup>9</sup> Tradução própria.

da precariedade. Enquanto nos países do Sul as mulheres estão em maior número no trabalho informal, carentes de status e de proteção social, nos países do Norte elas se encontram majoritariamente no trabalho em tempo parcial, com um salário parcial, situação que pode agravar as desigualdades na partilha do trabalho doméstico no interior do casal.

O novo quadro econômico e financeiro traçado pela globalização, a partir dos anos 1990, tem consequências diretas sobre a divisão sexual do trabalho, afetando homens e mulheres de forma desigual. Hirata (2009) destaca a existência de um paradoxo da globalização, que se evidencia no crescimento mundial constante da participação feminina no trabalho remunerado (enquanto o emprego masculino regrediu ou estagnou), tanto formal quanto informal, especialmente no setor dos serviços, associado ao aumento simultâneo do emprego vulnerável e precário das mulheres – em postos que resultam instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente.

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho vem, portanto, acompanhado da crise do paradigma do emprego estável e protegido (Hirata, 2001/2002). Além disso, paralelamente a esse processo, a divisão sexual do trabalho doméstico não se modificou de maneira significativa, mesmo que as mulheres tenham aumentado suas responsabilidades profissionais.

A flexibilização e a precarização do trabalho apresentam alguns aspectos que se manifestam de maneiras diferentes para homens e mulheres. Entre eles, a aparição dos “nomadismos sexuais”, no tempo para as mulheres e no espaço para os homens (Hirata e Kergoat, 2007); a intensificação do trabalho, que acarreta danos à saúde física e psíquica, principalmente entre as mulheres sobrecarregadas pela soma do trabalho produtivo e reprodutivo; e a intensificação das migrações internacionais femininas, em especial na última década, em um processo de internacionalização dos serviços de atendimento às pessoas, o que aprofunda ainda mais a precarização das trabalhadoras femininas. Esse aumento do trabalho precário, vulnerável e flexível, que hoje atinge majoritariamente as mulheres, pode significar o início de um processo de desmantelamento generalizado das normas de emprego para a totalidade da população ativa (Hirata, 2009).

O recente processo de redução do proletariado industrial, tradicional, estável e especializado está sendo acompanhado desse imenso incremento do novo proletariado fabril e de serviços, o que vem resultando em um crescimento significativo, nas últimas

décadas, do trabalho feminino nesse âmbito. Segundo Antunes (1999), na divisão sexual do trabalho operada pelo capital no mundo fabril, as atividades de concepção ou aquelas baseadas no capital intensivo, com maior desenvolvimento tecnológico, costumam ser preenchidas pelo trabalho masculino. Por outro lado, são destinadas às mulheres as atividades que supostamente exigem menor qualificação, as mais elementares, mais rotinizadas, e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, em que são mais constantes as formas de trabalho temporário ou com jornada de trabalho reduzida. Essas trabalhadoras frequentemente não conseguem ter suas qualificações reconhecidas como tal, pois são encaradas como “qualidades” naturais, por terem sido obtidas na esfera reprodutiva; participam menos dos processos de tomada de decisão e da gestão participativa; e geralmente encontram-se excluídas dos sindicatos.

Para Antunes, esse quadro mostra que o capitalismo tem sabido se apropriar desigualmente da divisão sexual do trabalho, utilizando-se da ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo nas últimas décadas, algo que deveria ser parte do processo de emancipação das mulheres. O capital não apenas incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado, precarizando com intensidade maior o trabalho das mulheres, como também tem sabido se apropriar da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico, convertendo isso em um fator de intensificação das desigualdades.

Nas palavras de Moraes (2003), “as mulheres constituem hoje parcela importante da força de trabalho explorada pelo capitalismo, que se aproveita do sexismo para aumentar a extração da mais-valia”. Segundo a autora, as mulheres trabalhadoras conhecem a dupla face da opressão de classe e de gênero, as quais se mesclam no cotidiano, e são justamente os homens os suportes da dominação de gênero e também os grandes detentores das riquezas materiais.

## **Bipolarização do trabalho feminino**

Outra tendência recente, ao lado da maior diversificação das tarefas e funções, é a bipolarização do trabalho assalariado feminino, tanto em países europeus quanto nos semi-industrializados, como o Brasil (Hirata, 2001/2002). De um lado, verifica-se a já mencionada precarização crescente dos empregos ocupados pelas mulheres e o consequente aumento da pobreza feminina; de outro, a progressiva expansão de uma minoria de profissionais de nível superior em ocupações prestigiadas.

No primeiro polo, identifica-se um enorme contingente de mulheres que se insere no mercado de trabalho em posições menos favoráveis e precárias, em termos de vínculo empregatício, salário, proteção social e condições de trabalho, em ocupações tradicionalmente preenchidas por elas, como o trabalho doméstico, um dos maiores guetos femininos (Bruschini e Lombardi, 2000). São trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, que exercem funções sem reconhecimento nem valorização social, muitas vezes com jornada reduzida ou com caráter temporário, quase sempre sem perspectiva de carreira.

No polo oposto, ainda que a atividade feminina continue concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação, registra-se um crescimento consistente da presença delas em profissões de nível universitário, com salários relativamente altos para o conjunto da mão de obra feminina, como medicina, arquitetura, direito e até mesmo engenharia, nichos até pouco tempo reservados para os homens. Isso é resultado de uma convergência de fatores, como as intensas transformações culturais ocorridas desde o final dos anos 1960, sob a influência de movimentos culturais e políticos, em especial do movimento feminista, que impulsionaram as mulheres para as universidades. No entanto, apesar das recentes mudanças, mesmo nessas profissões as mulheres continuam recebendo salários menores do que seus homólogos masculinos, o que mostra a persistência de padrões diferenciados por gênero no mercado de trabalho (Bruschini e Lombardi, 2000).

Essa bipolarização cria dois grupos de mulheres com perfis econômicos e sociais opostos, o que resulta em uma exacerbação das desigualdades sociais e dos antagonismos, já que é na externalização do trabalho doméstico que as profissionais prestigiadas se apoiam para poder se dedicar a suas próprias carreiras (Hirata, 2001/2002). Isso ocorre porque tais tendências no trabalho profissional feminino não foram acompanhadas por

mudanças equivalentes na divisão sexual do trabalho em âmbito doméstico, que se mantém praticamente intacta.

Essas mulheres das classes médias e altas, que têm a opção de transferir a trabalhadoras domésticas parcela importante do trabalho doméstico e familiar, conseguem diminuir o tempo dedicado a essas atividades e reduzem a tensão envolvida na divisão sexual do trabalho, mas não enfrentam verdadeiramente as desigualdades de gênero nesse âmbito. Não apenas continuam responsáveis por uma cota significativa das tarefas de coordenação, organização e supervisão da casa, que lhes consome tempo e espaço mental, como também terceirizam as tarefas reprodutivas a outras mulheres, aumentando as desigualdades de classe e raça dentro do próprio coletivo feminino, sem alterar os padrões tradicionais dos homens e das mulheres na esfera privada.

Nas palavras de Parella (2007), a solução encontrada por muitas mulheres das classes mais favorecidas inseridas no mercado, que não podem realizar e gerir sozinhas o volume total de trabalho doméstico e familiar, e cujos companheiros continuam se esquivando da corresponsabilidade na esfera reprodutiva, não é a de lutar para compartilhar as tarefas entre todos, mas sim de empregar outras mulheres das classes menos favorecidas para realizar essas tarefas. Assim, a configuração tradicional, ao mesmo tempo em que é camuflada, é preservada no âmbito do privado.

Com isso se amplia a brecha crescente entre uma minoria de mulheres qualificadas, que desfrutam de um leque mais amplo de oportunidades educativas e laborais, e uma maioria de trabalhadoras proletarizadas, de outra classe social e frequentemente de uma etnia diferente, em muitos casos migrantes, que exercem o papel de "servidoras" porque precisam desses recursos para sobreviver. A proteção da família por parte das classes médias e altas muitas vezes passa pela negação da vida familiar de outras mulheres, convertidas em cidadãs de segunda categoria – mulheres que precisam desatender suas próprias cargas familiares, já que grande parte das modalidades de serviço doméstico é incompatível com a vida familiar.

## Capítulo 2: Tempo, trabalho e relações sociais de sexo

### 2.1. O tempo como construção social

A categoria analítica tempo é um dos fios condutores deste estudo, juntamente com outros conceitos fundamentais, como divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Os usos do tempo na vida cotidiana, ou, em outras palavras, a articulação entre os diferentes tempos sociais que conformam o dia a dia, constituem o eixo central pelo qual se desdobra a presente análise sobre as mulheres urbanas de baixa renda. Nesse sentido, é importante esclarecer de que maneira o conceito está sendo utilizado ao longo deste trabalho, para a partir disso analisarmos a distribuição desigual do tempo na vida cotidiana de homens e mulheres.

A palavra “tempo”, segundo Elias (1998, pp. 39-40), “designa simbolicamente a relação que um grupo humano (...) estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida dos demais”. No entanto, existe uma noção equivocada do tempo como um dado biológico, ligado à natureza, como uma realidade objetiva, uma espécie de ideia inata, que existe independentemente das sociedades humanas, uma evidência que não suscita interrogações. Ignora-se, assim, que o saber sobre o tempo resulta de um longo processo de aprendizagem e que se trata de uma construção social.

O conceito de tempo inicialmente surge da necessidade de situar acontecimentos e de avaliar sua duração, harmonizando as atividades humanas e adaptando-as a processos que lhes são externos. Entretanto, não se trata simplesmente de uma invenção nem de uma ideia que surge do nada: “o tempo representa uma síntese intelectual, um estabelecimento de relações entre acontecimentos, o qual se efetua num nível relativamente elevado” (Elias, 1998, p. 61). É, segundo o autor, um símbolo puramente relacional, construído ao longo da história da humanidade, e que atingiu um grau bastante alto de adequação à realidade, ao estabelecer uma correspondência entre sequências de acontecimentos físicos e exigências

oriundas dos processos sociais. Não pode ser classificado somente como natural ou social, subjetivo ou objetivo, pois é uma e outra coisa ao mesmo tempo.

As crianças vão aos poucos se familiarizando com o tempo como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo conhecem desde muito cedo. No decorrer desse processo, desenvolve-se um sistema de autodisciplina, que modela a sensibilidade e as condutas humanas. Trata-se de uma difícil transformação da coerção externa, exercida de fora para dentro, em um tipo de consciência do tempo que abarca toda a existência dos indivíduos (Elias, 1998).

Nesse sentido, a escola cumpre um papel importante, ao modelar temporalmente as crianças. Segundo Grossin (1996), ela ajusta as atividades, impõe uma disciplina estrita e pune qualquer desvio, com o propósito de normalizar as crianças. O meio escolar inculca nelas os valores da submissão completa às construções temporais institucionalizadas – a pontualidade, a exatidão, a assiduidade, a rapidez, a aplicação – e, paralelamente, culpa retardatários, distraídos, desatentos, inquietos, descuidados, preguiçosos, sonhadores.

Uma vez adquirida, essa consciência onipresente do tempo tem um caráter tão coercitivo nas sociedades industrializadas que se assemelha a uma predisposição natural. Essa coerção, sob a forma de calendários e relógios, “exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar” (Elias, 1998, p. 22). Tal modelo de regulação intensa em matéria de tempo está relacionado ao surgimento de exigências sociais específicas das quais trataremos a seguir.

## **2.2. O tempo dominante nas sociedades industrializadas**

A cada época e a cada cultura corresponde uma representação coletiva do tempo dominante, que se impõe aos indivíduos, manifestando-se em atitudes, comportamentos, práticas sociais e modos de vida específicos (Grossin, 1996). Sob o impulso da urbanização e da expansão do comércio, surgiu uma necessidade cada vez maior de sincronizar o crescente número de atividades humanas, e de dispor de uma rede de referências temporais.

A determinação do tempo, que antes era pontual, descontínua, situacional, foi aos poucos se transformando, até que se configurasse “uma trama temporal contínua, de malhas cada vez mais finas, que encerram e condicionam em sua universalidade toda a extensão das atividades humanas” (Elias, 1998, p. 77).

Ocorreram mudanças importantes na percepção do tempo a partir do século XIV, quando se iniciou a difusão dos relógios, mas foi na transição para o capitalismo industrial que houve a mudança mais significativa (Thompson, 1998). Nesse longo processo, passou-se de um tempo orientado pelas tarefas e marcado pela irregularidade, no qual havia pouca separação entre o trabalho e a vida pessoal, para um tempo reduzido a sinônimo de dinheiro; um recurso a ser gasto, valorizado, consumido de forma útil. Na submissão a uma nova disciplina de trabalho mais exigente, impõe-se o uso econômico do tempo e fica marcada uma distinção entre o tempo de trabalho, que pertence ao empregador e não pode ser desperdiçado, e o tempo próprio.

Para Foucault (1999), o tempo se constitui como objeto central da racionalização que caracteriza a modernidade. O modelo estrito do horário veio a se difundir rapidamente, segundo o autor, com o objetivo triplo de estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, e regulamentar os ciclos de repetição. A progressiva extensão dos assalariados acarretou, por um lado, um quadriculamento cerrado do tempo, e, por outro, a busca por garantir sua qualidade, na tentativa de constituir um tempo integralmente útil. Nesse processo, a rapidez, a eficácia e a pontualidade passaram a ser percebidas como virtudes, visto que se considera proibido perder tempo. Sua utilização deve ser sempre crescente, pois o que importa é extrair dele cada vez mais instantes disponíveis e de cada um dos instantes sempre mais forças úteis, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável. Assim, “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Foucault, 1999, p. 178).

Dessa forma, nas sociedades industriais, o tempo do relógio se tornou a principal referência no dia a dia: um tempo linear, abstrato, homogêneo, contínuo, divisível, mensurável, irreversível, inelutável, exterior, infinito quanto a seu passado e seu futuro (Grossin, 1996). Uma temporalidade mecânica que passa a influenciar todas as esferas da vida cotidiana, que tenta impor suas características à multiplicidade de tempos sociais

existentes, retirando importância do tempo das experiências afetivas, familiares e pessoais (Cardoso, 2009).

Contudo, como ressalta Thompson (1998), o tempo orientado pelas tarefas continua a ser muito importante em alguns casos, como no próprio trabalho doméstico. Atividades como o cuidado de pessoas dependentes, entre outras, requerem indivíduos em alguma medida fora dessa lógica temporal predominante, que possam se encarregar delas. É justamente essa temporalidade específica do trabalho doméstico e familiar o cerne da inadequação e dos conflitos na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, que serão analisados mais adiante.

É preciso considerar pelo menos três dimensões do uso do tempo, de acordo com Dedecca (2008): a valorização, a subordinação e a superposição. O grau de valorização de cada processo cotidiano é distinto, o que faz com que as atividades sejam subordinadas umas às outras, como ocorre muitas vezes com os processos relacionados ao mercado de trabalho e ao âmbito doméstico e familiar. Em outros casos, esses processos se sobrepõem e precisam ser realizados simultaneamente, o que nega a visão natural e linear que se tem sobre o tempo.

Para Cardoso (2009), por sua vez, três princípios devem balizar a discussão sobre o tempo. O primeiro deles, já abordado aqui, é que se trata de uma construção social. O segundo é a noção de que, apesar de existir uma cultura temporal dominante em cada momento, ela convive com uma multiplicidade de tempos sociais – entre eles, os tempos da escola, da família, do lazer, do amor, do trabalho, do cuidado de si, do descanso. E o terceiro é a concepção de que refletir sobre essa multiplicidade temporal requer considerá-la a partir das vivências, experiências e representações subjetivas, que podem ser bastante heterogêneas, ainda que muitas vezes o tempo seja percebido como único, preciso, uniforme e igual em todos os contextos.

Com isso, quer-se dizer que, além de incorporar uma temporalidade institucional e social, as pessoas vivenciam e representam subjetivamente tais temporalidades, uma dimensão que não pode ser contabilizada. No entanto, hoje em dia, em quase todas as situações da vida humana, os tempos acabam sendo igualmente controlados e estimados em termos quantitativos, ignorando-se, assim, as especificidades das diferentes temporalidades. Nesse sentido, a autora entende que, antes de ser um mero fluir numérico, “o tempo

consiste em um fenômeno que, do ponto de vista analítico, tem o seu relevo inicial dado por sua dimensão qualitativa” (Cardoso, 2009, p. 299).

É nesse contexto que se insere o presente estudo, ao buscar analisar os usos do tempo das entrevistadas com ênfase especial em sua dimensão qualitativa, procurando revelar a complexidade e a heterogeneidade de suas vivências, experiências e representações, para não reduzir as múltiplas temporalidades vivenciadas no cotidiano a uma questão meramente quantitativa.

### **2.3. A centralidade do tempo nas relações de poder**

Analisar os múltiplos tempos da vida cotidiana também consiste, necessariamente, em refletir sobre as relações de poder envolvidas no modo como eles se configuram, nas diferentes formas de vivenciá-los, nas opções ou constrangimentos referentes a eles. Por mais que o dia de cada pessoa dure as mesmas 24 horas, os tempos de trabalho remunerado são distribuídos de maneira bastante desigual, tanto em termos de duração quanto de ritmo, intensidade e quanto à margem de decisão sobre eles. Repartem-se desigualmente também os tempos dedicados ao trabalho doméstico e familiar, ao descanso, ao lazer, aos estudos, ao cuidado de si.

Os tempos cotidianos, como vimos, não são naturais, mas construídos socialmente, de acordo com a organização social e com as trajetórias individuais. Estão sujeitos a uma série de restrições e limitações de diversas ordens. Muitas vezes, a forma como as pessoas estruturam seu tempo e decidem como usá-lo não é autônoma, mas constrangida por determinações sociais e econômicas, que dizem respeito tanto ao trabalho produtivo quanto ao reprodutivo (Dedecca, 2008). A ideia de liberdade e de autonomia muitas vezes está relacionada com a possibilidade de controlar os próprios tempos e de ter tempo para si.

O senso comum e a experiência temporal ordinária permitem ver o estreito laço que articula poder e domínio do tempo: uma vivência temporal orientada pelos outros é considerada o próprio atributo da submissão (Bessin, 1999). O tempo tem que ser

apreendido como relação e, nesse sentido, não apenas exprime, mas também estrutura as relações de poder.

De acordo com a definição de Foucault (1979), não se deve tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras:

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 1979, p. 183).

O poder, para Foucault (1998), aparece ainda como uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização. É um jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, transforma essas correlações, reforça-as, inverte-as. Suas estratégias e seu esboço geral, sua cristalização institucional, tomam corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. O poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis e, segundo o autor, onde há poder há resistência, porque as correlações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.

A centralidade do tempo nas relações sociais, as quais se constituem como relações de poder, faz com que algumas delas, em especial as de classe e de sexo, sejam determinantes na configuração das temporalidades individuais e sociais. O tempo, considerado nas sociedades industrializadas um recurso escasso, raro e medido, é fundamentalmente estruturante na organização social: a possibilidade de dispor dele e o modo de ocupá-lo são maneiras de mostrar a posição no campo social (Lejealle, 2009). Nesse sentido, o tempo que se impõe como predominante em cada sociedade e que regula

as atividades humanas, com maior ou menor grau de conflito, reflete o poder de uma classe ou grupo social que procura fazer prevalecer sua visão de mundo, expressa sobretudo em uma concepção particular do uso e do controle do tempo (Cardoso, 2009).

Ao analisar a organização do tempo social, é preciso não apenas refletir sobre a apropriação do tempo dos trabalhadores pelos patrões na esfera produtiva, mas também incorporar a apropriação do tempo na esfera reprodutiva, isto é, deter-se sobre a imbricação entre as relações sociais de sexo e de classe. Segundo Ávila (2009a), isso implica considerar que o modo diferente e desigual de se usufruir o tempo social está determinado por essas relações.

Diversos autores tratam do caráter eminentemente político dos tempos individuais e sociais (Bessin, 1999; Augusto, 1994; Araújo, 2011; Durán, 2008). Defendem a necessidade de colocar o tempo no centro do debate público, não o deixando somente na esfera individual. Nas palavras de Durán (2008), visto que o tempo – ao contrário do dinheiro – é um recurso irremediavelmente limitado, não renovável e não suscetível de desenvolvimento, a sujeição da população a um modelo de espaço/tempo ou outro tem um valor de definição política de primeira ordem.

A questão do tempo se concretiza em conflitos e dificuldades que à primeira vista parecem ser individuais ou familiares, mas na realidade são um problema coletivo, que requer medidas coletivas – isto é, políticas públicas que deem conta da sua complexidade, tanto no que diz respeito aos tempos de trabalho quanto aos da vida privada. O Estado pode ter um papel importante na regulação do tempo, mesmo no que concerne às desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico.

Não se pode pensar nessa situação como se estivesse fora do controle humano, pois não há nada de inelutável nos tempos produzidos, criados pelos desenvolvimentos tecnológicos ou significados pelas regulações sociais. Não estamos condenados a uma sujeição temporal que provém de alguma fatalidade (Grossin, 1996; Tronto, 2003). Esses tempos resultam de atividades, escolhas e decisões humanas. Há uma série de medidas que poderiam interferir neles e modificá-los.

## **2.4. O tempo como elemento fundamental nas relações de trabalho**

Tempo e trabalho são dois elementos intimamente relacionados nas sociedades industrializadas. Isso não decorre apenas de mudanças tecnológicas, que exigem maior sincronização de trabalho e exatidão nas rotinas do tempo, mas principalmente do fato de a própria medição do tempo ter passado a se constituir como meio de exploração da mão de obra (Thompson, 1998).

O que o operariado vende, segundo Marx (1996 [1867]), não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela; um tempo que passa a ser vigiado, pois não pode ser desperdiçado. De acordo com o autor, as quantidades de trabalho social que determinam os valores das mercadorias são definidas, em primeira instância, pelo tempo de trabalho necessário para produzi-las. Nesse sentido, também o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico.

O trabalho moderno se desenrola, assim, em torno da questão central da apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista (Hirata e Zarifian, 2003). De um lado, está o trabalho, de outro, a força de trabalho, e entre os dois o tempo – referente central de avaliação da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador.

Esse lugar central do tempo nas relações de trabalho fica evidente ao se constatar que, desde o início da revolução industrial, ele tem sido um dos principais elementos de disputa entre capitalistas e trabalhadores. A limitação da jornada diária de trabalho foi a primeira grande bandeira de luta do movimento operário, e também alvo das primeiras regulamentações públicas sobre as condições de trabalho.

Segundo Thompson (1998), o processo de formação de novos hábitos de trabalho e de imposição aos trabalhadores de uma nova disciplina de tempo foi marcado por contestações, em uma mudança que levou várias gerações para se concretizar. Se em um primeiro momento elas se caracterizaram pela simples resistência, na etapa seguinte os trabalhadores começaram a lutar não contra o tempo, mas sobre ele:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceitado as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição de que tempo é dinheiro. (Thompson, 1998, p. 294)

O tempo de trabalho remunerado, esse tempo regular, homogêneo, coercitivo e linear, está no centro da vida cotidiana e determina o seu ritmo. Ele subordina os demais tempos nas sociedades industriais, faz com que se articulem em torno dele e impõe suas características e sua lógica, criando ambiguidades e paradoxos quando confrontado com as demais experiências cotidianas. O tempo de trabalho remunerado, nas palavras de Grossin (1996), corta a vida em duas partes, separa de maneira abrupta o tempo de trabalho do tempo de não trabalho – não só na duração do dia, mas também da semana, do ano, e do percurso biográfico.

Nesse sentido, o capitalismo instaura a autonomização da produção, a constituição de uma esfera econômica da qual são excluídas todas as práticas que não tenham efeito no processo de valorização e de realização do capital (Chabaud-Rychter et al, 1985). Assim, o tempo de trabalho se estreita em jornadas contínuas, e os tempos não produtivos são expulsos da esfera da produção: todas as atividades abrangidas pela reprodução dos indivíduos se separam então da produção de bens.

Ao longo da maior parte do século XX, mais precisamente até a década de 1970, difundiram-se instrumentos de regulação e padronização da jornada de trabalho, para limitar a extensão do tempo econômico sobre o tempo total das pessoas e das famílias, com o objetivo de estabelecer, sempre que possível, sua recorrência no período diurno dos dias da semana (Dedecca, 2004). No entanto, a partir do início dos anos 1980, esse movimento se rompe. Atualmente, o tempo de trabalho sofre contínua intensificação e flexibilização, ao mesmo tempo em que o movimento histórico de redução da jornada de trabalho tem evoluído pouco (Cardoso, 2009).

Além disso, o processo de separação entre os tempos de trabalho e de não trabalho vem sendo substituído por um movimento contrário, de reaproximação, de forma que as

fronteiras estão cada vez mais indefinidas. Nas sociedades contemporâneas, acrescenta Cardoso, a estandardização, a sincronização, ou ainda a separação clara entre tempo livre e tempo de trabalho estão desaparecendo; também a aparente uniformidade individual de trabalho cede lugar, lentamente, a uma grande diversificação dos tempos de trabalho.

Existem atualmente regimes e jornadas de trabalho que impõem intensa atividade para as pessoas, em particular para as mulheres. A diferenciação de regimes de trabalho e de jornadas de trabalho entre homens e mulheres, segundo Dedecca (2008), expressa uma dimensão da enorme desigualdade da sociedade brasileira. Para o autor, se as desigualdades salariais constituem a face mais visível do problema, agora é igualmente importante jogar luz sobre as fortes discrepâncias nos usos do tempo entre homens e mulheres.

## **2.5. Desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo**

O principal eixo das desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo cotidiano encontra-se no trabalho doméstico e familiar, historicamente realizado por elas, cujo objetivo é o cuidado da vida e o bem-estar das pessoas. Ainda que acompanhe todo o ciclo vital, sua intensidade varia segundo o momento, a classe social, diversos fatores culturais, a quantidade de membros na família, a idade e as condições de saúde de seus componentes. Significa multiplicidade de tarefas, sobreposição de tempos, simultaneidade e acúmulo de atividades. Organiza-se de acordo com os horários do trabalho produtivo, pois se encontra subordinado a ele.

Por ser ao mesmo tempo imprevisível e rígido, exige disponibilidade permanente do tempo das mulheres para o resto das pessoas que fazem parte da casa (Chabaud-Rychter et al, 1985). O tempo de trabalho doméstico é um tempo fragmentado pelas demandas, expressas ou não, das pessoas para as quais ele é realizado; submisso aos horários, às idas e vindas dos membros da família. Por causa da exigência de disponibilidade permanente, o tempo de trabalho doméstico escapa a qualquer medição, isto é, não é limitado a um número preciso de horas. As mulheres nunca estão fora do trabalho doméstico, mesmo quando estão trabalhando profissionalmente ou se divertindo fora de casa, pois não existe

uma separação entre tempo de trabalho e de não trabalho nesse âmbito. Por isso, essas autoras defendem que o trabalho doméstico deve ser concebido como um todo, enquanto disponibilidade das mulheres ao serviço da família, e não como uma soma de tarefas separadas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a apropriação do tempo das mulheres se configura de maneira diferente da dos homens: ocorre duplamente, através do tempo de trabalho remunerado e não remunerado, constituindo uma relação de contradição que elas enfrentam no cotidiano (Ávila, 2009a). Para a autora, a disponibilidade permanente não apenas significa ter o uso do tempo voltado para as demandas das outras pessoas, mas também implica para as mulheres manter-se sempre em um estado de atenção e vigília em relação às necessidades domésticas e familiares.

Há uma constante pressão sobre o trabalho não remunerado, já que a ele corresponde cobrir a lacuna entre as condições do trabalho assalariado e as condições de vida (Picchio, 2001). Por meio do trabalho não remunerado, amplia-se a renda e diminuem-se as discrepâncias entre os recursos distribuídos e os consumos familiares. O trabalho de reprodução social cumpre, assim, o papel de um mecanismo de ajuste efetivo e parece ser um elemento de grande elasticidade, suficiente para garantir uma grande flexibilidade ao sistema capitalista. No entanto, diz Picchio, essa elasticidade, frequentemente confundida com um espírito de sacrifício natural das mulheres, não é infinita.

Crianças, idosos, pessoas enfermas e com necessidades especiais não são os únicos que precisam de trabalho doméstico e de cuidados; também as pessoas adultas saudáveis, em sua normalidade cotidiana, dependem disso. Como vimos, o trabalho doméstico e de cuidados desempenha um papel fundamental até mesmo para a manutenção dos homens no mercado de trabalho. Picchio (2005) ressalta que é necessário um volume considerável de horas para colocar os homens em condições de trabalhar e de enfrentar a jornada, a intensidade, as ansiedades e a tensão física do trabalho remunerado.

Assim, fica claro que as mulheres que contribuem com as tarefas de reprodução não conseguem enfrentar o mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens. Em primeiro lugar, porque suportam uma carga de trabalho total maior; em segundo, porque não recebem o trabalho doméstico e de cuidados necessário para isso. Nesse sentido, concordamos com Picchio (2001), quando afirma que a divisão do trabalho

reprodutivo não remunerado entre homens e mulheres constitui o núcleo central das desigualdades de gênero.

### **Dupla presença**

O fim da dupla jornada de trabalho das mulheres é uma das mais fortes e permanentes bandeiras do feminismo (Moraes, 2003). No Brasil, essa situação vem sendo denunciada desde a década de 1970 pelas feministas e continua fortemente presente até hoje nos discursos teóricos e dos movimentos.<sup>10</sup> No entanto, neste estudo optou-se por utilizar o termo “dupla presença” para se referir a esse fenômeno, acrescentando, assim, sentidos à ideia de “dupla jornada”, que pode pressupor a possibilidade efetiva de concretizá-la – sem evidenciar as lógicas temporais distintas que precisam ser manejadas simultaneamente pelas mulheres (Carrasquer, 2009).

A dupla presença constitui uma figura historicamente nova, determinada pela soma de duas presenças parciais, meia presença no trabalho, meia presença na família, o que quase esgota para as mulheres qualquer possibilidade de outra dedicação a si mesmas, em termos de descanso, distração, reflexão, estudos (Balbo, 1994). Segundo a autora, os dados indicam em termos bastante dramáticos em que medida a dupla presença converte as mulheres em malabaristas, obrigadas a estabelecer um equilíbrio de tempo muito rígido. Uma presença que, embora em termos de horário possa se dividir em dois meios tempos, não se reparte de igual modo em termos de concentração e tensão. Para que essa fórmula funcione, implica total ausência de qualquer outro âmbito de interesse e de desempenho além desse duplo trabalho.

Trata-se, na realidade, de uma dupla presença e de uma dupla ausência, porque as mulheres estão e não estão em nenhum dos dois lugares ao mesmo tempo (Carrasco, 2003). Vivem em seu próprio corpo a enorme tensão que significa a sobreposição de tempos estreitamente conectados e imbricados, tempos de pessoas diferentes, de lugares diferentes, que se irrompem uns sobre os outros e que se enredam entre si (Méda, 2002). Sofrem o

---

<sup>10</sup> Em 1976, o primeiro editorial do primeiro jornal feminista brasileiro, o *Nós mulheres*, falava sobre a dupla jornada de trabalho feminina, propondo “uma série de reivindicações, nas quais as políticas de Estado aparecem como solução” (Moraes, 2007).

contínuo deslocamento de um espaço a outro, de características específicas da atividade familiar a horários e valores do trabalho assalariado. Suportam a impossibilidade de se sentirem cômodas em um mundo construído de acordo com o modelo masculino, que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas que a maioria dos homens não precisa fazer (Carrasco, 2003). Essas mulheres têm a sensação de lutar contra o relógio para cumprir as obrigações que ambos os lugares reclamam. Dificilmente experimentam uma sensação de plena realização nesses dois âmbitos; ao contrário, a vida é uma maratona diária, um estresse, uma jornada interminável. E é essa sobrecarga que resulta para as mulheres, segundo Bruschini (2000), em uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho.

Tal situação gera duas realidades bastante distintas para homens e mulheres, o que inevitavelmente provoca grandes desigualdades de gênero em âmbito laboral. A atividade remunerada feminina está bastante afetada pela injusta, mas naturalizada, distribuição do tempo na vida cotidiana. Enquanto para a maior parte dos homens o tempo tem um caráter descontínuo, dividido entre tempo de trabalho e tempo de ócio, e é visto como uma mercadoria, para grande parte das mulheres ele tem um caráter contínuo, é utilizado de maneira plural, e doado aos outros. Segundo Bessin (1999), ao tempo masculino é atribuída a imagem da ação, em contraposição ao tempo da espera que seria uma propriedade conferida ao tempo feminino.

Diversas pesquisas mostram que a carga total de trabalho das mulheres, isto é, a soma dos tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, constitui muitas vezes uma jornada laboral interminável, com tempo livre escasso ou inexistente. O tempo feminino, principalmente quando elas são casadas e têm filhos, pessoas idosas ou adoentadas a seu encargo, não costuma ser utilizado de forma autônoma, sendo, em vez disso, estruturado e organizado em função dos demais.

Para as mulheres de baixa renda que vivenciam a dupla presença, a situação é ainda pior, porque em grande parte dos casos elas sequer têm a compensação proporcionada pela realização profissional, já que a maior parte se dedica a trabalhos pouco satisfatórios, repetitivos, desvalorizados socialmente e, muitas vezes, degradantes. No caso delas, soma-se à falta de recursos financeiros a insuficiência das políticas sociais, o que dificulta o

cuidado dos dependentes, fazendo com que as redes familiares e comunitárias sejam fundamentais.

A escassa participação masculina ocorre sob o delineamento de uma “ajuda”, em relação a um trabalho que os homens não veem como sua responsabilidade. As pesquisas de tempo revelam que, nos casos em que compartilham uma parcela do trabalho reprodutivo, os homens se concentram em tarefas muito determinadas, como fazer as compras no supermercado e passear com as crianças, atividades realizadas no espaço público, frente à maior dedicação feminina a labores como limpar a casa e lavar a roupa, restritas ao âmbito privado.

Muitas dessas pesquisas mostram que, à medida que a família se torna mais numerosa, a participação masculina pode inclusive se diluir ou desaparecer. Ou seja, além de não assumirem uma parcela do novo trabalho gerado, os homens muitas vezes transferem a elas parte do trabalho que realizavam quando viviam sós. Para os homens, viver sozinho significa maior dedicação ao trabalho reprodutivo, enquanto para as mulheres esse mesmo fato significa uma diminuição das tarefas, ao reduzir drasticamente a necessidade de atenção aos outros (Durán, 2006; Izquierdo, 2003; Ramos, 2001).

Em idades cruciais para o mercado de trabalho e para as carreiras profissionais e políticas, muitas mulheres se veem obrigadas a reduzir o tempo dedicado ao trabalho remunerado, enquanto alguns homens aumentam o seu, dado que a chegada de filhos e filhas incrementa os gastos familiares (Méda, 2002). Tudo converge para que elas restrinjam seu investimento profissional, visto que para trabalhar e ter filhos acaba sendo necessária uma organização muito eficaz e a posse de recursos, se não dispõem de uma rede solidária de apoio próxima e disponível, algo cada vez menos frequente nas grandes cidades. E, quando é possível estabelecer essas redes de solidariedade, elas costumam ser compostas somente por mulheres: irmãs, primas, tias, vizinhas, sogras, mães.

Além disso, a inadequação representada pela correspondência entre os horários laborais e os horários da cidade (Torns e Miguélez, 2000) obriga a um verdadeiro malabarismo da população, principalmente das cidadãs que vivem a dupla presença, para realizar atividades básicas como utilizar os serviços públicos, fazer as compras ou buscar as crianças na escola. Tal incompatibilidade entre o tempo pessoal e os tempos da cidade põe em evidência que os horários dos serviços continuam respondendo a um modelo obsoleto,

dependente de mulheres com total disponibilidade para as atividades familiares, ignorando as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas (Prats et al., 1995a).



## Capítulo 3: Pesquisas de usos do tempo

### 3.1. Origens e finalidades

As pesquisas de usos do tempo existem pelo menos desde o século XIX, mas foi a partir dos anos 1960 que elas começaram a ganhar maior importância como instrumento de investigação da organização da vida cotidiana nas sociedades industriais. Também conhecidas como pesquisas de orçamento do tempo (*time budget research*), elas buscam conhecer os comportamentos dos indivíduos no dia a dia; procuram traçar um perfil detalhado da diversidade de atividades, mostrando a sequência em que ocorrem, a duração de cada uma e os horários do dia em que são feitas. Tais estudos têm o mérito de captar empiricamente aspectos da esfera privada aos quais as pesquisas tradicionais não têm acesso, por não adentrarem o universo intradomiciliar (Ramos, 2009).

O primeiro grande estudo internacional de usos do tempo, realizado entre 1965 e 1966, contou com a participação de pesquisadores de 12 países,<sup>11</sup> nos quais foram entrevistadas cerca de 30 mil pessoas. Coordenado pelo sociólogo húngaro Alexander Szalai, com financiamento da Unesco, o estudo<sup>12</sup> é uma referência na área por sua contribuição no desenvolvimento de metodologias que estão presentes até hoje em grande parte das pesquisas de usos do tempo, como a utilização dos diários de atividades para a coleta de informações.

O propósito que permeava o projeto multinacional de Szalai era de estudar comparativamente a classe trabalhadora e sua qualidade de vida em diferentes países, observando não apenas o tempo de trabalho remunerado, mas também duas outras esferas da vida cotidiana: o tempo livre e o de cuidados pessoais (Aguiar, 2011). Nessa época, ainda se dava pouca atenção ao tempo de trabalho doméstico e familiar, mas os dados da

---

<sup>11</sup> Com a participação não apenas de países capitalistas (Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha Ocidental), como também de países que na época eram socialistas (União Soviética, Hungria, Polônia, Bulgária, Alemanha Oriental), e de um país considerado “em desenvolvimento”, o Peru (Aguiar, 2011).

<sup>12</sup> Publicado no livro “The Use of Time: Daily Activities of Urban and Suburban Populations in Twelve Countries” (Szalai, 1972).

própria pesquisa mostraram o papel fundamental dessa dimensão temporal no dia a dia de algumas pessoas, em especial das mulheres.

No entanto, foram as reivindicações feministas a partir da década de 1970 em relação à divisão sexual do trabalho, e os questionamentos teóricos sobre o próprio conceito de trabalho, que impulsionaram a utilização das pesquisas de usos do tempo como um instrumento privilegiado para medir quantitativamente o peso das tarefas invisíveis, e de evidenciar a desigual distribuição dos tempos cotidianos entre homens e mulheres (Delfino, 2009).

Alguns países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Holanda e Inglaterra, vêm regularmente fazendo pesquisas de usos do tempo. Na América Latina, alguns países também adotaram essa metodologia na realização de pesquisas nacionais a partir da década de 1990.

Essa proliferação de pesquisas oficiais é também um desdobramento das conferências realizadas durante a Década da Mulher (1975-1985), e da Conferência de Pequim de 1995 da ONU, que recomendaram aos Estados a adoção dessa metodologia de investigação para dar conta das atividades remuneradas e não remuneradas desempenhadas pelas mulheres.<sup>13</sup> Em 1997, a ONU criou uma classificação de atividades própria, a International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS), para padronizar os resultados e possibilitar a comparação internacional, adotada por diversos países.

A partir dessas pesquisas, constituem-se bancos de dados valiosos para a investigação sociológica, que podem mostrar o tempo dedicado a uma multiplicidade de atividades, relacionadas ao trabalho remunerado, ao trabalho doméstico e de cuidados, ao lazer, ao cuidado de si, ao descanso, ao transporte, às atividades culturais, entre outras

---

<sup>13</sup> No documento “Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995”, entre as medidas que devem ser adotadas, consta: “g) desenvolver uma classificação internacional de atividades, para a elaboração de estatísticas baseadas no emprego de tempo, sensíveis às diferenças entre o homem e a mulher no tocante a trabalho remunerado e não remunerado, e coletar dados discriminados por sexo em nível nacional, sujeito às restrições nacionais: i – empreender estudos periódicos sobre o emprego do tempo para medir quantitativamente o trabalho não remunerado, registrando inclusive as atividades que se realizam simultaneamente com as atividades remuneradas ou outras atividades não remuneradas; ii – medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e buscar melhorar os métodos de aferição do seu valor, para que este seja indicado com exatidão em contas especiais ou outras contas oficiais preparadas separadamente das contas nacionais básicas, mas em consonância com estas”. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)

possibilidades. Em geral, elas evidenciam a divisão sexual do trabalho e permitem calcular a carga total de trabalho de homens e mulheres.

O trabalho doméstico e familiar se tornou o foco principal de grande parte dessas pesquisas, visto que antes havia poucas informações disponíveis sobre essa esfera da vida cotidiana. Trata-se, portanto, de tornar visível o que permaneceu por muito tempo oculto aos indicadores sociais e econômicos, na tentativa de neutralizar a hegemonia do trabalho mercantil (Sainz, 2005). Nesse sentido, o tempo aparece como uma categoria analítica relevante para caracterizar as desigualdades entre homens e mulheres na vida cotidiana e mostrar como elas se transformam com o passar dos anos. Isso porque o tempo possui uma ampla capacidade descritiva e explicativa; é um dado bastante eloquente, tanto pela disparidade revelada quanto pela amplitude do fenômeno estudado (Durán, 2008).

Atualmente, as pesquisas de usos do tempo são consideradas subsídios fundamentais para o desenho de políticas públicas que auxiliem as famílias na articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado, e que promovam a igualdade de gênero. Segundo Bandeira e Preturlan (2013), para a efetivação de políticas públicas que contribuam para a ressignificação da divisão sexual do trabalho e para a corresponsabilidade nas atividades domésticas e familiares, são necessários indicadores específicos que traduzam a complexidade da realidade social, como é o caso desses estudos.

Em diversos países, as pesquisas também vêm sendo utilizadas nas últimas décadas para calcular qual seria, em termos monetários, a contribuição do trabalho doméstico e familiar na contabilidade do Produto Interno Bruto (PIB). Esse tipo de mensuração pretende mostrar o valor das atividades realizadas na esfera doméstica de forma gratuita; caracterizá-las como um trabalho de verdade, útil e produtivo; evidenciar quão subestimado é o aporte feminino para a riqueza nacional e para o bem-estar da população (Chadeau e Fouquet, 1981). Trata-se não apenas de reconhecer socialmente sua importância, como também de defender a reavaliação da metodologia de cálculo da contabilidade nacional, que oculta o trabalho doméstico e de cuidados (Melo et al, 2007). Isso porque, quando exercidos por terceiros, os serviços domésticos são incluídos no PIB, mas, quando realizados por alguém da própria família, não são computados nas contas nacionais. Dessa

forma, o tempo e a energia dedicados a essas atividades passam despercebidos em nível macroeconômico.

O critério que costuma ser aplicado para determinar o que será incluído nesse cálculo consiste em avaliar se é possível comprar no mercado um bem ou um serviço equivalente àquele produzido na família; uma atividade é considerada produtiva se pode ser delegada a outra pessoa. Diferentes metodologias têm sido utilizadas para quantificar monetariamente o trabalho doméstico e de cuidados, cada uma com resultados diferentes e limitações próprias (Chadeau e Fouquet, 1981; Borderías e Carrasco, 1994). Essa mensuração pode ser feita calculando quanto custaria contratar os serviços de outra pessoa para realizar todas as tarefas domésticas necessárias, ou separando as tarefas realizadas na casa e estimando o valor total a partir da soma do preço de cada um dos serviços equivalentes no mercado (lavanderias, restaurantes, motoristas, etc.). Uma terceira opção é a de estimar o custo de oportunidade: os rendimentos reais ou potenciais que as pessoas que realizam atividades domésticas poderiam receber se dedicassem essas mesmas horas ao mercado de trabalho.

Um estudo dessa natureza foi realizado no Brasil (Melo et al, 2007), a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o tempo dedicado aos afazeres domésticos pela população brasileira, multiplicado pelo valor médio dos serviços domésticos remunerados no país. Concluiu-se que essas atividades equivalem a pouco mais de 11% do PIB brasileiro, o que corresponderia, em 2006, a R\$ 260,2 bilhões. Além disso, o estudo revelou que 82% desse valor, cerca de R\$ 213 bilhões, foram gerados pelas mulheres.

Trata-se, portanto, de buscar valorizar o trabalho doméstico, comparando-o ao trabalho de mercado, isto é, aplicando a essas atividades parâmetros equivalentes ao da economia tradicional. E essa é justamente a principal crítica que tais esforços recebem. Questiona-se a legitimidade dessas tentativas, já que as tarefas domésticas e familiares constituem um trabalho inestimável, de valor infinito, por permitir a reprodução da sociedade (Chadeau e Fouquet, 1981). Em âmbito doméstico, realizam-se atividades de natureza diferente das mercantis, que não têm um substituto no mercado, já que as necessidades dos membros da família das quais o trabalho doméstico busca dar conta são também de ordem psicológica e afetiva, são relacionais (Carrasco, 2001b). Essa dimensão

subjetiva do trabalho doméstico não é contemplada quando se confere um valor econômico a essas tarefas. Além disso, parte da atividade doméstica tem a ver com gestão e organização das tarefas, o que não necessariamente consome tempo concreto, mas requer muita energia. Na avaliação de Chabaud-Rychter et al (1985), os debates sobre o valor econômico do trabalho doméstico e sua possível quantificação são uma tentativa frustrada de atribuir um preço fictício ao que é gratuito. O trabalho doméstico, segundo a análise das autoras, quando tratado como objeto específico, faz aparecer uma estrutura temporal própria, fundada sobre as relações sociais e não redutível às relações de produção.

### **3.2. Pesquisas de usos do tempo no Brasil**

Nas últimas décadas, o estudo dos usos do tempo na vida cotidiana também vem ganhando relevância no Brasil, recebendo crescente atenção do meio acadêmico, do movimento feminista, e de representantes do Estado brasileiro.

Uma das pioneiras na utilização de pesquisas de usos do tempo no país, sempre discutindo o tema a partir de uma perspectiva de gênero, é a socióloga Neuma Aguiar, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela conduziu duas pesquisas domiciliares sobre o assunto, uma em Campos (RJ), em 1986, e outra em Belo Horizonte (MG), em 2001 (Cavalcanti et al, 2010), e contribuiu significativamente para o desenvolvimento desses estudos no Brasil, por meio da aplicação de metodologias específicas e de técnicas de construção de dados (Souza, 2013). Sua pesquisa piloto “Múltiplas Temporalidades de Referência: análises dos usos do tempo entre grupos domésticos na população de Belo Horizonte” (2001), realizada por meio de diários de atividades em 400 domicílios, se desdobrou em uma série de estudos sobre o tema na UFMG e em outras universidades brasileiras, utilizando ou não seu banco de dados.

Apesar desses crescentes esforços, ainda são escassas as informações sobre os usos do tempo da população brasileira, e talvez insuficientes para subsidiar a formulação de políticas públicas. Nos últimos anos, foram realizadas diversas pesquisas de usos do tempo no país, tanto quantitativas quanto qualitativas – acadêmicas ou feitas por institutos,

fundações, organizações da sociedade civil e do poder público – grande parte delas analisando as desigualdades entre homens e mulheres no dia a dia. A metodologia empregada é bastante variada: algumas utilizam os diários de uso do tempo, outras o questionário de atividades; algumas são pesquisas de opinião, que captam a percepção subjetiva das pessoas sobre as temporalidades cotidianas, outras se baseiam em entrevistas aprofundadas, grupos focais, ou analisam os dados produzidos por órgãos governamentais. Entre as pesquisas existentes, podemos destacar as da Fundação Carlos Chagas (Bruschini e Ricoldi, 2008 e 2010, por exemplo), as pesquisas de opinião da Fundação Perseu Abramo (em 2001 e em 2010), e a da SOS Corpo/Data Popular (2013).

Quanto ao Estado brasileiro, foi somente a partir de 1992 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente, uma pergunta sobre a realização de trabalho reprodutivo (“cuidou de afazeres domésticos<sup>14</sup> na semana anterior?”), para pessoas acima de 10 anos. Essa inclusão foi resultado dos debates feminista sobre a necessidade de dar visibilidade ao trabalho doméstico. Em 2001, foi acrescentada a pergunta “quantas horas gastou na realização de afazeres domésticos?”, para quem respondesse “sim” à questão anterior. Isso possibilitou, pela primeira vez, obter informações sistemáticas sobre os usos do tempo na atividade doméstica em todo o país, ainda que não de maneira detalhada, mas permitindo cruzamentos com outras categorias, tais como sexo, escolaridade, rendimento, idade, cor/raça, arranjos familiares, ocupação.

Depois disso, pouco a pouco o tema passou a despertar cada vez mais interesse do movimento feminista e do governo brasileiro. É possível observar essa evolução por meio das demandas apresentadas nas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007 e 2011), com participação de representantes dos poderes públicos e da sociedade civil, que resultaram em três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2008 e 2013).

---

<sup>14</sup> Considera-se afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadram no conceito puramente econômico de trabalho) de: a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (Soares e Saboia, 2007).

No primeiro deles (Brasil, 2004), falava-se simplesmente em “estimular a divisão das tarefas domésticas” entre homens e mulheres por meio de campanhas. No segundo (Brasil, 2008), já se nota um salto qualitativo relacionado à questão. Há todo um objetivo específico sobre o tema (“promover a valorização do trabalho doméstico não remunerado e contribuir para a superação da atual divisão sexual do trabalho”) e uma linha de ação dedicada ao tempo (“promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres”), a qual inclui demandas como: garantir o acesso à alimentação de baixo custo; construir, reformar e aparelhar creches e pré-escolas; promover a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Quanto à produção e disseminação de dados, defende-se no plano a realização de uma pesquisa nacional sobre uso do tempo e a instalação de um Comitê de Gênero e Uso do Tempo no âmbito do IBGE. O terceiro plano nacional (Brasil, 2013), por sua vez, afirma que “diminuir o tempo das mulheres nos afazeres de casa é tarefa de políticas públicas para a autonomia econômica”, e que o “rompimento do ciclo da pobreza, que atinge as mulheres jovens e adultas, depende, entre outros fatores, do tempo disponível e das condições objetivas para terem acesso ao mercado de trabalho e conquistar os seus espaços profissionalmente”. Entre as reivindicações relacionadas ao tema, acrescentam-se às do plano anterior algumas novas, como ampliar “o tempo e o espaço educativo nas redes de ensino públicas”; “articular para a aprovação da legislação relativa à universalização da licença maternidade de 180 dias e regulamentação e ampliação da licença paternidade”; e “estimular a promoção da oferta de equipamentos sociais que contribuam para o compartilhamento social das tarefas domésticas, bem como o acesso à alimentação de baixo custo, por meio da modernização da rede de equipamentos públicos de apoio ao abastecimento e consumo de alimentos (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, entre outros)”.

A partir das primeiras demandas das conferências, foram realizados seminários para debater os usos do tempo e as desigualdades de gênero. O primeiro deles, o “Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo”, ocorreu em junho de 2007, no Rio de Janeiro, como parte do projeto “Uso do Tempo e trabalho não remunerado das mulheres no Brasil e Cone Sul”, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem). Foi ao longo desse seminário que surgiu pela primeira vez a proposta de criar um

grupo de trabalho com o objetivo de dar continuidade aos esforços para a implementação de pesquisas sobre uso do tempo no Brasil (Fontoura et al, 2010).

Como consequência desse processo, foi criado em 2008 o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT),<sup>15</sup> com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise das estatísticas oficiais no país. O comitê é integrado por representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do IBGE e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); tem como convidados permanentes dois organismos internacionais: a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O comitê definiu como um de seus objetivos prioritários a viabilização de uma pesquisa de usos do tempo na agenda de produção de informações do IBGE (Fontoura et al, 2010). Em 2009 e 2010 foi realizado o primeiro teste de uma pesquisa dessa natureza no Brasil, junto à PNAD, sobre o qual trataremos mais adiante.

Também como desdobramento das atividades do comitê, em 2010, ocorreu o “II Seminário Internacional sobre Uso do Tempo: Aspectos Metodológicos e Experiências Internacionais”, no Rio de Janeiro; em 2012, o seminário “Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável”, em Brasília, e, em 2013, o Brasil foi o país sede da 35ª Conferência Anual da International Association for Time Use Research (IATUR), realizada no Rio de Janeiro, no qual inclusive foram apresentados resultados preliminares deste trabalho.

---

<sup>15</sup> O CGUT é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e tem as seguintes atribuições: I) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; II) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; III) construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque de gênero e dos usos do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos institutos de pesquisas e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; IV) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiências nestas áreas temáticas; e V) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análises de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero (Bandeira e Preturlan, 2013).

### 3.3. Usos do tempo entre mulheres e homens brasileiros

Por mais que a produção de dados sobre os usos do tempo no país seja pouco sistemática, já existem informações significativas para a análise dessa dimensão das desigualdades entre homens e mulheres na população brasileira.

Em 1973, Amaury de Souza fez uma pesquisa sobre usos do tempo na Guanabara/Rio de Janeiro, dentro dos parâmetros do estudo internacional de Szalai, para possibilitar a comparação com outros países, que resultou no relatório intitulado “As 24 horas do dia de um carioca” (Souza, 2013). Isso permitiu que Neuma Aguiar fizesse uma análise sobre as mudanças na temporalidade cotidiana da sociedade brasileira, ao comparar, usando recursos de simulação, duas pesquisas de usos do tempo realizadas no Brasil com métodos semelhantes, em dois contextos distintos e em dois períodos históricos diferentes: Guanabara/Rio de Janeiro, 1973, e Belo Horizonte, 2001 (Aguiar, 2011).

Segundo a autora, é possível observar uma considerável elevação da quantidade geral de trabalho remunerado entre os dois períodos (de 215 minutos por semana, em 1973, para 366, em 2001), e uma redução e reorganização do lazer, com diferenciações por estrato social. O estudo comparativo também demonstra o evidente aumento da participação das mulheres em atividades remuneradas: de 284 minutos semanais para 353 entre as mulheres em geral, e para 442 quando consideradas apenas as ocupadas.

A pesquisa mostra também uma redução geral dos cuidados com a casa e a família (de 226 para 151 minutos por semana), mas também a clara manutenção das desigualdades nas atribuições de homens e mulheres. Se, em 1973, os homens consagravam 160 minutos aos cuidados com a casa e a família e as mulheres, 556 minutos, em 2001 eram 124 minutos deles para 408 minutos delas. Houve, portanto, uma ligeira diminuição da desigualdade em quase quatro décadas, praticamente imperceptível: em 1972, as mulheres dedicavam 3,47 vezes mais tempo à esfera doméstica que os homens; em 2001, passou a ser 3,29 vezes maior a dedicação feminina. Entre homens e mulheres ocupados, nota-se uma mudança um pouco maior: entre os homens, de 54 minutos por semana para 41 minutos; e, entre as mulheres, de 191 minutos para 104 por semana (nesse caso, passou-se de 3,53 vezes mais tempo feminino consagrado à casa e à família, para 2,53 vezes mais).

Segundo um levantamento do IPEA, da SPM e do Unifem, feito com dados da PNAD de 1996 a 2007, o nível de participação feminina nos afazeres domésticos se apresenta praticamente constante durante todo o período, mantendo-se na faixa dos 90%. No caso dos homens, a oscilação é significativa, eleva-se de 40% a 50%. Isso mostra que a participação masculina não é desprezível e tem aumentado, mas ao analisar a média de horas dedicadas a essas atividades, de 2001 a 2007, nota-se que ainda consiste em uma participação bastante marginal. Nesse período, a média feminina mostra uma pequena queda, de 29 horas em 2001 para 25 horas semanais em 2007, e a masculina mantém-se estável, sempre próxima a 10 horas semanais (Bruschini e Ricoldi, 2010).

De acordo com os dados da PNAD de 2009, os homens gastavam em média 10,5 horas por semana em atividades domésticas e as mulheres, 26,6 horas. Considerando apenas a população ocupada, eles despendiam 9,5 e elas 22 horas semanais. As mulheres ocupadas trabalhavam menos horas em atividades remuneradas (em média 35,6 horas semanais no mercado contra 42,9 dos homens), mas, levando em conta o tempo total despendido em atividades produtivas e reprodutivas, conclui-se que, em 2009, os homens ocupados gastavam em média 52,4 horas semanais, enquanto as mulheres ocupadas se dedicavam mais horas por semana ao trabalho em geral, consagrando em média 57,6 horas (IPEA, 2012). Esses dados confirmam que a carga total de trabalho é geralmente maior para as mulheres do que para os homens, mesmo que elas tenham jornadas produtivas mais curtas, o que significa que realizam longas jornadas de trabalho gratuito e sem reconhecimento social.

Ainda segundo o levantamento do IPEA (2012), não importa se as mulheres possuem renda alta, se são consideradas chefes de família, se estão ocupadas; em todos os casos elas sempre gastam mais tempo com afazeres domésticos do que os homens que estão nas mesmas posições. Mais impressionante ainda é o fato de que elas gastam mais tempo nessas atividades mesmo quando comparadas aos homens nas situações opostas: os de baixa renda, os considerados cônjuges e os desocupados. As mulheres ocupadas, por exemplo, gastam sete horas a menos por semana nas tarefas domésticas que as desocupadas, mas ainda se dedicam quase dez horas a mais a esse trabalho do que os homens desocupados.

A constatação de que, independentemente da situação em que se encontram, as mulheres sempre trabalham mais em âmbito doméstico do que os homens mostra de forma definitiva que a realização dessas tarefas não está relacionada às condições de vida, à inserção no mercado de trabalho, nem à disponibilidade de tempo. Está no âmago das relações sociais de sexo, é fruto da divisão sexual do trabalho, que designa a priori ao coletivo feminino a responsabilidade pelo trabalho doméstico e familiar.

Escolaridade e renda têm efeito relevante sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico pelas mulheres. Quanto mais anos de estudos e quanto maior o rendimento individual, menor o número de horas consagradas pelas mulheres aos afazeres domésticos (Soares e Saboia, 2007; Madalozzo et al., 2010). Mas vale observar que isso não significa necessariamente que tais fatores impliquem um poder maior de negociação com seus parceiros, já que tal diminuição das horas dedicadas à reprodução social se deve em grande medida à terceirização dessas atividades, quase sempre para outras mulheres, muitas vezes em condições precárias de trabalho.

Em sua pesquisa com base nos dados da PNAD de 2009, Sorj (2013) mostra que as mulheres dedicam, em média, seis vezes mais horas aos afazeres domésticos do que os homens, mas essa diferença decresce conforme aumenta o estrato de renda. Entre os 20% mais pobres, o tempo gasto pelas mulheres é quase sete vezes o dos homens, enquanto entre os 20% mais ricos essa diferença cai para 4,3 vezes. Quando se comparam as mulheres, verifica-se que as mais ricas trabalham em âmbito doméstico cerca de 3 a 4 horas a menos que as mais pobres, provavelmente por causa do tamanho mais reduzido das famílias mais ricas, do acesso a tecnologias modernas e, principalmente, do serviço de trabalhadoras domésticas. No caso dos homens, a diferença do tempo investido em casa entre os mais pobres e os mais ricos é menor, de apenas uma hora. Enquanto para as mulheres a diferença de renda apresenta mudanças significativas quanto à dedicação ao trabalho doméstico e de cuidados, para os homens isso não ocorre, mostrando que a experiência masculina é mais uniforme, sobrepondo-se às desigualdades de classe (Sorj, 2013).

A entrada no mercado de trabalho, contudo, não representa uma menor jornada de afazeres domésticos para as mulheres (Dedecca, 2004). São as cônjuges e, particularmente, as mães as que dedicam mais horas semanais aos afazeres domésticos, em especial quando os filhos são pequenos. Essa constatação é relevante ao se considerar o fato de que, desde

os anos 1980, são justamente essas mulheres as que estão adentrando com mais vigor o mercado de trabalho e nele permanecendo (Bruschini, 2006). Aquelas que mais trabalham atualmente em atividades produtivas são as que mais consomem seu tempo nas reprodutivas, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e as dificuldades decorrentes disso.

A presença de crianças ou o aumento do número de filhos e filhas representa um incremento no número de horas femininas dedicadas ao trabalho doméstico. No entanto, o mesmo nem sempre acontece no caso dos homens, cuja participação pode inclusive ser reduzida com o crescimento da família (Soares e Saboia, 2007). Segundo o estudo do IPEA (2012), baseado na PNAD 2009, as mulheres sem filhos gastavam quase 26 horas semanais com afazeres domésticos, e esse tempo aumentava à medida que crescia a família, chegando a 33,8 horas semanais entre aquelas com cinco ou mais filhos. No caso dos homens, chama a atenção que aqueles que não tinham filhos despendiam 11,7 horas semanais enquanto os que tinham cinco ou mais filhos consagravam apenas 10,3 horas. Algumas pesquisas no Brasil também mostram que a presença de cônjuge aumenta o número de horas de trabalho reprodutivo para as mulheres, enquanto, para os homens, a presença de esposa na família reduz essa participação (Madalozzo et al., 2010).

É importante observar que, enquanto as categorias sexo e classe apresentam uma influência significativa em como se configuram os usos do tempo na vida cotidiana, principalmente no que diz respeito às mulheres, como já constatamos, os dados existentes não mostram diferenças relevantes no que diz respeito a raça/etnia. Ainda precisam ser realizadas pesquisas mais aprofundadas e específicas para identificar a real influência dessa categoria nas temporalidades sociais.

Para além dos dados da PNAD, os resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (2010)<sup>16</sup> mostram que 91% das mulheres são responsáveis “pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos”. Entre as mulheres de 25 a 44 anos com filhos, esse índice sobe para 96%. Segundo a pesquisa, a jornada semanal média de trabalho doméstico das brasileiras é de 29 horas e 21 minutos, contra 8 horas e 46 minutos declaradas pelos homens. Já as mulheres

---

<sup>16</sup> Consultada no site da Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap2.pdf>

com filhos gastam 36 horas e 4 minutos, enquanto os homens com filhos afirmam gastar 10 horas e 16 minutos no total por semana.

A pesquisa também aponta que 56% das mulheres brasileiras, se pudessem decidir livremente, escolheriam ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família, enquanto 37% optariam por se dedicar mais às atividades com a casa e a família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo plano. Quando se questionou se homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico, 93% das mulheres e 84% dos homens concordaram com essa afirmação. No entanto, 75% delas e 79% deles também estavam de acordo que “quando têm filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa”. Ainda que à primeira vista haja um discurso de caráter igualitário, a divisão sexual do trabalho permanece fortemente arraigada na mentalidade brasileira.

Já os dados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente”, da SOS Corpo/Data Popular (2013), realizada com 800 trabalhadoras de 18 a 64 anos, de regiões metropolitanas de nove estados e do Distrito Federal, mostram que a falta de tempo e uma grande sobrecarga marcam o cotidiano das mulheres brasileiras. Sete em cada dez mulheres consideram que falta tempo no seu dia a dia, especialmente para cuidar de si (58%), para ficar com a família ou com os filhos (46%), para se divertir (42%), para dormir ou descansar (32%), para cuidar da casa (16%) e para estudar (11%). Nessa pesquisa, “cuidar de si” foi a atividade para a qual a falta de tempo foi mais citada por mulheres de todas as classes sociais. Ainda que o estudo seja muito valorizado na fala delas, apenas 11% das mulheres da classe C nessa faixa etária estudam e 7% na classe D, ao passo que esse número sobe para 20% nas classes A e B.

O trabalho doméstico e familiar ainda é visto por 47% delas como uma responsabilidade feminina. A pesquisa também mostra que 63% dessas mulheres trabalhadoras têm ajuda gratuita para cuidar da casa, 10% têm ajuda paga e 27% não têm ajuda nenhuma. Quanto ao cuidado dos filhos, 31% das mulheres que têm filhos menores de 12 anos morando junto têm ajuda paga, 24% têm ajuda não paga, e 45% não têm ajuda. Entre as mulheres casadas, 71% não contam com a ajuda do marido para cuidar dos filhos.

A pesquisa revela ainda que a novela é a principal atividade de lazer no dia a dia (44%), seguida de conversar com amigos/as (31%), passear (27%) e jantar com a família

(23%). O mais impressionante é que, segundo a pesquisa, 22% das mulheres não realizam nenhuma atividade de lazer. Nos finais de semana, 73% fazem atividades domésticas, 52% descansam, 50% vão passear, 45% cuidam da beleza, 32% saem com o marido, 27% exercem atividade remunerada e 5% estudam.

Também de acordo com a pesquisa, a existência de creches, melhoria no transporte público e as escolas em tempo integral são as principais demandas das mulheres brasileiras para o enfrentamento das tensões geradas pela dupla presença feminina. Encontrar vaga na creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham (34%), seguida de tempo para se cuidar (27%), transporte para ir trabalhar (23%) e conseguir ajuda nas tarefas domésticas (14%).

Ao poder público, elas reivindicam creches (16%), transporte (16%), e emprego (15%). E 17% das entrevistadas não sabiam apontar uma melhoria que pudesse ser ofertada pelo governo. Em relação às creches, entre outras coisas, elas queriam a construção de mais estabelecimentos, que funcionassem em período integral, que o horário se estendesse até as 22 horas e aos finais de semana e feriados.

### **Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009/2010 do IBGE<sup>17</sup>**

A partir das discussões do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, como já mencionado, foi realizado pelo IBGE o primeiro teste de grandes dimensões de uma pesquisa de usos do tempo no Brasil, entre 2009 e 2010, com o propósito de avaliar a metodologia para aplicar em uma futura pesquisa em âmbito nacional. Ao levar a cabo essa pesquisa, o IBGE planejava incorporar esse tópico no calendário regular de pesquisas domiciliares nos anos seguintes.

A pesquisa-piloto foi desenvolvida como um suplemento no âmbito do teste da PNAD Contínua, de outubro a dezembro de 2009, em cinco unidades da federação (Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), contemplando as cinco regiões brasileiras (Cavalcanti et al, 2010). Dos mais de 40 mil domicílios incluídos na PNAD contínua, em 801 municípios, 10.092 foram inseridos nessa pesquisa piloto. Foi selecionada aleatoriamente uma pessoa de cada domicílio, com dez ou mais anos de idade,

---

<sup>17</sup> Informações obtidas na página virtual do IBGE: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

para ser entrevistada e para preencher o diário de atividades referente a um dia da semana. Foram obtidos ao todo 5.360 diários válidos, pouco mais da metade dos aplicados (53%). De outubro de 2009 a setembro de 2010, foi feita a segunda parte da pesquisa piloto, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), em 1.848 domicílios de 19 municípios. O objetivo dessa etapa era verificar como as atividades variam nos diferentes períodos do ano (Cavalcanti et al, 2010).

Na pesquisa, foram utilizados diários de atividades de 24 horas com intervalos de 15 minutos, preenchidos pelas pessoas entrevistadas durante um dia da semana sorteado. Nos diários, além de perguntar sobre a duração, também se questionava se cada atividade era principal ou secundária, onde havia sido realizada, com quem, se havia sido paga de alguma forma e se a internet havia sido utilizada (Fontoura et al, 2010). No dia seguinte, em uma segunda visita, eram conferidas as informações dos diários e realizadas entrevistas presenciais sobre a percepção a respeito do próprio tempo.<sup>18</sup>

As atividades foram classificadas em grandes grupos, com base na International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS) de 2005, da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas: trabalho; trabalho voluntário; afazeres domésticos; cuidado de pessoas da família; estudo; socialização; presença em eventos/locais culturais, de entretenimento e esportivos; jogos, passatempos e hobbies; atividades físicas e prática de esportes; uso de meios de comunicação de massa; cuidados pessoais e de atenção à própria saúde, divididos entre dormir e outros. Os deslocamentos foram incluídos em cada classificação, de acordo com a atividade à qual estavam relacionados.

Os dados da pesquisa piloto ainda estão em fase de processamento e análise. Os próximos passos, de acordo com o IBGE, seriam definir como a pesquisa de uso do tempo seria inserida no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (se faria parte da PNAD Contínua, da Pesquisa de Orçamentos Familiares ou se seria uma pesquisa independente) e estabelecer sua periodicidade e metodologia, a partir dos resultados da experiência piloto.

Alguns resultados preliminares já foram divulgados pelo IBGE em eventos sobre o tema, mas apenas referentes à pesquisa piloto feita em 2009, ou seja, não incluem as

---

<sup>18</sup> Essas entrevistas incluíam perguntas como: Com que frequência você se sente sem tempo suficiente para as atividades do seu dia a dia?/ Se você pudesse, a quais atividades gostaria de dedicar mais tempo?/ Com que frequência você tem tempo livre sobrando e não consegue preenchê-lo como gostaria?/ Qual o principal motivo de você ter tempo sobrando e não conseguir preenchê-lo como gostaria?

informações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esses dados não podem ser considerados representativos de toda a população brasileira, pois dizem respeito apenas às cinco unidades federativas incluídas na pesquisa, mas ainda assim são bastante significativos.

A pesquisa mostra, assim como outros estudos anteriores, que os homens dedicam mais tempo ao trabalho remunerado do que as mulheres e bem menos tempo às tarefas domésticas e de cuidado. Nos cinco estados pesquisados, em média 16% do tempo diário das pessoas de 10 ou mais anos é dedicado ao trabalho e trabalho voluntário, 10% aos afazeres domésticos, e 2% ao cuidado de pessoas da família. Quando se separam os dados por sexo ficam bastante claras as desigualdades: enquanto os homens usam em média 22% do tempo diário em trabalho e trabalho voluntário (5h12), 5% em afazeres domésticos (1h14) e 1% em cuidado de pessoas da família (12 minutos), totalizando 6h38 de trabalho diário, as mulheres consagram 11% do dia ao trabalho e trabalho voluntário (2h45), 15% aos afazeres domésticos (3h35), e 3% ao cuidado de pessoas da família (39 minutos), somando 6h59, um tempo total maior que o masculino.

A pesquisa piloto também traz algumas pistas sobre as desigualdades regionais existentes nos usos do tempo da população brasileira. No estado de São Paulo, por exemplo, 47,6% dos homens com quatorze anos ou mais realizam afazeres domésticos ao passo que 86,8% das mulheres o fazem. No entanto, entre as cinco unidades da federação estudadas, os dois extremos são Pernambuco e Rio Grande do Sul. No primeiro, são apenas 30,8% dos homens e 86% das mulheres e, no segundo, respectivamente 64,5% e 92,5%. Isso quer dizer que, proporcionalmente, mais do que o dobro dos homens gaúchos contribuem com as tarefas domésticas em relação aos pernambucanos.

Além disso, em Pernambuco, apenas 19,7% dos homens ocupados realizam afazeres domésticos, e 24,2% dos homens não ocupados não realizam; no Rio Grande do Sul, 46,9% dos homens ocupados realizam afazeres domésticos e 9,7% dos homens não ocupados não realizam. Novamente, São Paulo se encontra entre os dois: 33,6% dos ocupados realizam afazeres domésticos e 15,3% dos não ocupados não o fazem. Isso tem consequências diretas no tempo feminino: se as pernambucanas de 24 a 49 anos gastam 37h33 semanais com os afazeres domésticos, as gaúchas dedicam 27h33, ou seja, dez horas a menos por semana. As paulistas, por sua vez, gastam 34h23 por semana.

Infelizmente, representantes do IBGE presentes no seminário internacional “Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate”, realizado em São Paulo e Rio de Janeiro em agosto de 2014, afirmaram que, por restrições orçamentárias, não há mais previsão de inclusão dos usos do tempo na agenda do instituto. Acrescentaram que tampouco está prevista a divulgação oficial dos dados da pesquisa piloto, nem mesmo a conclusão de sua análise. Se essas informações de fato se confirmarem, seria bastante lamentável que tantos recursos públicos e esforços dedicados a essa pesquisa fossem desperdiçados, sem sequer o devido aproveitamento do material já coletado. Apesar de o tema ter ganhado importância nos últimos anos, nota-se a falta de prioridade do Estado brasileiro na produção dessas informações, visto que, com o corte orçamentário, os planos iniciais para as pesquisas de uso do tempo foram cancelados. Assim, dados fundamentais para a elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero podem jamais obter o alcance esperado.



## **Capítulo 4: Divisão sexual do trabalho e usos do tempo das mulheres de Paraisópolis**

### **4.1. Usos do tempo na articulação entre a esfera profissional e a familiar**

Três em cada quatro mulheres brasileiras afirmam que sua rotina é extremamente cansativa, de acordo com a pesquisa da SOS Corpo/Data Popular (2013). Elas descrevem um cotidiano exaustivo, enfatizando a multiplicidade de tarefas, funções e responsabilidades diárias. Se a dupla presença afeta as mulheres brasileiras em geral, como mostra a pesquisa, ela incide de forma muito mais definitiva entre as de baixa renda, visto que a imbricação entre exploração de classe e opressão de gênero as coloca em uma situação bastante difícil em suas vidas cotidianas.

Apesar de serem observadas algumas transformações nas últimas décadas, nesta investigação realizada em Paraisópolis pôde-se constatar uma vez mais que, no caso das mulheres trabalhadoras de baixa renda, as dificuldades resultantes da articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado continuam recaindo quase exclusivamente sobre elas. As mudanças em direção à corresponsabilidade em relação a essas tarefas têm se mostrado bastante lentas, e, no próprio discurso das entrevistadas, não é frequente que haja uma defesa de uma divisão igualitária das atividades domésticas e de cuidado de filhos e filhas.

Em relação às atividades profissionais, as entrevistadas que estavam empregadas trabalhavam de forma remunerada de 10 a 48 horas por semana. Duas delas trabalhavam menos de 20 horas semanais (19 e 10 horas) e quatro excediam o limite legal de 44 horas. Os maridos, por sua vez, tinham jornadas laborais mais longas. Com exceção dos desempregados, nenhum deles trabalhava profissionalmente menos do que sua esposa, nem menos do que 44 horas semanais. Algumas não sabiam precisar exatamente a carga horária deles, apenas o período que passavam fora de casa. Em diversos casos, o tempo dedicado às atividades remuneradas se estendia por mais de 60 horas semanais. Um dos maridos passava pelo menos 90 horas por semana entre o momento em que saía de casa para o

trabalho e o momento em que retornava, e outro ficava quase 100 horas por semana fora de casa, entre atividades profissionais e de estudo. Um volume de tempo que nenhuma das mulheres entrevistadas cogitaria passar ausente do domicílio, visto que eram responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos.

Como mostrou a pesquisa coordenada por Sorj (2007), que analisou dados da PNAD de 1992 a 2005, as jornadas de trabalho masculinas de fato são bem mais elevadas do que as femininas em todos os tipos de família. Para as mulheres, a jornada varia enormemente dependendo do arranjo familiar. Segundo o estudo, em média elas trabalhavam 37,7 horas quando eram cônjuges com filho dependente sem parente e 43 horas quando moravam com pessoas sem parentesco. Segundo Sorj, esse dado revela que os cuidados com as crianças reduzem a disponibilidade feminina de integração nos empregos com jornada integral. Além disso, enquanto aproximadamente 75% das cônjuges de casal sem filhos participavam do mercado de trabalho, esse percentual se reduzia a 66% entre aquelas que tinham filhos dependentes sem a presença de outro parente no domicílio.

Na maior parte das famílias pesquisadas no presente estudo, o marido era a principal fonte de renda na época da entrevista. Somente em dois casos, em que o homem estava desempregado, as mulheres eram as principais responsáveis pelo sustento familiar naquele momento. Em outros dois casos, ambos contribuía igualmente. Essa participação feminina na renda familiar não era de maneira nenhuma dispensável para o bem-estar dos habitantes do domicílio. Mesmo nos casos em que elas trabalhavam poucas horas semanais, os ganhos laborais se mostravam fundamentais para manter certa autonomia e independência feminina em relação ao marido e também para melhorar o padrão de vida da família.

Em relação ao nível de rendimentos, a pesquisa de Sorj também mostra que os homens, em quase todas as posições na família e em qualquer estrutura familiar, ganham mais do que as mulheres. Os dados sugerem que as mulheres que conseguem obter um nível de renda mais alto e se inserir em empregos melhores estão sozinhas. Nesse arranjo, elas chegam a ganhar 8% a mais do que os homens. Enquanto as mulheres que moram sozinhas são as que obtêm o nível de renda do trabalho mais elevado, entre os homens, os que têm um rendimento maior são os que pertencem à estrutura familiar casal com filhos não dependentes e com parentes. Isso mostra mais uma vez que ter cônjuge e filhos é uma

desvantagem profissional para as mulheres e ao mesmo tempo uma vantagem profissional para os homens. Isto é, o trabalho gratuito realizado prioritariamente por elas permite que eles obtenham uma renda maior, favorecendo as desigualdades entre homens e mulheres em âmbito profissional.

Quanto ao trabalho doméstico e familiar, a jornada das entrevistadas se mostrou bastante extensa e muito superior à deles. Durante a semana, o tempo dedicado aos afazeres domésticos declarado pelas entrevistadas variava de 1h30 a 8 horas diárias. Duas delas afirmaram gastar nessas atividades o tempo inteiro que passavam em casa, sem conseguir definir um número aproximado de horas. A maioria gastava de 4 a 6 horas por dia de semana, totalizando de 20 a 30 horas de segunda a sexta-feira, um acréscimo à jornada de trabalho bastante significativa no cotidiano dessas mulheres.

*“Eu chego em casa umas seis, sete horas, tem dia que dá meia-noite, uma hora ainda estou trabalhando. (...) Na sexta-feira faço tudo que tenho que fazer pra no final de semana só prestar atenção nas crianças.”* (Laura,<sup>19</sup> 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

*“É meio infinito, viu, assim, tem um cálculo certo não, te juro. (...) Tá difícil, menina, porque até dormindo eu tô trabalhando. Deixa eu ver... Se eu procurar trabalho, eu encontro, aí vai esticando, esticando. Eu vou chutar umas quatro horas por dia. Final de semana eu dou uma exagerada mais.”* (Rosálva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Ela [a filha pequena] vai dormir, assim, umas dez horas, até que dorme cedo, então eu fico até meia-noite trabalhando na casa. Eu chego às seis, vou fazer a janta, cuidar dela, dar a janta pra ela. Pra fazer uma coisa mais pesada, uma limpeza mais pesada, eu espero ela dormir, que aí eu já faço sem ficar parando. Aí eu diria que pra ela mesmo eu tiro o final de semana, que a casa é só manter. Pra casa é durante a semana.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

---

<sup>19</sup> Os nomes das entrevistadas são fictícios, para resguardar a privacidade delas.

Pelos depoimentos, nota-se que o trabalho doméstico e familiar preenchia praticamente todos os momentos ao longo da semana que não estavam ocupados pelo trabalho profissional ou pelo sono, em uma atividade considerada interminável. As que mais despendiam tempo nos afazeres domésticos e de cuidado eram aquelas que estavam desempregadas ou que tinham as menores jornadas de trabalho profissional. Duas das entrevistadas eram faxineiras diaristas, uma trabalhava 19 horas e a outra 10 horas por semana remuneradamente, e ambas gastavam pelo menos 7 horas diárias no trabalho doméstico e familiar. Outra entrevistada, que estava desempregada, gastava 8 horas, mesmo cursando faculdade de pedagogia. O fato de terem jornadas de trabalho menores não fazia com que tivessem necessariamente mais tempo livre para elas mesmas. Com isso, pode-se observar que as tarefas domésticas e familiares não possuem um volume fixo ou definido, pelo contrário, vão se expandindo de acordo com a quantidade de tempo disponível das mulheres, podendo chegar a uma jornada de mais de 40 horas de segunda a sexta-feira.

*“Eu não consigo definir, mas é o tempo todo. Eu levantei agora nove horas, porque ela acorda eu fico brincando com ela, e vai até a hora de dormir. Ontem ela foi dormir era meia-noite. Só fazendo essas coisas. Na hora que eu não tô cuidando dela, que ela tá dormindo, eu tô limpando a casa, quando ela tá acordada, eu tô cuidando dela. É o dia todo assim, não tem como definir.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Se para a maioria das entrevistadas não foi difícil estimar as horas gastas durante a semana com o trabalho doméstico e de cuidados, já que eram limitadas pelo trabalho remunerado, tornava-se bem mais complexo quantificar o tempo dedicado a essas atividades nos finais de semana. A maioria disse que esse trabalho recobria todo o sábado e o domingo, principalmente entre as que tinham filhos pequenos. Como era raro que fosse uma tarefa verdadeiramente compartilhada com os maridos, ou com qualquer outra pessoa, o trabalho de cuidado acabava tomando o final de semana inteiro e marcando o tempo livre delas.

Dado que quase nenhuma das entrevistadas exercia atividades remuneradas regulares aos sábados e domingos, a maior parte do tempo delas nesses dias era voltada para a casa e a família, mesmo com filhos já maiores. Especialmente o sábado era encarado

como um dia para compensar a falta de tempo ao longo da semana, um momento apropriado para colocar em dia as tarefas domésticas, em especial aquelas que requerem mais dedicação ou que são passíveis de ser postergadas, como fazer faxina e passar roupa. Enquanto algumas atividades são mais rígidas, precisam ser distribuídas ao longo da semana e não podem ser adiadas, como o cuidado das crianças, outras têm certa maleabilidade: podem ser eliminadas, caso seja necessário, ou adiadas por um longo tempo. Esse caráter ao mesmo tempo rígido e elástico é uma marca do trabalho doméstico e familiar.

*“De final de semana é o dia inteiro. Sábado e domingo eu tô livre, então eu tenho que me organizar pra cuidar da casa, pra olhar eles ou pra sair com eles. Acaba não sobrando tempo mesmo durante a semana pra fazer muita coisa. Acumula mais pro final de semana. Sábado eu tento fazer meio que uma faxina, lavo roupa, tento passar. Quando não dá também vai acumulando. (...) Costumo fazer assim de tudo, tento me organizar como posso, mas é muita coisa. Domingo eu deixo mais pra eles mesmo, pra dar mais atenção pra eles.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e 3 anos)

*“No final de semana, ai, minha filha... é o dia todo. A gente faz só isso mesmo, né: cuida de casa. Casa, casa, casa.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Sábado e domingo só trabalho, só em casa, mas trabalho. É isso.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Os maridos, por outro lado, gastavam bem menos tempo com esses afazeres do que suas esposas, de acordo com a estimativa das próprias entrevistadas, reiterando os resultados de pesquisas brasileiras quantitativas e qualitativas anteriores sobre esse tema (entre elas Araújo e Scalon, 2005; Bruschini e Ricoldi, 2008; e Venturini et al, 2010). A participação dos homens, no entanto, variava bastante entre as famílias estudadas. Alguns só se dedicavam a tais atividades nos finais de semana e outros praticamente se ausentavam delas. Alguns despendiam de 1 a 2 horas por dia no trabalho doméstico e familiar nos dias de semana, totalizando uma jornada de 5 a 10 horas de segunda a sexta-feira, um volume de

tempo bem menos significativo na vida cotidiana deles, incompatível com a dedicação feminina.

Somente uma delas afirmou que o marido gastava mais do que duas horas diárias: Lia, cujo companheiro se encontrava desempregado, declarou que ele se dedicava cerca de 6 horas por dia às tarefas domésticas e de cuidado. Também foi o único caso em que o homem despendia mais horas nessa esfera nos dias de semana do que a mulher. Ainda assim, ela era a responsável por organizar e delegar esses afazeres, e procurava compensar essa desigualdade em âmbito doméstico trabalhando mais intensamente em casa aos sábados e domingos, apesar de sua extensa jornada remunerada de cerca de 50 horas semanais. Ou seja, por trabalhar menos em casa durante a semana, ela se sentia na obrigação de contrabalançar essa desigualdade nos finais de semana, visto que eram tarefas supostamente de sua responsabilidade. Nenhum dos maridos apresentava comportamento semelhante quando eles tinham algum tempo livre.

A organização do tempo observada na presente investigação está bastante relacionada à renda das famílias pesquisadas. Segundo o estudo de Soares e Saboia (2007), com base nos dados da PNAD de 2001 a 2005, o rendimento é um fator importante na alocação do tempo, principalmente daquele destinado aos afazeres domésticos. Nas famílias mais pobres, com rendimento familiar de até um salário mínimo per capita, o maior tempo despendido pelas mulheres nessas atividades ocorre nas famílias formadas por casal com filhos menores de 14 anos (33,2 horas semanais), justamente o perfil da presente investigação. Já para os homens, as autoras observaram que a maior jornada em afazeres domésticos ocorre se eles vivem em arranjos familiares com cônjuge sem a presença de filhos (11 horas semanais). Isso mostra que a participação masculina não está condicionada à quantidade de atividades que precisam ser realizadas, ao passo que a jornada feminina em âmbito doméstico cresce conforme aumenta a família. Ou seja, com a presença de filhos, esse trabalho recai ainda mais sobre as mulheres.

A pesquisa de Aguiar e Cyrino (2010) sobre os usos do tempo de mulheres executivas que trabalham em grandes empresas da região metropolitana de Belo Horizonte também nos ajuda a entender melhor como a organização temporal feminina varia enormemente de acordo com a classe social. A existência de uma renda bem mais elevada e de exigências profissionais próprias de postos de direção resulta em cotidianos bastante

distintos dos observados entre as mulheres de baixa renda, ainda que permaneçam as desigualdades de gênero. A pesquisa mostra que, nos dias de semana, as executivas gastavam em média 9 horas e 26 minutos em atividades profissionais e apenas 45 minutos com o trabalho doméstico e familiar. As executivas se responsabilizavam apenas por algumas tarefas de cuidado dos filhos e pelo gerenciamento do domicílio. Seus cônjuges consagravam menos tempo ao trabalho remunerado, em média 8 horas e 26 minutos por dia de semana, e somente 20 minutos aos afazeres domésticos. Apesar de a dedicação feminina ao âmbito doméstico se mostrar residual, ela continuava sendo mais que o dobro da masculina. A maior parte das atividades domésticas e de cuidado nessas famílias ficava a cargo das empregadas domésticas, sendo que muitas executivas afirmaram que sem esse suporte elas não conseguiriam articular carreira e família.

Por mais que se mantenha a divisão desigual do tempo de trabalho doméstico e familiar entre homens e mulheres mais ricos, vemos que a interpenetração de posições de gênero e de classe desfavoráveis é definitiva em relação aos usos do tempo na vida cotidiana. Como vimos, as mulheres se diferenciam enormemente na dedicação temporal a essas tarefas de acordo com a renda familiar, enquanto para os homens isso é quase indiferente.

É, portanto, entre as mulheres de baixa renda que a articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar se revela mais insustentável, evidenciando uma forte tensão entre demandas contraditórias; um contexto que requer mais malabarismos e mais sacrifícios cotidianos e profissionais.

#### **4.2. “Ajuda” masculina marginal, mas relevante**

Em linhas gerais, nas famílias estudadas nesta investigação, a participação masculina nas atividades domésticas e de cuidados se revelou marginal e pouco significativa, frente ao volume de trabalho que precisa ser realizado diariamente para garantir o bem-estar das pessoas da casa. No entanto, somente em alguns dos casos estudados essa contribuição era considerada irrelevante pelas mulheres. Em suas falas, a

maioria das entrevistadas valorizava a participação masculina existente, em meio às reclamações sobre a necessidade de maior colaboração de seus maridos. Ao mesmo tempo em que muitas reconheciam que essa contribuição era inferior ao que poderia e deveria ser, admitiam que ao menos aliviava uma pequena parte da carga de afazeres domésticos que pesava sobre elas, o que de maneira nenhuma era desprezível, considerando as rotinas estressantes que levavam.

Os resultados do presente estudo relativos a uma maior participação masculina apontam no mesmo sentido de outras pesquisas recentes sobre os usos do tempo entre famílias urbanas de baixa renda, que utilizaram metodologias quantitativas e de grupos focais (Bruschini e Ricoldi, 2008 e 2010; Blofield e Madalozzo, 2013; Ávila e Ferreira, 2014). Pode-se dizer que nas últimas três décadas houve uma mudança da postura masculina frente a essas atividades, conforme se observa na comparação com pesquisas mais antigas como a de Bruschini (1990), em que os homens em geral praticamente não exerciam papel nenhum nesse âmbito, mesmo quando suas mulheres também trabalhavam de forma remunerada. Machado (2014), analisando a pesquisa da SOS Corpo e Data Popular, identificou alguns sinais dessa mudança de comportamento, que podem ou não se confirmar futuramente. A pesquisa em questão trouxe um discreto indicativo de que os homens mais jovens são mais prestativos do que os mais velhos. No entanto, essa transformação vem sendo muito lenta e incompatível com o incremento da participação feminina no mercado de trabalho.

Quase todas as entrevistadas, com apenas uma exceção, afirmaram ser a principal responsável pelos afazeres domésticos e de cuidados em suas casas. A maioria declarou também que eles “ajudam” em tarefas específicas e de forma pouco sistemática, mas ainda assim de maneira valorosa no contexto do cotidiano delas.

Essa cooperação normalmente ocorre em situações particulares: quando elas estão ausentes do domicílio, enquanto realizam outras atividades domésticas, quando por algum motivo elas não dão conta de todos os afazeres mais importantes, quando sobra muito tempo para o marido ou quando elas insistem muito para conseguir essa colaboração. Em geral, é nos finais de semana que os homens mais contribuem com essas tarefas.

*“Meu esposo me ajuda que só. Acabei de chegar cansada, eu esquentei ali, ele já deu almoço pra ela, deu banho e vestiu, eu só pus mamá e ela dormiu. Então ele me ajuda bem, faz bastante coisa. Ele limpa a casa, arruma a cama, no final de semana ele faz isso. No geral, eu tando aqui com ele, o que ele não faz normalmente é lavar banheiro e passar pano na casa. Mas fazer comida é com ele mesmo. Se for pra deixar, pode deixar que ele faz, inventa os almoços e as jantas, lava a louça, e cuida das meninas. Roupa só eu. Estando em casa, roupa, passar pano e lavar banheiro. Esses dias ele fez isso porque eu não tava em casa, eu não tando, ele faz. Mas eu tando com ele, o que ele faz só, cuida das meninas, dá banho, almoço ou janta, e lava a louça.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

*“Agora, depois que eu reclamei muito, ele começou a ajudar mais com as crianças. De dar banho, porque eu chego do trabalho numa correria danada, então ele às vezes dá banho, ajuda a dar o jantar, mas, assim, de fazer mesmo da casa ele não ajuda muito, não. Dá banho nos meninos, leva pra escola, assim, essas coisas até posso contar com ele, mesmo, mas nos afazeres da casa mesmo é mais difícil. Uma hora no máximo por dia ele leva, depois que ele chega do trabalho. No final de semana, ele fica assistindo muita televisão, não contribui muito.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“Geralmente ele me ajuda nos dias de folga dele, ele tem que fazer mesmo o que não dá pra eu fazer. (...) No final de semana, como ele trabalha no sábado, aí quando ele chega eu já faxinei, no caso ele só chega à noite, tipo, seis horas, aí no domingo ele quase não faz nada. Mas eu acho que, no sábado, umas três horas, duas, em alguma coisa dele mesmo, né, que é coisa de homem. Tipo, trocar a luz, pintar a casa, arrumar a torneira.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Quase nunca o trabalho doméstico e familiar é realizado como obrigação primária deles; se em muitos casos eles dividem uma pequena parte das tarefas, a responsabilidade por elas permanece exclusivamente feminina. Isso quer dizer que, caso não consigam ou não possam realizar essas atividades, não encaram isso necessariamente como um problema ou uma falta da parte deles, visto que consideram uma espécie de concessão ou favor para suas mulheres. Enquanto, no caso delas, qualquer impossibilidade de cumprir uma atividade doméstica ou familiar gera culpa, estresse, necessidade de encontrar outra pessoa

para substituí-las, ou faz com que se sintam obrigadas a se desdobrar para “dar um jeito” de contornar qualquer obstáculo.

Algumas entrevistadas se declararam a princípio as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e familiares em seus domicílios, ainda que depois todas tenham reconhecido que seus maridos contribuem pelo menos em tarefas pontuais ou esporádicas. A sobrecarga de afazeres domésticos sobre elas se mostra bem maior nesses casos, e mesmo a presença de filhos pequenos não altera essa divisão desigual dentro do casal.

*“Só eu que faço. Ele só faz quando eu reclamo muito. Só quando eu falo, não aguento mais, eu tô cansada. Aí ele vê que realmente eu tô cansada, aí ele lava uma louça. Ou, se não, eu chego em casa assim à noite e tá tudo arrumadinho. Mas é bem difícil. Isso, de 365 dias do ano, duas vezes. Muito bom, bem animador.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Eu sou a principal responsável, óbvio. Porque é tudo mulher. Tudo. Lavar, passar, cozinhar, cuidar do filho. É tudo. (...) Ele fica com ela pra eu tomar um banho, ou quando ele tá em casa pra eu fazer alguma coisa. Mas assim, é pouco, é pouco. Fica quando tá quietinha, tá bonitinha, tá cheirosinha, é a filha do papai, mas normalmente o pesado é com a mãe. (...) Se chega em casa e encontra uma casa limpa, não fez mais que a obrigação; se tiver sujo, ele vai comentar. (...) Homem é bicho folgado, não é muito de compartilhar.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Somente uma das entrevistadas afirmou que o trabalho era compartilhado igualmente com o marido que estava desempregado (“porque em casa é tudo dividido”), mas ela se contradisse no momento de detalhar as horas gastas nessas atividades. Enquanto declarou que ela própria gastava 6 horas nos dias de semana, afirmou que o marido gastava apenas 2 horas diárias, mostrando que a sensação de divisão igualitária das tarefas domésticas pode não corresponder à realidade, ou que pequenas contribuições já podem significar um grande alívio para essas mulheres extremamente sobrecarregadas. Além disso, afirmou que a qualidade do trabalho dele é inferior à do realizado por ela, ou mesmo pelas mulheres em geral, por isso ele gasta menos tempo na execução dessas tarefas.

*“Ele faz de tudo. Tudo que eu faço ele faz em casa, inclusive cozinha melhor do que eu. Ele gasta pouco tempo, porque ele faz por cima, não faz que nem a gente. Umas duas horas por dia ele consegue arrumar a casa.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Os dados da PNAD desde 1992 revelam que de fato nas últimas duas décadas vem aumentando significativamente a porcentagem de homens que contribuem com os afazeres domésticos e familiares nos lares brasileiros, chegando a mais da metade. Se em 1992 apenas 35,8% dos homens ocupados realizavam afazeres domésticos (IBGE, 2002), em 2006 esse percentual subiu para 52% entre os que trabalhavam (Bruschini e Ricoldi, 2010). Já representa uma parcela importante da população masculina, mas continua muito inferior à das mulheres ocupadas que se dedicam às atividades domésticas, a qual desde 1992 fica em torno de 90%. A quantidade de horas gastas por eles com essas atividades também continua muito menor do que a das mulheres, como já vimos, evidenciando a persistência das desigualdades nesse âmbito.

Entre as atividades mais comumente realizadas pelos homens, de acordo com o depoimento das entrevistadas, estão: cuidar de filhos e filhas, cozinhar, lavar a louça, fazer compras no mercado e realizar pequenos consertos. Esses resultados vão ao encontro dos obtidos pela pesquisa da SOS Corpo/Data Popular (2013), já mencionada anteriormente, segundo a qual os maridos contribuem principalmente com lavar louça (20%), preparar refeições (15%) e comprar produtos para a casa (30%). Nas famílias das entrevistadas, raramente eles limpavam a casa e quase nunca se ocupavam de lavar e passar roupa, atividades menos prazerosas, restritas ao espaço doméstico, mais repetitivas e cansativas.

Nesse sentido, a análise de Bruschini (1990) continua certa, passadas mais de duas décadas de sua pesquisa: há uma marcada assimetria sexual nas atividades; quando participam da vida doméstica, os homens tendem a fazê-lo nas tarefas mais valorizadas, como o cuidado das crianças, naquelas realizadas fora do domicílio, e naquelas consideradas mais masculinas pela sociedade. Eles podem escolher as que mais lhes agradam, enquanto elas têm que fazer todas as outras, já que não possuem recursos para externalizá-las. Neste depoimento, isso fica bastante claro:

*“Ele contribui, sim. Ele lava a louça. Quando estou fazendo uma comida e tá na hora de dar leite pro bebê, ele dá o leite. Brinca com o bebê quando precisa, troca fralda. Ele não gosta muito de trocar o número dois, mas de vez em quando, quando não tem jeito, ele troca. Ele ajuda mais nessas partes também. Leva o lixo, conserta coisas. Na hora de fazer a compra do mercado, ele vai junto comigo. (...) Principalmente no final de semana, quando ele tá em casa, ele fica com o bebê. Aí ele cuida, apesar de que ele chama minha irmã pra dar banho no bebê, ele não dá banho. (...) Quando tem louça suja ele dá uma limpada, lava a louça, faz a comida, ele faz arroz, ele se vira, sim, nos trinta. Quando preciso trabalhar no final de semana ele dá um jeito de ficar com nosso filho.” (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)*

Quando as atividades são realizadas pelos homens, entram em jogo preferências e escolhas. Ela diz que o marido não “gosta muito” de determinada tarefa – o que se repete na fala de várias das entrevistadas – e só quando “não tem jeito” mesmo ele faz, e que se recusa a realizar algumas atividades, como dar banho no bebê, a ponto de convocar outra representante do grupo das mulheres – a cunhada – para executá-la, na ausência da companheira. Às mulheres não é oferecida essa opção, fazem tudo que precisa ser feito, ainda que suas preferências e aptidões apontem em outra direção:

*Cozinhar [é o que me causa mais sofrimento nas tarefas domésticas]. Nesse lado eu não puxei a minha mãe. Minha mãe adora cozinhar. Eu já puxei meu pai. Eu adoro montar armário, guarda-roupa. Eu não gosto muito de cozinhar, apesar que tem que fazer, ainda mais com a baixinha, que tem que diferenciar comida pra ela não enjoar. Aí eu fico, o que é que eu vou fazer hoje?. (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)*

Como a tendência mais recente entre as mulheres tem sido a de diminuir as horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados, principalmente na faixa etária de 25 a 49 anos (Araújo e Scalon, 2005; Soares e Saboia, 2007; Fontoura et al, 2010), isso significa que pouco a pouco a carga masculina, por mais que não aumente, vem se tornando mais importante para o bem-estar das famílias, especialmente para aquelas de baixa renda. A diferença entre homens e mulheres na dedicação a essas atividades diminui, mas a ritmo muito lento, e a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar mantém seu padrão.

Ainda que não seja o fator mais determinante em relação ao compartilhamento ou não dos afazeres domésticos e de cuidados, o tempo de trabalho remunerado dos homens também tem uma influência considerável no volume de participação masculina. Quando a jornada de trabalho masculina é muito extensa, eles quase não participam dos afazeres domésticos, não só por falta de tempo, mas também por se sentirem mais liberados dessas tarefas. Analisando os depoimentos, o companheiro que mais cooperava em âmbito doméstico era justamente o que tinha mais controle sobre sua própria jornada de trabalho como pedreiro:

*“O horário é ele mesmo que faz, porque ele pega uma empreitada, ele sai de casa, ele toma café, ele faz o café da manhã, às vezes quando eu levanto ele já tem feito o café, já foi na padaria, né, aí ele toma o café e vai trabalhar. Ele sai oito horas, que é por aqui mesmo. Aí ele volta, vem pra casa almoçar (...). Depois do almoço, ele saía de novo pra trabalhar e voltava umas cinco e meia, seis horas. (...) Mas é por conta dele.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Por causa do estresse vivido por Marilda para articular o trabalho fora de casa como empregada doméstica e o de dentro de casa, seu marido começou a executar parte das tarefas domésticas. Passou a contribuir mais com a limpeza geral do domicílio, uma atividade raramente realizada pelos homens. Isso só foi possível porque ele tinha certa autonomia sobre seu tempo e não chegava muito tarde ao domicílio. Essa mudança também ocorreu porque ele tinha um elevado padrão de limpeza, maior do que o dela, e sofria com a desarrumação e a sujeira da casa. Em vez de continuar a cobrar de Marilda, brigar com ela constantemente e sobrecarregá-la ainda mais, optou por aumentar sua participação nessas atividades, em grande medida porque a satisfação maior com a execução era dele próprio.

*“Ele faxina banheiro, tira pó, faz tudo, tudo mesmo. Na cozinha, ele lava a louça, ele me ajuda às vezes quando eu tô fazendo almoço, quando eu tô fazendo a comida ele também me ajuda. (...) Então, quando eu não tava em casa, eu chegava do serviço, às vezes ele chegava mais cedo, eu chegava e ele já tinha limpado a casa. Ele é muito rápido. Então quando eu chegava a casa tava toda limpa, ele limpava tudinho, lavava banheiro, limpava a casa.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)

A faxina mais pesada, no entanto, continuava sendo feita no final de semana por ela, mas essa pequena alteração na divisão sexual do trabalho doméstico já havia melhorado significativamente sua vida cotidiana, como se pode observar em seu depoimento:

*“Depois que ele viu que eu chegava nervosa, as coisas pra fazer, ele começou a fazer. Ele achou melhor fazer as coisas do que eu chegar e reclamar. Quando eu chego aqui tá bem mais limpo, porque eu chego, tá tudo arrumadinho, cheirosinho. (...) Ele falou, ah, pode deixar, fia, que quando você chegar eu já vou ter adiantado bastante coisa pra você. Chegar só cuidar mais da janta e pronto. Ai eu fiquei mais feliz, né. Minha vida mudou.”*

(Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)

Apesar de ter o arranjo mais igualitário entre as entrevistadas em domicílios em que ambos os cônjuges estavam trabalhando remuneradamente, Marilda decidiu reduzir sua jornada para apenas três dias por semana, justamente com o propósito de cuidar melhor da casa e da família, assim o marido não precisaria mais contribuir com a limpeza geral da residência. Isto é, quando a divisão sexual do trabalho doméstico começou a se transformar, tornando-se bem mais igualitária, ela resolveu mudar de trabalho e diminuir sua jornada remunerada, para conseguir dar conta das tarefas que considerava de sua responsabilidade. O fato de o marido ter começado a contribuir com a limpeza da casa fez com que ela se sentisse culpada por estar em falta com a família e buscasse uma solução para tal “problema”. Esse caso mostra o nível de resistência a mudanças na divisão sexual do trabalho, e quanto algumas ideias estão arraigadas na mentalidade de homens e mulheres.

*“Então eu vou ter tempo de cuidar da minha casa, né, que a gente, você sabe, né, é uma correria pra quem trabalha fora, de criança e tudo, quem tem criança e marido.”*

(Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)

Para explicar a reduzida contribuição masculina nessas atividades, algumas das entrevistadas lançaram mão do argumento da falta de tempo, visto que eles passavam a maior parte do dia fora de casa, entre o trabalho remunerado e os deslocamentos pela cidade. Algumas delas afirmaram que não “sobrava tempo” para eles compartilharem essas

tarefas domésticas e de cuidado, que eles chegavam exaustos de suas atividades profissionais, e por isso não consideravam injusta a divisão do trabalho doméstico em seus domicílios.

*“Ele não faz nada, não. Porque ele chega tarde também, chega em casa umas nove horas. (...) Não sei [se o trabalho doméstico e familiar está dividido de forma adequada], porque ele não tem tempo, então não posso nem reclamar, né. Eu acho que eu tenho mais tempo, saio mais cedo, então...”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

*“Ele acorda cedo e só chega tarde, então é só mais final de semana, tipo, umas duas horas por dia do final de semana. Porque durante a semana não tem como mesmo. (...) Ele trabalha das sete às cinco. Normalmente ele sempre faz hora extra, trabalha até as oito ou nove da noite. Ele chega tarde em casa, nove e meia, dez horas.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

No entanto, ao afirmarem isso, não levavam em conta os arranjos que o próprio casal havia feito previamente. Arranjos que tinham o objetivo de minimizar o tempo de trabalho profissional das mulheres e aumentar seu tempo em casa, para que pudessem se dedicar mais às tarefas domésticas e familiares, ao passo que nada semelhante havia sido feito em relação ao tempo profissional masculino, que permanecia intocado.

No caso de uma das entrevistadas, o marido insistiu para que ela saísse da função de operadora de caixa de supermercado e fosse trabalhar em uma casa de família como empregada doméstica, ocupação que não lhe agradava, só para que lhe sobrasse mais tempo para ficar com a filha pequena. Outra participante do estudo gostaria de ter uma jornada remunerada mais longa do que a de 19 horas semanais que ela tinha naquele momento, mas o marido também não queria que ela expandisse seu horário de trabalho.

É claro que, como afirmam Araújo e Scalón (2005), “não se pode desconsiderar o fato de que a jornada de trabalho continua ocupando tempo considerável das pessoas inseridas no mercado e isso tem implicações nas possibilidades de estabelecimento de outra dinâmica interna à família”. Entretanto, também não se pode esquecer que essa sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado sobre as mulheres é resultado da divisão sexual do trabalho, e não uma consequência inevitável do excesso de trabalho remunerado dos

homens, das exigências temporais cada vez maiores do mercado. Esse excesso laboral se apoia justamente na atribuição dessas tarefas às mulheres, valendo-se dessa divisão.

Em um caso mais extremo, uma das entrevistadas afirmou que o marido atrapalhava quando estava em casa. Nos dias de folga, segundo ela, ele ficava “atazanando”.

*“Eu falo pra ele, se não bagunçar, ele já tá me ajudando muito. Ele é meio desorganizado, então, essa parte. Se ele não bagunçasse já me ajudava muito. Sabe, chinquinho no lugar, roupinha no lugar, afastar uma cadeira e colocar no lugar. Já ia me ajudar bastante. Mas eu falo também que não vou ficar discutindo por isso, não, que se desgasta, senão nessa hora você vai voar em cima e dar uns tapas, que nem menino. Então deixa fazer, não tem problema, a gente vai fazer, sabe? Tem hora que eu falo, ao invés de ter uma criança, eu tenho duas. Mas assim a gente vai levando.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Embora essa situação tenha sido uma exceção na presente investigação, alguns estudos, como os de Soares e Saboia (2007) e de Madalozzo et al (2010), mostram que a existência de um cônjuge masculino pode representar um aumento da carga de afazeres domésticos para as mulheres. Também segundo a pesquisa da SOS Corpo/Data Popular (2013), 58% das mulheres concordam que, “pensando nos cuidados da casa, os maridos dão mais trabalho do que ajudam”, sobretudo para as mulheres de menor renda. Essa ideia, no entanto, vem aos poucos perdendo força nas últimas décadas.

Mesmo no caso de Ana Flávia, nem sempre havia sido assim. Algum tempo antes, quando trabalhava a semana toda como operadora de caixa de supermercado, ela saía de casa às 10 horas da manhã e só voltava à 1 hora da madrugada do dia seguinte.

*“Você imagina a loucura. Eu não tinha tempo, se não fosse na folga. (...) Quando eu trabalhava no supermercado, ele fazia mais coisas. Coincidiu assim, ele trabalhava até as duas da tarde, chegava em casa umas quatro, então ele limpava a casa, ele fazia comida, ele já foi uma pessoa, assim, prendada. É que ele encostou mais agora. Então ele lava a roupa, ele faz uma comida muito bem, sabe?”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Foi a mudança para o emprego de diarista, com jornada de trabalho mais curta e em horários regulares, o que alterou o compartilhamento de tarefas domésticas e familiares no domicílio (“mudaram os horários, tenho mais tempo em casa, então acabo assumindo tudo”). A maior disponibilidade de tempo para essas tarefas tradicionalmente consideradas femininas fez com que ele quase parasse de contribuir com as atividades domésticas e inclusive passasse a dar mais trabalho para Ana Flávia. A chegada da filha só aprofundou essa situação desigual, a ponto de ela dizer que tinha duas crianças em casa e não apenas uma. Tal transformação no comportamento do marido revela a predisposição masculina, socialmente construída, de não contribuir com essas tarefas. Na primeira oportunidade que teve, ele mudou sua postura em relação às atividades domésticas. Em vez de ter adquirido o hábito de participar delas no período em que Ana Flávia estava trabalhando como operadora de caixa de supermercado, ele passou a ser ainda mais ausente do que antes, mesmo após o nascimento da filha e o aumento do tempo gasto com essas tarefas. É possível novamente notar o grau de resistência à mudança nesse âmbito e a tendência dessas relações a retornarem à tradicional divisão sexual do trabalho.

Questionada sobre o que ela pensava que havia feito com que ele mudasse seu comportamento frente aos afazeres domésticos, respondeu:

*“Eu. Mulher deseduca homem, sabe? Ela quer tomar conta, aí ele não faz direito, aí ela vai e faz. É mulher, mulher que deseduca homem.”*

Ela reconhece, portanto, o papel feminino na persistência das desigualdades dos usos do tempo em âmbito doméstico e familiar: ao assumir todas as tarefas quando passou a ter mais tempo disponível, “deseducou” o marido, permitiu que ele voltasse a se “encostar” como antes.

Analisando mais detidamente o discurso das entrevistadas, nota-se que as palavras e expressões mais utilizadas para descrever como se dá a contribuição dos maridos são: “quando”, “se”, “depois”, “de vez em quando” e “às vezes”. Elas afirmam que eles participam dessa esfera quando: “precisa”, “não tem jeito”, “eu não estou”, “ele tá desempregado”, “eu tô trabalhando”, “eu tô fazendo o almoço”, “o pai tá de férias”, “ele tem folga”, “ele chega mais cedo”, “ele tá em casa”, “[a filha] tá limpinha”, “tá quietinha”, “as meninas saem”, “eu brigo muito”, “eu reclamo muito”, “eu tô com raiva”, “não aguento

mais”, “eu pego muito no pé”. Se: “ele chega primeiro”, “quebra alguma coisa na casa”, “for pra buscar e não tiver mais ninguém”, “ele chegar em casa, não tiver uma comida e ele ver que eu tô atrapalhada”. Depois: “que eu reclamei muito”, “que ele viu que eu chegava nervosa”. Ou ainda para: “eu fazer alguma coisa”, “eu tomar banho”, etc.

Conclui-se disso que, de fato, a contribuição masculina ainda é muito mais circunstancial do que sistemática, estando condicionada por situações específicas. Na maior parte dos casos, não é de maneira nenhuma obrigatória, mas, sim, complementar e opcional. Isso evidencia que a participação dos homens no trabalho doméstico e familiar não implica para eles as mesmas limitações temporais e espaciais que para as mulheres. Eles podem não realizar essas atividades, já que estão seguros de que as mulheres se responsabilizarão por fazê-las; essa participação, portanto, não resulta em disponibilidade permanente como no caso delas (Chabaud-Rychter et al, 1985). Configura-se como uma contribuição que se dá na chave do auxílio, da ajuda, do favor, da concessão. É frequente, inclusive, que elas digam frases como “ele *me* ajuda”, “ele vai junto *comigo*”, “ele já *me acompanhou*”, “ele faz as coisas *para mim*”, “até posso contar com ele”, “ele tem que fazer o que não dá pra eu fazer”, “ela que tá *me salvando*”<sup>20</sup>, como se fossem tarefas que coubessem apenas a elas. Isso mostra de quem é a efetiva responsabilidade por essas tarefas e qual é o papel masculino nessa esfera.

Ainda quanto à colaboração em âmbito doméstico, estão presentes no discurso de algumas delas referências de caráter pejorativo ao próprio marido e aos homens em geral: “traste”, “abusado”, “bicho folgado”, “encostado”, “criança”, “preguiçoso”, “mal acostumado”, entre outras. Ou explicações que evidenciam críticas ao comportamento masculino, por mais introjetada que esteja a divisão sexual do trabalho: “fica em casa atazanando”, “sempre arranja uma desculpa”, “deixa pra mim”, “tenta fugir da situação”, “precisaria nascer de novo”, “deixa tudo para depois”, “homem não é de compartilhar”, “a gente fica com o pacote”, “ele não se doa mais”. Também são frequentes entre elas referências ao “sagrado” descanso dos homens no tempo livre (“precisa descansar, a folga é dele”, “só fica deitado”, “ele quer ficar em casa relaxando”, “o cansaço fala mais alto”, “a desculpa do cansaço”, “ele só fica deitado”, “ele tá lá deitado, assistindo o jogo”, “ele vai descansar, porque ele trabalha muito pesado”, “ele dorme a tarde toda”), com constantes

---

<sup>20</sup> Grifos da autora.

referências ao sofá (“sentou no sofá, o dia é dele”, “ele sentado lá no sofá, vendo o time dele perder”), como símbolo desse relaxamento considerado imprescindível no cotidiano masculino.

Por mais que a colaboração dos homens aparecesse como uma espécie de “último recurso” do qual elas lançavam mão, ainda assim era considerada um recurso valioso pela maioria delas, em momentos de apuro, de extrema sobrecarga, de imprevistos, quando precisavam de ajuda urgente ou repentina. Por isso, mesmo tendo muitas vezes que dedicar mais tempo à casa com a presença do cônjuge, como mostram as pesquisas de uso do tempo, elas consideravam que, qualitativamente, no balanço final, a presença do marido “valia a pena”. De acordo com vários dos depoimentos deste estudo, o que elas mais temiam era a possibilidade de se verem sozinhas, com todo esse volume de trabalho doméstico e familiar a ser realizado.

### **4.3. Desemprego masculino como alívio temporário**

Uma divisão um pouco mais igualitária das tarefas domésticas e de cuidados, ou ao menos uma participação masculina mais substancial no dia a dia, foi descrita pelas mulheres cujos maridos estavam momentaneamente desempregados, ou haviam ficado algum tempo sem trabalhar. Por mais que eles não assumissem de fato a responsabilidade por essas atividades, algumas entrevistadas relataram que essa situação lhes proporcionava um cotidiano menos cansativo e estressante, um alívio para a sobrecarga que vivenciavam, e até mesmo abria possibilidades interessantes para diversificar os usos do tempo em suas vidas.

*“Agora que ele ficou desempregado essa divisão mudou um pouco, eu fiquei mais tranquila. Aliviou um pouco.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e de 4 anos e de 5 meses)

*“Ficava pesado, né, porque, quando ele tava trabalhando, ele trabalhava de segunda a sábado, então não ficava tão dividido, porque eu tinha que chegar do serviço e ter que fazer as coisas, né. Então sobrecarregava a mim”.* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

*“Eu tava falando até pra ele assim como esses dias ele tá sendo uma mão na roda pra mim, porque, normalmente, eu chegando, cansada como eu chego, aí, a C. quer colo, quer eu. Aí ele tando em casa ele já toma de conta. Ai meu deus, então acho que é por isso que é bom de ter alguém quando a gente consegue pagar, ter alguém pra cuidar, é bom demais. Tô gostando desse período, embora ele vá voltar a trabalhar. Nessa semana acho que ele retorna pro trabalho. Vou sentir muita falta, com certeza. Porque foi muito bom essa vivência da gente assim dentro de casa, me ajudou muito.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Os depoimentos mostram a tranquilidade que pode representar alguma presença masculina em casa, em termos de diminuição da quantidade de trabalho doméstico e familiar para elas. Nesse sentido, tem sido detectada uma mudança do comportamento masculino frente ao trabalho doméstico e familiar nas últimas décadas, já que antes não se observava essa mudança de atitude dos homens conforme estivessem ocupados ou não. Em estudos mais antigos, como o de Loyola e Abujamra (1985) e o de Bruschini (1990), mesmo desempregados os homens praticamente não aumentavam seu envolvimento com essas tarefas. Segundo Loyola e Abujamra (1985), a situação de não trabalho do homem não interferia significativamente em sua participação nas atividades domésticas. De acordo com as autoras, quando o homem não trabalhava, não mudava “a presença na distribuição das tarefas, concentrando-se nas mesmas três atividades (pagar contas, fazer compras e consertar coisas) e chegando mesmo a reduzir essa participação em relação a uma situação de trabalho”. Isso passou a ser bem menos frequente nos trabalhos mais recentes, ainda que Ávila (2009a) também tenha se deparado em sua pesquisa com um caso em que o marido passou a fazer menos coisas em casa depois de ficar desempregado.

Essa divisão mais igualitária das tarefas domésticas quando os homens estão desempregados, encontrada em algumas famílias de Paraisópolis nesta investigação, vai na mesma direção dos dados de pesquisas mais recentes sobre os usos do tempo (como Araújo

e Scalon, 2005; Bruschini e Ricoldi 2008 e 2010 e IPEA, 2012). Enquanto 52% dos homens que trabalhavam exerciam afazeres domésticos em 2006, entre os desocupados esse percentual chegava a 62% no mesmo ano, índice superior aos 58% registrados em 2002 (Bruschini e Ricoldi, 2010). Além disso, enquanto os homens ocupados se dedicavam em média 9,5 horas por semana aos afazeres domésticos em 2009, os desocupados gastavam 12,7 horas nessas atividades (IPEA, 2012). Um incremento pequeno no número de horas, em comparação com a dedicação feminina, mas de maneira nenhuma irrelevante para elas.

A mudança na vida das entrevistadas era significativa quando seus maridos não estavam exercendo trabalho remunerado em comparação com quando eles estavam ocupados:

*“Quando ele tava desempregado, o dia que eu ia trabalhar, ele ficava em casa, tava tudo feito, comidinha pronta. Isso ele faz. Chegava em casa, comidinha diferente... eu gostava. Foi um mês mais ou menos, não passou mais do que isso em casa, não.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Ele estava trabalhando, aí eu tinha que sair do trabalho e fazer. Mas agora que ele tá desempregado, ele faz. Chego em casa e já está tudo feito. Quando ele tava trabalhando eu tinha que se virar praticamente sozinha, porque ele passava a semana fora, ele ia pro interior. Então eu tinha que sete horas da manhã levar a menina pra creche, aí eu subia com o pequenininho junto, levava ela pra creche, descia, acordava o outro, dava banho. Aí o outro ia pra outra creche, depois tinha que dar banho no pequeno, subir, deixar ele na vó pra vir trabalhar. Aí à noite era a mesma coisa: eu tinha que pegar o mais velho na escola, pegar a menina na casa da minha mãe, que é o meu sobrinho de 13 anos que pega ela na creche quatro e meia. Quando dá seis horas, eu pego ela, pego o menino na escola, e pego o menor aqui e desço. Quando ele tá em casa é mais fácil, porque ele sobe e ajuda já a resgatar todo mundo.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Nesse caso, o marido de Laura havia pedido demissão do emprego justamente porque precisava viajar muito a trabalho pelo interior e pelo litoral de São Paulo e não conseguia contribuir com quase nada em âmbito doméstico. Quando houve uma ameaça de que essa situação piorasse, tendo que trabalhar em outro estado, ela disse que “não dava

mais” e ele se demitiu, em uma rara influência dos afazeres domésticos e familiares na vida profissional masculina.

Curiosamente, com três filhos e uma renda familiar de R\$ 900, ela não estava encarando o desemprego do marido como um problema, mas como uma possível oportunidade para que ela fizesse atividades para as quais não tinha tempo antes. Ela tinha vontade de fazer faculdade, mas a difícil articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar não estava permitindo que esse anseio se concretizasse. Na entrevista, ela chegou a aventar a possibilidade de que o desemprego do marido pudesse proporcionar a ela esse tempo, mostrando o nível de desespero que ela havia alcançado com a sobrecarga de trabalho em seu cotidiano:

*“Pretendo fazer ainda faculdade de educação física e não consigo conciliar por causa do serviço e daqui eu saio pra pegar meus filhos. Então, quem sabe agora com meu marido desempregado a gente consegue conciliar isso, mas até então o tempo não tá dando”.*  
(Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Apesar de haver maior participação dos homens desempregados nas atividades domésticas e de cuidado, é importante ressaltar que mesmo nessas condições eles continuam dedicando muito menos horas a esses afazeres do que suas mulheres, e elas seguem sendo as principais responsáveis pelo bem-estar da família. Em 2009, enquanto os homens desocupados gastavam 12,7 horas com o trabalho doméstico e familiar, as mulheres ocupadas dedicavam em média 22 horas e as desocupadas, 29 horas (IPEA, 2012). Portanto, isso representa uma mudança menor que não altera significativamente a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar, a qual continua bastante desigual mesmo quando eles não precisam se dedicar ao trabalho remunerado, como vimos nos casos estudados.

#### 4.4. Consequências negativas sobre o trabalho remunerado feminino

Os efeitos da dupla presença sobre a trajetória profissional das mulheres urbanas de baixa renda são bastante notáveis. Assim como em outras pesquisas anteriores (entre elas Bruschini e Ricoldi, 2008), constatou-se que esses afazeres de atribuição quase exclusivamente feminina influenciam de forma bastante negativa a trajetória profissional delas, seja pela intermitência que adquire, pelo elevado absenteísmo ou por terem que aceitar trabalhos mais precários ou menos desejáveis, que possibilitem a articulação entre as duas esferas. Essa unilateralidade das responsabilidades familiares leva muitas vezes a que as mulheres sejam vistas como uma força de trabalho secundária (Abramo, 2007).

Em vários momentos, havia nas falas das entrevistadas um declarado apreço ou apego pela atividade profissional que realizavam (“eu gosto do que eu faço, por incrível que pareça”, “não me vejo sem trabalhar”, “você se sente bem com o que faz”, “adoro cozinhar, é uma especialidade minha”, “é uma correria, mas é gratificante”, “eu gosto de fazer tudo lá”, “eu não gosto de ficar parada”, “eu gosto de trabalhar”). Mas, por mais que quase todas as entrevistadas em Paraisópolis afirmassem desejar se manter no mercado de trabalho de forma contínua, nem sempre isso era possível para elas, em especial quando havia a presença de crianças pequenas no domicílio. A obrigação de cuidar da casa e dos filhos que recai sobre elas, como consequência da divisão sexual do trabalho doméstico e familiar, já havia feito com que algumas das entrevistadas abandonassem o trabalho remunerado durante algum período de suas vidas, ainda que não o quisessem ou que a ausência de rendimentos próprios fosse sentida com demasiado pesar.

*“Quando eu trabalhava de recepcionista aí eu fiquei grávida dela, aí quando eu tirei licença eu não voltei mais a trabalhar porque eu não quis deixar ela, né. E não tinha quem cuidar dela, ela era pequenininha. Eu fiquei um tempo sem trabalhar e depois arrumei esse de operadora de caixa. Ela já tinha dois anos.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

*“Quando ele nasceu e eu tive que sair da minha patroa, eu acho que eu fiquei até meio depressiva. Porque eu nunca fiquei desempregada, assim, muito tempo. E eu fiquei*

*porque eu quis mesmo, mas foi opção minha. Só que eu senti muito, assim, falta do dinheiro, da minha independência. Eu fiquei acho que oito meses, foi muito tempo. (...) Eu senti muito, foi bem difícil. Então eu acho que eu tava ficando mais estressada em casa, mesmo dando conta de tudo, do que trabalhando e em casa. Eu conseguia fazer tudo, mas eu não tava feliz.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“Logo quando eu casei eu fiquei uns três anos sem trabalhar, parada. (...) Passei um tempo dependente do marido, o que é uma tristeza, deus me livre. Ai, é ruim pedir coisa pra homem. Eu tenho a mania ruim da minha mãe, minha mãe é muito independente, ela não pede uma agulha pra ninguém.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Elas falam em “opção”, mas muitas vezes não se trata exatamente de uma escolha, mas de constrangimentos, por causa da distribuição desigual entre homens e mulheres de tais afazeres, acentuada pela falta de políticas públicas para apoiar as famílias nessas tarefas.

Em sua pesquisa sobre como pais e mães de baixa renda e com filhos pequenos lidam com suas responsabilidades familiares e profissionais, realizada com 700 pessoas em São Paulo, Blofield e Madalozzo (2013) revelam uma clara assimetria de gênero na participação na força de trabalho, nos salários e na formalidade entre homens e mulheres nessas condições. Entre as mães casadas, 47% estavam trabalhando, enquanto entre os pais esse percentual chegava a 93%. Entre as ocupadas, somente metade das mães estava no setor formal, ao passo que entre os pais esse índice alcançava quase 70%. As mulheres trabalhavam profissionalmente em média 38 horas por semana e os homens 48 horas; o pagamento por hora para as mulheres casadas ficava em torno de 6 reais, enquanto o dos homens casados era de quase 7,50 reais. A pesquisa mostra também que quase um terço das casadas “escolhiam” não trabalhar, em contraste com apenas 5% dos homens desse grupo. Além disso, a taxa de desemprego entre elas era de 22% e a deles era de somente 5%. Ao todo, 42% das mulheres que não participavam da força de trabalho não o faziam por preferências, mas por limitações: falta de creches ou incapacidade de encontrar um emprego.

Os dados dessa pesquisa de caráter quantitativo, feita com mulheres de perfil semelhante ao das entrevistadas no presente estudo, nos permitem entender melhor a realidade profissional vivida por esse grupo específico – presença bem menor no mercado de trabalho do que a masculina, maior informalidade, menos horas trabalhadas, menores salários, e taxa de desemprego bastante superior – e nos possibilitam visualizar as diferenças de gênero nesse âmbito.

Entre as entrevistadas para a presente pesquisa, a sobrecarga gerada pela soma dos tempos de trabalho profissional e de trabalho doméstico e familiar, com as contradições inerentes a ela, resultava em períodos de estresse bastante agudos, que faziam com que algumas delas pensassem seriamente em parar de trabalhar. Na maior parte das vezes, acabavam desistindo dessa ideia por outros motivos, como sua importante contribuição para o orçamento familiar, o desejo de autonomia financeira ou mesmo de que suas vidas não se restringissem ao âmbito doméstico.

*“No comecinho, quando meu filho tava com uns quatro meses, eu pensei, sim, [em abandonar o trabalho remunerado]. Mas se eu parar é uma renda a menos pra casa. Então, eu dei um jeito. Não consegui ainda a creche pro meu filho, mas tem uma pessoa da família, que é uma pessoa que a gente confia mais, a minha irmã. Já ajuda bastante no dia a dia.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Só [pensei em abandonar o trabalho] quando o J. esteve bem doentinho, mas na época eu tava de férias. Então, quando ele teve uma crise de bronquite asmática, muito forte, pensei: quando eu for voltar pra rádio, será que eu vou tá preparada pra voltar? Cheguei a pensar em desistir por ele, só que a médica falou que não tem nada a ver, se ele tiver de ter crise dentro de casa, ia ter.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Nunca pensei, mas ultimamente sim, [tenho pensado em abandonar o trabalho], porque tá muito cansado. Depois que a C. nasceu, é bem cansativo. Mas é que é complicado, né, só o meu marido não dá. É muito difícil. Por ele, eu tava lá cuidando dela, né. Mas eu vejo que não dá. Eu tô vendo que lá em casa tudo depende de mim. Digamos que, lá em casa, eu sou a mulher e o homem. Porque em tudo é eu, tudo. Quem dá ordem lá em casa pra tudo é eu, tudo, em tudo. Então, assim, eu sou o braço direito. Então eu fico*

*imaginando, se eu parar de trabalhar, misericórdia. Porque eu fico imaginando que vai faltar as coisas. (...) Se eu fosse mudar de trabalho, com certeza eu ia escolher um meio-período. E não tão cansativo como tá sendo hoje.* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Na fala de Miriam, percebe-se uma indignação com o fato de o marido querer retornar aos papéis tradicionais de homem provedor/mulher dona de casa ao mesmo tempo em que ela sente que, na realidade, é a responsável pela família em todos os aspectos (“eu sou a mulher e o homem”), inclusive no financeiro, o que gera mais estresse para ela.

Outras entrevistadas de fato decidiram diminuir suas jornadas de trabalho remunerado para que a articulação entre essas duas esferas fosse menos extenuante, ou simplesmente para que fosse factível. Assim como Marilda, que mudou de emprego para que suas atividades profissionais ocupassem apenas três dias por semana, Joana deixou de ser operadora de caixa de supermercado e passou a atuar como empregada doméstica somente no período da manhã nos dias de semana. Seu objetivo era semelhante: reduzir significativamente sua carga horária profissional para poder se dedicar mais aos cuidados da filha de dois anos. Ana Flávia também passou a trabalhar apenas duas vezes por semana como diarista depois do nascimento da filha:

*“Até oito meses de gravidez eu trabalhei cinco dias na semana e agora estou duas vezes por semana por causa da D., porque eu falei que não terceirizo a educação da minha filha de jeito nenhum”.* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Em outros casos, elas haviam conseguido ser liberadas temporariamente de algumas horas de trabalho diário, enquanto os filhos estavam de férias ou até terminar a faculdade, como vemos nos depoimentos abaixo:

*“Eu optei de fazer faculdade à noite e mudei para de manhã, para ter mais tempo à noite com o meu filho. Antes era assim, eu saía de casa às 10 horas da manhã, chegava no trabalho 10h30, ficava até umas 5h, 6h e ia direto pra faculdade. Chegava em casa meia-noite, 11h30 da noite. Aí eu só tinha das 7h até as 10h da manhã com o meu filho. Aí eu mudei a faculdade para de manhã. Saio de casa às 7h30, no máximo meio-dia e meia tô*

*chegando no trabalho. Fico até 6h. Consegui me liberar do trabalho de manhã para fazer a faculdade.* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Agora nas férias eu fico um pouquinho desesperada por não ter com quem deixar às vezes. Eu entro em controle com a turma aqui, e eles me liberam pra ficar meio período com eles e meio período trabalhando. Porque aí o outro meio período já dá pra mim deixar alguém com eles até eu voltar do serviço”.* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Arranjos desse gênero não são possíveis em qualquer emprego, mas podem ser fundamentais para que elas continuem ativas economicamente. Isso porque muitas vezes as tarefas domésticas e familiares entram em conflito com suas obrigações profissionais, um problema com o qual a maior parte dos homens não precisa lidar. Podemos ver isso em alguns relatos, como no de Marilda. Depois que sua segunda filha nasceu, ela se sentiu obrigada a ficar sem trabalhar porque sua empregadora não entendia que ela precisasse se ausentar em alguns momentos para cuidar dela. A princípio, a filha pequena ficou aos cuidados da mais velha, que tinha apenas 11 anos, o que a deixava bastante preocupada enquanto estava trabalhando:

*“Quando eu ganhei a minha pequena que tem sete anos, você sabe que os bebês vão de mês em mês no médico e às vez até antes, né, quando precisa, a gente tá correndo. Nessa época mesmo, por causa da minha pequeninha, teve uma vez que o meu marido ligou, meu ex-marido, né, que é o pai delas, pedindo pra mim vir mais cedo. Aí ela não gostou, a minha patroa. Aí eu fui vendo assim que não dava. (...) Ela disse, assim, que a minha filha mais velha mesmo poderia levar ela no médico, ou meu marido, e tudo que acontecia era só comigo, só comigo. (...) Então eu saí de lá, pedi as contas e fiquei desempregada quase um ano, só cuidando delas. Não procurei. Foi onde eu comecei a fazer bolo.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Recentemente, Marilda cogitou abandonar o trabalho remunerado de novo para cuidar só da casa e das filhas, porque estava ficando muito cansada com a maratona cotidiana. No entanto, ao passar um curto período de tempo em casa entre um emprego e outro, sentiu que não era possível ficar sem trabalhar:

*“Depois que eu parei esses dias, mas assim, eu não parei pra ficar em casa, eu parei esperando o outro trabalho. Aí eu me dei conta que, eu falei assim, eu não paro de trabalhar pra ficar em casa. Porque eu acho que é mais, assim, mexe muito mais com a cabeça da gente do que lá fora. Porque em casa você não tem uma coisa certa pra você fazer e lá você tem, né, aquela coisa certa. E ninguém tá em cima de você, e aqui tá. Eu acho que aqui mexeu mais. (...) Ela mesma falou [a filha mais velha], não, mãe, é melhor mãe trabalhar. Ela já falou, já. É melhor mãe tá trabalhando, porque mãe aqui é muito abusada.” (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)*

Nota-se em muitas delas a mesma aversão à ideia de abandonar o trabalho profissional para se dedicar somente às tarefas domésticas e familiares. Ou seja, por mais que a dupla presença exija que elas absorvam tensões entre as exigências contraditórias dessas duas esferas, a maior parte delas não quer sair de tal situação por essa via, temendo o que poderia representar um recuo rumo aos papéis tradicionais de gênero.

Outro caso em que demandas familiares interferiram no trabalho remunerado foi o de Lucimar. Ela não costumava faltar ao trabalho, mas às vezes precisava levar o filho pequeno ao médico, e no início a patroa parecia entender a situação (“mas a gente sempre acha que elas não estão muito satisfeitas, sabe?”). Depois, a mãe dela, que morava na Bahia, ficou doente e precisou fazer uma cirurgia. Única mulher de sete irmãos, Lucimar se sentiu na obrigação de ir cuidar da mãe convalescente.

*“Teve um dia que eu precisei sair pra viajar porque minha mãe ia operar. Aí eu pedi pra ela, falei que realmente eu tinha que ir, que minha mãe precisa de mim, só tem eu como mulher e seis homens. Então ela precisava de mim nesse momento. Ah, mas você não pode tá saindo assim, na hora que eu preciso de você, não sei o quê, [a patroa] começou a reclamar, né. Aí ela começou a pôr os meninos no meio. Ai, que você chega do nada e, ai, vou faltar hoje porque tenho que levar meu filho que tá com febre. Eu falei, mas eu não posso adivinhar que ele vai ficar com febre, dona C., não dá. Aí eu fiquei meio brava, porque (...) essas coisas são imprevisíveis, né. Mas no caso da minha mãe, eu avisei quinze dias antes, que foi o dia que marcou a cirurgia.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)*

Percebe-se que o fato de se sentir responsável pelos cuidados da mãe, como única filha do sexo feminino, foi o detonador de um conflito com sua empregadora que até então não havia eclodido. Essa solicitação de viagem se somou a certa insatisfação em relação às ausências dela no trabalho por questões de saúde dos filhos. Ou seja, ao acrescentar o cuidado da mãe às suas obrigações familiares, esse acúmulo de responsabilidades atrapalhou sua atividade profissional, colocando em risco seu emprego, em um contexto de excessivas exigências de sua patroa.

Algumas das entrevistadas relataram que seus próprios maridos gostariam que elas parassem de trabalhar para cuidar da casa e dos filhos, expressando, assim, um desejo da parte deles de ter uma organização familiar dentro da tradicional divisão sexual do trabalho, com o homem como provedor exclusivo e a mulher como única responsável pelos afazeres domésticos e familiares. Ainda que nem sempre eles conseguissem convencê-las a abandonar o trabalho, fosse por insistência delas ou por dificuldades financeiras, isso influenciava negativamente a trajetória profissional delas, de diferentes modos.

*“Quando eu era solteira eu trabalhava sempre. Trabalhava de doméstica, por mês mesmo, eu morava no serviço. Depois que eu casei, meu marido não queria que eu trabalhasse. (...) Ele nunca gostou que eu trabalhe. Até hoje ele não gosta. Eu trabalho porque eu não gosto de depender de marido pra tudo. Aí eu gosto de trabalhar. Trabalho dois dias, nem é muito, mas pra mim tá bom demais. É meu, tô trabalhando, tô ganhando meu dinheiro. Ele não gosta, acho que é mais por ciúme mesmo, ele é muito ciumento, não gosta muito que eu saia de casa, não. Essa é a verdade, mas a gente vai enfrentando a vida, né. Marido ciumento é o que tem.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Por ele, eu ficava cuidando da C. Mas ele tá vendo que não é isso, que não pode eu sair [do trabalho] pra cuidar dela. Não que ele acha ruim, sei lá, às vezes eu acho que ele não tem juízo.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

No caso de uma entrevistada, o marido não se conformava com o fato de que ela precisasse trabalhar em alguns finais de semana. Dizia que ela deveria encontrar um

trabalho somente de segunda a sexta-feira, para que pudesse ficar com ele e com as crianças aos sábados e domingos. Como ela apreciava muito seu próprio trabalho, tornava-se bastante complexo conseguir equilibrar as demandas profissionais e as exigências do marido, fato que resultava em situações estressantes em sua vida cotidiana em ambas as esferas:

*“É uma parte que meu marido não entende. Ele acha que final de semana é pra mim ficar em casa e curtir as crianças. E tem final de semana que a gente tem que ceder um pouquinho e ir pro trabalho. Isso atrapalha. (...) Ele não aceita, ele não gosta, que final de semana pra ele é sagrado. E o que eu faço eu tô feliz aqui, então não vou sair pra procurar um serviço e chegar lá é de segunda a sexta, só que eu não me adaptar. Aí eu falo pra ele ter calma, que tudo vai se acertar. Aí um final de semana eu fico em casa, no outro final de semana eu trabalho, aí vai jogando um pouquinho. (...) Já precisei viajar e não consegui por causa das crianças. Aí eles tiveram que entender.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Esse depoimento mostra como muitas vezes as mulheres precisam absorver as tensões da casa e do trabalho, tensões muitas vezes conflitantes e contraditórias; precisam balancear as decisões para não desagradar demais ao marido nem ao chefe, em um equilíbrio delicado entre dois mundos que se enfrentam, um como obstáculo do outro. Como afirma Tobío (2005), para os homens, a família é apoio e estímulo em relação ao trabalho, enquanto, para as mulheres, a família é uma dificuldade adicional; muitas vezes elas têm que ocultar a família no trabalho e o trabalho na família.

Pouco antes da realização da entrevista, Laura havia se deparado com uma oferta de emprego de segunda a sexta-feira, como o marido desejava, e inclusive com um salário maior do que ela recebia, mas também não havia aceitado por causa de suas obrigações familiares. Como o novo trabalho seria até as 22 horas, ela disse que “perdeu o interesse”, por precisar cuidar dos filhos nesse horário.

Determinadas ocupações são consideradas por algumas delas simplesmente inconciliáveis com as responsabilidades domésticas e familiares. Duas entrevistadas haviam trabalhado anteriormente como operadoras de caixa de supermercado, mas ambas avaliavam que era impossível combinar os horários característicos dessa atividade

profissional com o cuidado da casa e da família. Uma delas havia trabalhado em um supermercado perto de Paraisópolis quando morava em Diadema, encontrando muitos problemas na volta para casa:

*“O meu horário era das duas às onze, então eles me soltavam onze e meia, onze e quarenta. Eu já trabalhei até meia-noite, aí eu perdia a condução, tinha que pegar condução pra Paraisópolis, táxi pra cá, aí táxi não entrava. Cansei de não poder ir pra minha casa lá em Diadema, tinha que vir pra minha mãe, porque não tinha condução. E eu me estressei demais, deus me livre trabalhar com isso”.* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

A outra só aguentou ficar no trabalho de operadora de caixa por três meses. Precisou faltar muitas vezes para levar a filha pequena ao médico ou por outros motivos familiares, e isso deixava seu chefe incomodado. Além disso, os recorrentes descontos no salário faziam com que o trabalho deixasse de compensar.

*“Eu tava trabalhando de operadora de caixa, só que tava muito difícil trabalhar sábado, domingo e feriado por causa dela [da filha], aí tinha uma mulher lá que me chamou pra trabalhar na casa dela, aqui na Giovanni. Aí eu trabalho na casa dela. Só de segunda a sexta, aí eu saio cedo pra cuidar dela. Sem carteira assinada, porque no começo eu achei que não ia ficar muito tempo. Porque eu nunca trabalhei assim em casa de família, eu quero ficar por enquanto, né, porque tá dando, por causa da minha filha, depois eu quero procurar outra coisa. Só que eu tô ficando, porque ela tá bem boazinha comigo, aí eu tô ficando, tem um ano já”.* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

O fato de rejeitar a ideia de ser trabalhadora doméstica, de estar naquele emprego supostamente de forma temporária, somente por ter melhores condições para cuidar de sua filha pequena, fazia com que ela própria se colocasse em uma situação de precariedade laboral, privando-se de uma série de direitos trabalhistas, o que naquele momento já se prolongava havia mais de um ano.

Nesse período em que as duas trabalharam no supermercado, por outro lado, a divisão do trabalho doméstico foi bem mais igualitária dentro do casal: na ausência delas, os maridos se viam obrigados a realizar uma parcela significativa desses afazeres. O de

Joana a pressionava a mudar de emprego na época, em uma clara interferência na vida profissional dela, justamente porque grande parte das tarefas domésticas e familiares estava recaindo sobre ele.

*“Ficava falando que não dava certo, que eu tinha que sair, porque eu chegava tarde às vezes também. Final de semana às vezes eu trabalhava até as nove horas. Aí ele fazia comida quando eu trabalhava lá. Aí ele ficava falando que era melhor eu procurar outro trabalho.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

O marido de Ana Flávia, por sua vez, depois que ela saiu do trabalho, começou a insistir para que ela voltasse a ser caixa de supermercado, pelo salário mais elevado que ela recebia exercendo essa função:

*“Meu marido me enche muito a paciência, por que é que eu não volto a trabalhar com isso, porque a remuneração é melhor, é mais garantido, mas eu me estressei demais, pra mim não deu, não. Tinha dia que eu chegava em casa chorando de nervoso, porque perdia ônibus, passava no meio de gente à noite, o povo mexe. Ah, não, eu quero fazer faxina, porque eu vou lá, faço minha faxina e venho pra casa. Eu acho mais tranquilo.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

O marido dela não compreendia o nível de estresse pelo qual ela havia passado no período em que trabalhou como caixa de supermercado, pressionava-a a retornar a esse emprego por causa da questão financeira, mas ao mesmo tempo era um dos que menos contribuía nas tarefas domésticas e familiares, de acordo com o depoimento dela, mesmo tendo uma filha de menos de dois anos.

Ainda que houvesse uma maior participação masculina quando elas exerciam essa função, Joana contou que se sentia muito sobrecarregada com o excesso de atividades quando estava no supermercado.

*“Eu ficava com a cabeça cheia. Caixa tem que prestar muita atenção. Aí eu errava muito, distraída nos códigos, pensando nas coisas daqui de casa.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Por mais que as atividades domésticas fossem divididas de forma um pouco mais igualitária, a responsabilidade por elas continuava sendo dela, o que ocupava espaço mental e atrapalhava a realização do trabalho como operadora de caixa, em uma clara expressão da dupla presença feminina também como dupla ausência, espacial e temporal, para essas mulheres que estão e não estão ao mesmo tempo em casa e no trabalho.

Depois de pedirem demissão, ambas foram trabalhar como empregadas domésticas em casas de família, ocupação considerada mais tranquila e mais fácil de harmonizar com suas obrigações domésticas e familiares. Ana Flávia como diarista somente duas vezes por semana, e Joana em apenas um domicílio, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 14h30.

No momento da entrevista, nenhuma das duas enfrentava muitos problemas para articular o trabalho remunerado e a esfera doméstica, já que estavam com jornadas laborais mais reduzidas. No entanto, se para Ana Flávia a nova situação era de efetiva tranquilidade, Joana sentia um grande e evidente incômodo nessa nova posição. Ela tinha dificuldade até de assumir para si mesma que naquele momento era uma trabalhadora doméstica, por mais que afirmasse não ter preconceito em relação a essa profissão.

*“Eu cuido da casa, cuido dela, da comida. Limpo, cuido da roupa. (...) A minha patroa fala que não me vê como empregada, né. Sou mais uma companhia pra ela, a gente conversa. Ela tem sessenta anos e o marido dela faleceu, ela mora sozinha. Então ela me vê mais como uma companhia, ela fala.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Antes de ser operadora de caixa, ela havia trabalhado como babá, garçoneiro em um restaurante japonês e recepcionista de uma empresa. Demonstrava ter mais orgulho de todos esses outros trabalhos anteriores do que daquele que fazia no momento da entrevista, embora este fosse o que melhor se adequava aos tempos de sua vida familiar. Tendo concluído o ensino médio e considerando-se uma pessoa qualificada, envergonhava-se de estar atuando como trabalhadora doméstica.

Joana declarou ter vontade de estudar para seguir a carreira de fotógrafa. Avaliava que seria um trabalho mais de final de semana, e o marido poderia cuidar da filha enquanto ela estivesse fora. Ela considerava seu cotidiano tranquilo, mas avaliava que, se tivesse mais tempo disponível para si mesma, teria outro trabalho e em período integral. Era,

portanto, uma tranquilidade indesejada, que para ela era sinônimo de fracasso, de desperdício de si mesma, de uma vida limitada, sem nenhuma realização profissional, e tudo isso em nome dos cuidados da casa e da filha.

*“Não é que eu não goste de trabalhar em casa de família, não discrimino, nada a ver, é tudo trabalho, mas eu não estaria trabalhando em casa de família, teria outros trabalhos.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Ana Flávia, por outro lado, considerava que valia a pena o emprego de diarista porque apresentava menos dificuldades cotidianas, tanto no que dizia respeito à execução das tarefas quanto na relação com os patrões. Ainda que repetisse o mesmo trabalho que fazia em casa, preferia se manter como trabalhadora doméstica, justamente por ser um serviço mais conhecido e descomplicado.

*“É muito estressante [ser operadora de caixa], não tenho paciência. Quero fazer minha faxina, quem quiser dizer que é um serviço menor que diga, pra mim é muito mais tranquilo. Eu gosto. Pelo menos eu me dou bem, eu sou muito sortuda pra lidar com pessoal de faxina. Eu já tô na faxina já deve ter sete anos. Só com a moça, que são filha e mãe, eu já trabalho já há sete anos. Ela é muito tranquila, é um doce, acostumei a fazer o serviço. E é coisa que a gente faz no dia a dia, não tem dificuldade que é o que eu faço na minha casa. Então eu sou muito mais tranquila, não tenho muita paciência”.* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

No estudo de Bruschini e Ricoldi (2008), também foi identificada uma forte tendência das cônjuges a optar por vínculos mais flexíveis de trabalho para que pudessem conciliar com suas responsabilidades familiares. Como vimos, isso pode gerar profundas insatisfações, sentimentos negativos e frustrações para elas. Segundo as autoras, essas mulheres abriram mão de maiores oportunidades profissionais, assim como de salário e benefícios, para cuidar de seus filhos de modo mais efetivo. O fato de o trabalho remunerado feminino ser visto como “ajuda financeira” nos domicílios, apesar de muitas vezes ser imprescindível ao orçamento doméstico, e a ideia de que a prioridade da vida

delas é a maternidade, facilmente contribuem para que elas coloquem suas carreiras em segundo plano.

No entanto, de acordo com a pesquisa de Madalozzo e outros autores (2010), são justamente as mulheres com participação no mercado e que contribuem mais significativamente com a renda familiar as que “detêm um maior poder de barganha ao negociar as horas de trabalho doméstico a serem efetuadas por cada indivíduo do casal”. Ou seja, ao colocar a carreira e os rendimentos em segundo plano, diminuem a possibilidade de mudar a divisão dos afazeres domésticos e familiares em seus domicílios, tendo ainda que se dedicar a empregos pouco satisfatórios do ponto de vista pessoal e profissional.

No discurso das entrevistadas, contudo, ficava bem claro que a prioridade da vida delas era o cuidado da família (“sempre coloquei meus filhos em primeiro lugar”, “minha família em primeiro plano”, “tudo que for de melhor pra minha família não vou pensar duas vezes”). E, quando falavam sobre assuntos relacionados ao trabalho remunerado, era frequente afirmarem que o marido “não deixa”, “não aceita”, “fala que não”, “que eu tinha que sair”, mostrando uma relação desigual de poder entre eles; os homens costumam ter muito mais influência sobre a trajetória profissional feminina do que elas sobre a deles. As próprias decisões profissionais dessas mulheres muitas vezes estavam subordinadas à vontade e à opinião do marido, e até dos filhos, como vemos a seguir:

*Qualquer atitude que eu for tomar, quando eu vim pedir oportunidade aqui na rádio, a primeira coisa que eu perguntei pra eles foi o que era que eles achavam, marido, filho, tudo. “Ah, a gente acha legal”. Eu falei: “É, porque se eu me sujar, não vai ser só eu. Vai ser filho, vai ser marido, vai ser tudo, porque é um nome, é uma família, é um acompanhamento. Então, tem certeza que tá todo mundo preparado pra cair na lama, se preciso for?”. “Ah, mãe, a gente dá o maior apoio”. Até hoje eles me apoiam em qualquer coisa que eu precisar nesse sentido. (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)*

Analisando as falas das entrevistadas, fica clara também uma postura frente ao trabalho remunerado bastante diferente daquela adotada pelos homens. Elas falaram sobre a imprescindibilidade de arrumar empregos e chefes flexíveis e compreensivos com imprevistos e necessidades familiares (“ia ter que ser um chefe que aceitasse”, “tenho que

conversar que tem os meninos”, “falei pra ela que não dava pra ficar todo dia até mais tarde”, “dá pra negociar e dar um jeitinho”, “você pode fazer seu horário”, “se você terminou, você vai embora”, “quando eu não posso ir, ela entende”). Além disso, os depoimentos revelam que elas assumiam uma posição um pouco rígida quanto às suas próprias condições de trabalho. Nesse contexto, apresentavam duas opções aos chefes: aceitar esses requisitos ou elas iriam procurar outro trabalho (“eu tenho que sair porque eu tenho que pegar meu filho na creche, então tem um limite”, “falei pra ela que não dava pra ficar todo dia até mais tarde”, “eu comunico que não dá pra mim ir”, “já falo logo pra ela, meu horário é esse e esse, eu tenho filho pra pegar”, “já deixei avisado”). Isso mostra que o trabalho remunerado feminino muitas vezes é limitado por uma série de restrições impostas pelos afazeres domésticos e familiares, não tão explícitas à primeira vista, mas que condicionam o caráter dos empregos obtidos por elas. E, de maneira nenhuma, essas limitações influenciam da mesma forma a vida profissional de seus maridos, em um período de fortes exigências do mercado de flexibilização do tempo de trabalho, que dificultam cada vez mais a dedicação à vida familiar.

### **Ausências no trabalho remunerado**

Praticamente todas as entrevistadas disseram que eram as únicas responsáveis por levar seus filhos ao médico ou cuidar deles em casa se ficassem doentes (“eu, óbvio”, “é tudo mulher”, “eu sempre levo”, “em tudo, é eu”, “sempre eu que fico em casa”, “sempre eu falto”). Quando isso acontecia, elas se ausentavam do trabalho, chegavam atrasadas ou abandonavam a jornada no meio para poder ficar com eles. Somente uma delas disse que o marido já havia levado o filho ao médico uma vez (“para ela”) e chegado mais tarde no serviço, e outra havia conseguido a duras penas convencer seu cônjuge a ir junto com ela “para conhecer os médicos”, em um período em que ele estava no intervalo entre dois trabalhos. Nos casos estudados, os maridos só se ausentavam do emprego quando suas próprias mulheres precisavam de cuidados médicos.

*“Eu fico porque eu acho que eu cuido melhor do que ele. Mãe é... Por mais que ele poderia ficar, mas eu ia ficar no serviço com a cabeça em outro lugar, então eu prefiro ficar.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

*“Eu falto bastante até, pra levar ela no médico, pra dar consulta, tem dia que ela acorda e tá com febre, aí eu não vou. Eu dou prioridade pra ela. Ele não vai, sou sempre eu.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

*“Por enquanto eu sempre levo, sempre eu. Esses dias que ele tá em casa, ontem teve consulta e na semana passada lá no Einstein, aí eu fico, aproveite que você está em casa, vamos comigo, pra você conhecer o espaço, conhecer o lugar, ver como que trabalha essa questão dos médicos, aí ele gostou muito. Ele não tinha ido ainda. Aí eu disse, vamos aproveitar, porque não é sempre, é uma oportunidade única você estar em casa e ir comigo no médico.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Algumas disseram que de fato “preferiam” ser as responsáveis pelo cuidado das crianças nessas situações, por serem supostamente mais habilidosas para isso ou por ficarem mais preocupadas nessas situações (“fico no trabalho com a cabeça em outro lugar”, “não saio de perto pra nada”), características atribuídas às mulheres, mas socialmente construídas. Outras, no entanto, questionam essa obrigação exclusivamente feminina, percebendo-a como limitante para sua própria trajetória profissional:

*“Sou eu que fico, porque a mãe sempre é a sobrecarregada. Eu acho que os filhos não viveriam sem uma mãe. Uma casa sem uma mulher, é complicado. É difícil. Sei lá, o papel da mãe é, tudo tem que ser a mãe. Até eu não entendo por que tem que ser eu. Às vezes eu mesma fico me perguntando. Tem coisa que ele poderia fazer, e ele não corre atrás, sabe assim? Então por que é que um dia eu tenho que faltar no trabalho pra levar meu filho no médico e ele não pode? Então tem coisa que eu também não sei, tudo tem que ser eu mesmo.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“[Por que nunca é ele quem leva os filhos ao médico?] É uma boa pergunta. Nossa, é a pior coisa. É uma coisa que eu joga na cara dele o tempo todo. Nossa, direto. Às vezes eu*

*até minto, eu falo que o médico falou que quer conhecer o pai da C., te juro. É o que eu tô te falando, lá em casa eu sou o braço direito de tudo, entendeu? Então é assim, a semana passada, segunda, a C. amanheceu com conjuntivite, vai vendo. Ele olhou pra C. e falou assim, dramático, ah, você deixa a menina com os outros, não sei o quê, não sei o quê. Aí depois ele virou pra mim, você tem que levar a C. no médico também, não pode ir trabalhar. Que raiva, né, eu tenho que levar a C. no médico, e você? Eu tenho que faltar no serviço, e você? Aí no final de tudo eu vim trabalhar. Eu ficava ligando o tempo todo pra saber, né, como ela tava. E a minha irmã, não, ela tá melhor, o olho tá bom... Aí quando eu cheguei em casa, aí fica essa história. Que ele não leva, que é obrigação minha, entendeu?” (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)*

Espera-se das mulheres total entrega ao cuidado dos filhos, como uma espécie de dever irrevogável, que cabe única e exclusivamente a elas. Isso está bastante presente na fala das entrevistadas: “você *tem que* deixar tudo”, “*tive que* faltar no trabalho”, “*não dá* pra ir trabalhar”, “responsabilidade que a gente leva”, “maior peso cai sobre a gente”, “tudo de ruim que acontece com o filho, o primeiro culpado é a mãe”, “tudo é culpa da mulher”. A revolta de Miriam contra a divisão sexual do trabalho, observada no depoimento acima, só ocorre no nível do discurso. No episódio relatado, ela questionou o marido por causa da desigualdade no casal, contrariou a vontade dele de que ela não fosse trabalhar para levar a filha ao médico e ficar cuidando dela, mas depois ficou muito preocupada, sentindo-se culpada e telefonando “o tempo todo” para saber como ela estava. E, ainda assim, quem ficou responsável por cuidar da criança doente continuou sendo uma mulher, sua irmã. Se algo tivesse acontecido com a filha, o marido se sentiria no direito de repreendê-la, já que na concepção dele essa obrigação é feminina, de modo que a culpa por qualquer problema seria dela.

Em quase todos os relatos colhidos para esta investigação, o esforço do casal era sempre no sentido de evitar que o marido fosse obrigado a faltar no trabalho, e algumas mulheres se sentiam prejudicadas profissionalmente por causa disso. Os trabalhos masculinos são sempre priorizados e protegidos dos imprevistos domésticos, enquanto os femininos são negligenciados, por serem considerados secundários e complementares.

*“Precisa faltar às vezes, porque é criança pequena, né? Ele, faltar não, mas já levou pra mim no médico e deixou com outra pessoa e foi trabalhar. Acontece assim, mas ter que faltar um dia nunca, porque não pode. O trabalho dele não permite. Às vezes eu até falo pra ele, você prefere o seu trabalho do que a gente, ele fica bravo. Porque às vezes eu preciso mesmo, mas eu até entendo que o trabalho dele realmente precisa dele pra tá organizando tudo, então não dá. O meu eu até consigo, sair e ficar com os meninos, mas ele não.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e 3 anos)

Em geral, os empregadores consideram mais aceitável que as mulheres tenham essa postura no trabalho do que os homens; deles é esperada dedicação integral e incondicional. O estudo de Bruschini e Ricoldi (2010) também mostra que os homens, mais do que as mulheres, procuram preservar seu espaço produtivo, em especial aqueles que têm uma atividade formal, com jornadas de trabalho fixas. Além disso, pelo relato dos homens nessa mesma pesquisa, as empresas parecem não se dar conta das transformações em curso nas famílias, no que concerne à maior dedicação masculina à esfera doméstica, e não estão se adaptando a essa nova configuração das relações familiares.

Entre as entrevistadas na presente investigação, as que menos enfrentavam problemas em decorrência dessas ausências eram aquelas que haviam reduzido sua carga horária de trabalho remunerado. Este era justamente um dos motivos que as haviam levado a não trabalhar fora de casa em período integral: a flexibilidade horária.

*“Sempre que eu preciso, eu mudo, troco o dia, ou falto, não tem problema nenhum, não, eu comunico que não dá pra mim ir. Às vezes eu troco e às vezes eu nem vou, que nem nessa semana, que tinha muita coisa pra fazer, tinha que levar a menina no médico. E ele aceita na boa.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Às vezes, quando eu não posso ir, ela [a patroa] entende, né, aí ela pede pra eu ir outro dia que ela precisa, aí ela [a filha] fica com meu marido, essas coisas.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Mas nem sempre os chefes são compreensivos com as ausências femininas resultantes desse trabalho duplicado, e o emprego delas muitas vezes fica em risco. Como no caso de uma entrevistada cujo chefe exigia um “comportamento masculino” no

emprego, de total separação entre o tempo profissional e o tempo doméstico e familiar, não querendo uma pessoa absorvida pela dupla presença trabalhando para ele:

*“Uma vez que ele caiu da laje, eu tive que faltar no outro dia porque ele ficou internado. Então, eu acho que em primeiro lugar o filho da gente, né, porque serviço você arruma e o filho não. Então já chegou a falar que eu tinha que me dedicar ao serviço, eu falei, não, em primeiro lugar a minha casa. Ele falou que a partir de quando eu saísse da porta da minha casa eu tinha que dedicar a minha vida pro serviço, eu falei que não, porque se meu filho cair dez vezes, dez vezes que ele tiver doente, dez vezes eu vou faltar no serviço. Aí ele pegou e falou assim que era melhor eu ficar em casa. Eu trabalhei pouco tempo e depois saí.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

Para não perderem o emprego, algumas delas se viam em certa medida obrigadas a negligenciar os afazeres domésticos e familiares que lhes eram atribuídos. Isso causava grandes tensões em seu cotidiano, com consequências importantes para a produtividade e para a saúde dessas mulheres.

*“Eu não sou de minha casa tá enchendo d’água eu sair correndo, já aconteceu mas eu nem saí, esperei o horário. Meu irmão e meu filho tava lá desesperado, mãe, tá entrando água, mãe. E eu, meu filho, não posso fazer nada, tô aqui, tem que esperar eu chegar pra tirar. Era água de chuva. Choveu bastante, encheu o quintal e a água transbordou lá pra dentro, aí encheu. Isso já foi umas quatro vez. Eles ligaram e eu falei, tem que esperar chegar em casa. Eu já vim trabalhar de atestado, assim, de esconder, e na hora de ir embora eu falar, pra não ter problema.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Quando elas precisam mudar de trabalho, ou pensam em fazê-lo, quase sempre levam em conta, na busca pelo novo emprego, a necessidade de realizar as atividades domésticas e familiares.

*“Ah, eu penso nisso. Tipo, pra mim trabalhar, se for prejudicar o cuidado das minhas filhas, aí eu penso muito sobre isso. Porque elas são a minha preferência, as minhas*

*filhas, atrapalhar não dá.” (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)*

*“Se for pra mim arrumar um serviço, tem que pagar pra pessoa olhar eles, porque eu não deixo eles sozinhos de jeito nenhum. Eu nunca deixei eles assim, pra trabalhar, trancado. Eu nunca deixei, sempre eu paguei. Então, aí eu primeiro procuro a pessoa pra cuidar deles, né, aí depois eu vou ver o serviço em função disso.” (Josefa, 22 anos, cozinheira desempregada, 3 filhos, de 14, 9 e 4 anos)*

É importante para elas que os horários sejam compatíveis com o cuidado de filhos e filhas, que os patrões aceitem que elas precisarão faltar quando forem levá-los ao médico ou comparecer a reuniões escolares, que não se exijam muitas horas extras fora do combinado, e de preferência que não ocupem os finais de semana. Se fossem condições também exigidas pelos homens, seriam conquistas importantes da classe trabalhadora, mas seus maridos quase nunca levavam em conta esses quesitos para escolher um trabalho e por isso têm menos limitações na procura de emprego.

#### **4.5. Cuidado das crianças e redes femininas de solidariedade**

O cuidado de crianças pequenas costuma ser a atividade doméstica que consome mais tempo nos domicílios estudados. A chegada de filhos e filhas aumenta significativamente o número de horas dedicadas por essas mulheres aos afazeres domésticos e familiares, sendo que o mesmo nem sempre ocorre com seus maridos, conforme já vimos. Como afirmam Araújo e Scalon (2005), a centralidade que os filhos adquirem na nossa sociedade cria novas formas de afeto, mas também de demandas. Segundo as autoras, o fato de as mulheres serem uma espécie de referente afetivo nos domicílios “gera um cenário de tensões e de novas formas de sobrecarga no âmbito da domesticidade, com impacto sobre a subjetividade feminina e também sobre sua vida na esfera pública”.

Em geral, é delas a responsabilidade primária de levar e buscar as crianças para a creche, para a escola ou para as cuidadoras informais, de comparecer às reuniões escolares, de levar ao médico e ficar com elas em casa quando estão doentes, de alimentação, higiene, acompanhamento dos estudos. Segundo a pesquisa de Blofield e Madalozzo (2013), centrada em casais com filhos de até seis anos, as mulheres casadas dedicavam 39 horas semanais ao cuidado das crianças, enquanto seus maridos dedicavam 27 horas.

O depoimento das entrevistadas sobre as principais atividades realizadas para além do trabalho remunerado não deixa dúvidas sobre a centralidade do cuidado com os filhos:

*“Hoje é a minha boneca. Você acorda, você dá mamá, você troca a fralda, você faz a comida, você dá a papinha, você dá almoço, você dá banho. Acabou o dia. Hoje é ela. E cuidar da casa quando dá, quando eu posso, quando eu jogo ela com a minha mãe. É assim.(...) Eu falo que o centro da minha vida é ela. Depois que você é mãe não tem jeito.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Dessa forma, a vida cotidiana exige que elas façam arranjos complexos e rigorosamente calculados para dar conta de organizar a rotina infantil e continuar trabalhando, ao passo que seus maridos não costumam ter que se preocupar com isso. Esses arranjos, em geral, são feitos com a contribuição de familiares e de pessoas da comunidade, uma rede de solidariedade formada quase exclusivamente por outras mulheres. As mulheres substituem umas às outras nas atividades domésticas e de cuidado, transferem tarefas, intercambiam afazeres, compartilham responsabilidades entre elas, em uma intrincada trama de colaboradoras, contribuindo, assim, para manter esse trabalho como função do grupo social das mulheres. Nas palavras de Chabaud-Rychter et al (1985), todas as mulheres se encontram em um circuito de troca com outras mulheres no que se refere a essas atividades; homens e mulheres, por outro lado, não são intercambiáveis no cumprimento delas.

No caso da presente pesquisa, as responsáveis por esse suporte às trabalhadoras eram principalmente suas irmãs, mães, cunhadas, filhas mais velhas, vizinhas ou outras cuidadoras remuneradas. Também foram citadas uma ex-cunhada, uma prima, uma sobrinha, uma madrasta e a filha dessa madrasta. Uma rede que engloba todo o coletivo

feminino. Tendo ou não filhos, sendo jovem ou de idade avançada, trabalhando fora ou apenas em casa, quase nenhuma mulher consegue estar verdadeiramente à parte dela.

*“Minha irmã cuida da minha filha. E uma filha da vizinha fica com ela de manhãzinha até minha irmã pegar, porque ela só pode pegar oito e meia, porque ela tem problema de pressão aí ela faz caminhada de manhã. Fica com a filha da vizinha das seis até as oito e meia. Aí minha irmã chega e fica com ela até a hora que eu chego, cinco, seis, depende, né, do trânsito. (...) Pra primeira de manhã eu pago 100 reais e pra minha irmã 150.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

*“Enquanto eu faço a janta, ela tá correndo. Porque assim, o meu pai, ele mora de frente mesmo, assim, porta com porta. Então ainda deixo as duas portas abertas. Aí ela já fica pra lá e pra cá, correndo. Praticamente quem olha nesses intervalos que eu tô fazendo janta é a minha madrastra e a filha dela, que adoram ela. Eu falo, então toma, vai, A. A filha dela tá com 18, então adora ela. Ela não parece muito comigo, é uma baixinha branquela, loirinha de olho azul. Não parece nada com a mãe. Aí todo mundo, ai que linda... Toma. Aproveito esse linda, toma. Aí ele [o marido] fica deitado assistindo alguma coisa de jogo, ou o jornal”. (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)*

Esse depoimento revela que, mesmo quando o familiar presente para ajudar é uma figura masculina, no caso, o avô, são as mulheres da vida dele – a esposa e a filha dela – que se encarregam do cuidado da menina, enquanto o pai descansa.

As próprias entrevistadas também faziam parte das redes de apoio de outras mulheres trabalhadoras, por mais que não tivessem tempo suficiente sequer para cumprir com suas próprias atribuições domésticas e familiares:

*“Eu levo ela pra creche, sempre eu, ele não tem tempo, né, ele sai cedo e chega tarde. Às vezes ele chega e ela tá dormindo. Eu levo, eu busco. (...) Eu também tenho que buscar a minha sobrinha na creche. Ela estuda em outra creche. Ela sai quatro, aí eu vou buscar, deixar na casa da mãe dela. Depois eu vou buscar minha filha. É um pouco meio corrido o tempo, pegar uma, deixar e buscar outra.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Como afirma Ávila (2009a), em seu estudo sobre os usos do tempo das empregadas domésticas, esses arranjos entre mulheres funcionam como uma forma de resistência para liberar seu tempo do trabalho doméstico gratuito, para que possam ter acesso ao trabalho remunerado. São arranjos que atravessam as relações familiares, as diferentes faixas etárias e as relações comunitárias, que vão solapando o cotidiano das mulheres que fazem parte do mesmo grupo familiar. Uma teia muito imbricada, sem quase nenhum apoio de políticas sociais e sem uma participação masculina efetiva. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que constitui uma estratégia de resistência feminina, essa prática aprofunda as desigualdades entre homens e mulheres, ao incluir todas elas nesse circuito de trocas e ao deixá-las de fora.

No caso de uma entrevistada, a filha mais velha, de 15 anos, cuidava da casa e da mais nova, de 9 anos; ou a acompanhava ao trabalho para ajudá-la no serviço, para que a mãe terminasse mais rápido e pudesse se dedicar à própria casa:

*“Minha filha mais nova estuda à tarde. Ela fica com a minha filha mais velha ou então às vezes eu levo ela comigo. No dia que eu vou, eu levo a mais velha comigo, aí ela me dá uma ajuda lá e eu venho mais cedo pra casa, pra ela ir pra escola. É aquela correria, porque é só dois dias que eu trabalho, então ela vai fazer isso. Eu levo a mais nova comigo pro trabalho porque é perto, meu trabalho é perto, vou a pé, rapidinho. Chega lá, ela vai ler gibi, meu patrão já falou que eu posso levar, então eu levo ela pra lá, não deixo sozinha, não. Sozinha não fica nunca. Quando ela não tem aula, fica com elas, com a mais velha mesmo.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

A contribuição dessa rede solidária de mulheres era tão fundamental na vida de algumas trabalhadoras entrevistadas que elas tinham um enorme temor de perdê-la de uma hora para outra. Caso isso viesse a acontecer, elas acreditavam que a desorganização de suas vidas seria enorme, podendo comprometer o trabalho remunerado.

*“Eu tenho que dar um jeito, e o jeito é as minhas cunhadas, eu tenho que apelar pra alguma. Essa que tá olhando ele no momento, ela tá só de ajudante num salão de beleza, então é só final de semana. Então ela tá livre na semana. Aí se ela arrumar um serviço, aí eu tenho que me virar. Porque ela que tá me salvando um pouco. Sem ela, eu não sei nem*

*o que fazer no momento. Eu fico meio perdida. Até um dia ela falou, eu vou numa entrevista, ai meu deus! O que é que eu vou fazer, e agora? Aí eu fico meio perdida.”*  
(Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“A minha mãe cuida dela, e eu tenho uma sobrinha de 13 anos também, é meu braço direito. Eu falo que se eu não morasse aqui eu tava perdida. Porque eu já morei em dois lugares diferentes. Eu tava perdida, porque é o tempo todo em cima dela, e ela tá na fase de engatinhar. (...) É a minha mãe, minha mãe é tudo. E a minha sobrinha.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Ana Flávia morava em Diadema e apreciava muito a vida que levava naquele lugar. Seis anos antes da entrevista, sentiu-se obrigada a se mudar para Paraisópolis para ajudar a mãe que estava sobrecarregada com o cuidado de cinco netos, após a morte de sua filha mais nova, irmã da entrevistada, durante o parto de gêmeos. No entanto, com o nascimento de sua própria filha, Ana Flávia passou a depender de que sua mãe cuidasse também dela para poder trabalhar fora. Esse caso mostra claramente o constante intercâmbio de ajuda entre as mulheres: Ana Flávia havia se mudado inicialmente para apoiar a mãe e, depois de um tempo, acabou muito dependente da contribuição dela, em uma interdependência contínua, principalmente quando se trata de mãe e filha, e que pode ir mudando de intensidade, de um lado para o outro de acordo com as circunstâncias da vida.

*“Eu acabei vindo pra cá pra ficar um pouco mais perto, porque eu não morava aqui, eu falava, eu não gosto daqui. Acabei forçando morar aqui pra poder tá junto, ajudar, fazer alguma coisa. (...) Depois que minha filha nasceu, eu falei com o meu marido, eu só volto a trabalhar se minha mãe ficar. Se outra pessoa ficar, eu não fico. Porque eu sou muito possessiva com a minha filha, então, se ela ficar, ela ficou. Mas se não fosse, eu não voltaria, teria que engolir o meu orgulho e se virar com o meu marido. Porque eu não conseguiria trabalhar e deixar a minha filha com qualquer pessoa estranha, creche, não consigo. A gente vê muita coisa ruim por aí, ela é muito pequenininha, se fizerem mal ela não vai saber me falar. Infelizmente... Mas ela tá com a minha mãe, eu trabalho tranquila.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

No caso de outra entrevistada, a ausência da mãe fez com que ela parasse de cantar em bares da região com o marido, que tocava teclado, atividade profissional que lhe dava bastante prazer. À noite, costumava deixar os filhos com a mãe, mas no momento da entrevista, ela havia acabado de partir para o Norte por tempo indeterminado. A mudança da mãe fez com que precisasse repensar seu trabalho noturno, em função do cuidado com os filhos:

*“Ficava com a minha mãe. A única pessoa que eu confio deixar é com ela, nesse horário assim. De dia, não, qualquer um pode socorrer, mas à noite só com ela. Por isso que eu dei aquela paradinha. À noite é muito cansativo, perdia tempo com os filhos. (...) Eu pensei comigo, vou arranjar alguma coisa pra mim fazer durante o dia, que me favoreça, me ajude de alguma maneira, e que eu possa estar perto dos meus filhos pelo menos à noite, que é o horário mais importante, tem novidade do dia pra me contar, se adoecer eu posso estar ali junto.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Já na vida cotidiana de outras mulheres, é necessário acessar essa rede feminina não apenas para os cuidados dos filhos, mas também para a realização de outros afazeres domésticos de que elas não dão conta no dia a dia:

*“A minha irmã, ela que cuida do meu filho durante esse horário. Ela dá uma limpada na casa. De manhã, eu acordo sete da manhã e começo a fazer as coisas. Às vezes eu deixo e digo pra minha irmã, eu varri a casa, mas falta limpar o chão, aí ela limpa o chão. Mas ela não mora comigo, mora com a minha mãe. E minha mãe também. Tem finais de semana que eu não consigo lavar a roupa porque tem uma atividade. Sábado passado, por exemplo, a gente saiu seis da manhã e chegou oito da noite, não tive condições. Então ela ajuda a lavar minha roupa, ela lava todo sábado.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

Quando acontece algum imprevisto e essas trabalhadoras precisam ficar até mais tarde no serviço, na maior parte das vezes elas também acionam essa rede de mulheres e articulam diferentes pessoas para conseguir reorganizar os arranjos costumeiros. São poucos os casos em que os homens são mobilizados para isso.

*“Eu tenho que sair ligando. Eu ligo pra minha mãe, ligo pra moça que olha minha filha, ligo na escola do meu filho, porque como é próximo [do meu trabalho], eles liberam meu filho pra vir pra cá e ele fica aqui comigo, o mais velho, de sete anos. Ele vem sozinho, é próximo”.* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Por mais que as mulheres estejam cada vez mais adentrando o mercado de trabalho e permanecendo nele ao longo de suas vidas, a atual organização da sociedade ainda exige que existam pessoas fora dos constrangimentos do tempo produtivo, o tempo dominante, para que a articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico e familiar seja possível para as trabalhadoras. Podem ser aposentadas ou desempregadas, donas de casa, jovens em idade escolar, ou pessoas dispostas a fazer o trabalho reprodutivo de forma remunerada, quase sempre com salários muito baixos.

Como vimos, a rotina das entrevistadas se constitui de constantes apelos, pedidos de ajuda, contínua prestação de favores, salvamentos, socorros. As destinatárias habituais dessas demandas são suas próprias mães, que configuram o principal recurso na articulação entre essas duas esferas para as mulheres de baixa renda. No discurso das entrevistadas, aparecem como “salvadora”, “minha mãe é tudo”, “sempre minha mãe”, “só com ela”, “se tá com ela, fico tranquila”, “vou trabalhar de olhos fechados”, “sem ela estaria perdida”, “a única pessoa que confio deixar”. São mulheres que primeiro cuidaram de seus próprios filhos e agora ajudam a criar seus netos, evidenciando que o trabalho doméstico e familiar se mantém ao longo da vida toda.

Assim, para além da existência do domicílio como unidade social, continua a relação de disponibilidade das mães em relação a seus filhos, principalmente a suas filhas (Chabaud-Rychter et al, 1985). Segundo essas autoras, as trocas de trabalhos domésticos são constitutivas das relações entre mães e filhas, variando segundo a classe social, a idade e o estado de saúde da mãe. Tais trocas constituem uma reciprocidade que não é simétrica: enquanto as tarefas realizadas pelas filhas para as mães apresentam um caráter pontual e são integradas ao uso do tempo determinado pelas limitações do serviço a suas próprias famílias, para as mães, ao contrário, é como se subsistisse a relação de disponibilidade mãe/filha da família de origem, mesmo depois da inserção da filha em outra unidade familiar nuclear. Em outras palavras, as mães permanecem disponíveis para suas filhas,

enquanto suas filhas estão prioritariamente voltadas para seus maridos e seus próprios filhos. Disso concluem as autoras que a reciprocidade das trocas entre mães e filhas carrega, em sua dissimetria, a marca do estatuto dominante das mulheres: o de mãe-esposa.

#### **4.6. Falta de vagas nas creches e o peso do cuidado remunerado**

A existência de creches e escolas de educação infantil públicas é uma demanda histórica das mulheres trabalhadoras e, nas últimas décadas, vem sendo uma das principais reivindicações do movimento feminista brasileiro. No entanto, os avanços no sentido de universalização do direito ao acesso à creche e à educação infantil não têm sido suficientes para aliviar a dupla presença das mulheres trabalhadoras no país.

Apesar de ter havido um crescimento significativo no número de vagas em creches e escolas de educação infantil no Brasil nas últimas décadas, ainda é imenso o número de famílias que não conseguem um lugar para seus filhos e filhas de zero a cinco anos, e que precisam criar arranjos para lidar com esse problema, para que ambos os pais possam trabalhar profissionalmente. No entanto, muitas vezes o problema é colocado na agenda pública como se fosse uma questão que concerne somente às mulheres trabalhadoras, reforçando a divisão sexual do trabalho, pois quase sempre elas são as responsáveis por arrumar uma solução para essa adversidade cotidiana que se impõe a grande parte das famílias de baixa renda.

Em Paraisópolis a situação não é diferente. A maior dificuldade para articular trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar é justamente a falta de vagas nas creches e nas escolas de educação infantil da região. A maioria das entrevistadas que tinham filhos com menos de três anos ainda não havia conseguido um lugar nos estabelecimentos públicos. A estimativa da União dos Moradores, como vimos, é de que atualmente haja 5 mil crianças da comunidade fora das creches e da educação infantil.

Isso faz com que diversas famílias precisem recorrer a cuidados remunerados, muitas vezes com custo elevado e em condições inadequadas ao pleno desenvolvimento infantil, para que pais e mães possam seguir suas trajetórias profissionais:

*“Arrumei uma pessoa pra ficar com ela, uma senhora que cuida dela e de mais duas crianças. Pago meio período pra ela, 150 reais. Só que já fez inscrição na creche, com um mês eu fiz inscrição na creche, tô aguardando. Demora, mas ela não tá tão longe, tem casos de colegas minhas que tem duzentas crianças na frente. A minha filhinha não, tem 24 crianças.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

A importância da existência dessas instituições é inegável, especialmente entre as famílias de baixa renda. Como mostra o estudo de Sorj (2004b), o acesso das crianças a creches e pré-escolas tem impacto significativo na participação feminina no mercado de trabalho, nos rendimentos familiares e no número de horas que as mulheres trabalham. Essa influência ocorre em todas as classes sociais, mas são justamente as famílias mais pobres as que mais se beneficiam. A pesquisa revela, por exemplo, que o salário das mães de crianças de quatro a seis anos que frequentavam pré-escolas era 35% maior do que daquelas cujos filhos não tinham acesso a esses estabelecimentos. Elas também trabalhavam remuneradamente cerca de duas horas a mais por dia. A partir desses dados, a autora conclui que, diante da distribuição desigual das responsabilidades domésticas e familiares entre os sexos, a existência de creches e pré-escolas não apenas possibilita que as mães trabalhem como também permite que elas tenham uma inserção de maior qualidade no mercado de trabalho.

Entre as entrevistadas na presente investigação que tinham filhos um pouco mais velhos, mas que ainda não podiam ficar sozinhos em casa, também foram identificados problemas nesse sentido, já que a escola pública não funciona em período integral. As próprias creches têm horários de funcionamento considerados inadequados para as trabalhadoras: a necessidade de levar e buscar os filhos em momentos muitas vezes dessincronizados com a entrada e a saída do trabalho remunerado gerava fortes tensões para elas. Grande parte precisava contar com alguém para ficar com as crianças ao menos por meio período ou para levá-las e/ou buscá-las na escola.

Todos esses custos representavam parte significativa da renda familiar dos domicílios pesquisados. As entrevistadas pagavam de 100 reais, por meio período, a 250 reais, o período integral, por cada criança, para cuidadoras informais ou mesmo para pessoas da própria família que tomavam conta de seus filhos.

*“Eu pago alguém pra ficar com o pequeno. A menina do meio, que tem quatro anos, fica na creche, o C. fica na creche na parte da manhã, na parte da tarde ele vai pra escola e o pequeno fica com uma senhora. Ela cuida só dele. Ela tem também uma netinha de três anos que fica com ela. Das nove até as seis horas ela fica com ele, o horário que eu tô aqui. Quando dá meio dia, como é aqui do lado, eu dou uma corridinha lá pra ver. Ela fica até as seis, sete horas. Aí eu pago 250 reais pra ela todo mês.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

*“Eu deixo a minha filha com a minha mãe quando eu vou trabalhar, até sair a vaga na creche, é com a minha mãe. Eu deixo na casa dela. (...) Amigo, amigo, negócios à parte. Família também funciona assim. Eu pago 200 reais por mês. Ela olha também a minha sobrinha, mas ela tá grande, então chega da escola, almoça e vai pra casa dela. Ela tá com doze anos.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Algumas entrevistadas não remuneravam familiares nem pessoas da vizinhança que cuidavam de seus filhos, e até aparentavam condenar essa prática, como se fosse indecoroso cobrar por tal atividade. Preferiam, por outro lado, enfatizar o caráter solidário do trabalho de cuidado, em uma troca constante de favores entre as mulheres, um trabalho que, na opinião delas, não deveria ser mercantilizado, por estar relacionado ao campo afetivo. Isso, na verdade, aliviava muito o cotidiano delas e suas finanças domésticas:

*“Elas [prima, irmã, mãe e ex-cunhada] olham de graça. A gente aqui não cobra. A gente, tipo, eu falo pro meu marido que a gente é uma equipe, então uma mão lava a outra. Quando ela precisa, eu também olho os filhos dela. Que nem agora, ela pegou a menininha, toma, toma ela, que eu tô cansada.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

*“Quando preciso, é com a minha irmã. Mas não pago nada pra ela, porque ela não aceita. Graças a Deus a gente somos muito unidos nesse sentido de... E pai sempre educou a gente desde pequenininho, né. Nem tudo que a gente faz pro outro merece ser pago com dinheiro, mas com gesto de carinho. (...) Ela trabalha de vez em quando. De final de semana que ela vai, quando o marido dela arranja, porque o marido dela é pedreiro, quando ele precisa finalizar a obra, rejuntar azulejo, cerâmica, essas coisas, é*

*todo mundo metido a pedreiro. Então ela vai com ele, aí se ela precisa de mim, se for demorar muito, prolongar pra noite, aí eu fico com os filhos dela, ela tem dois. Então a gente faz tipo essa troca.* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Já o depoimento de outra entrevistada reitera a ideia de que a gratuidade do trabalho de cuidado está muitas vezes relacionada às mulheres, mas não necessariamente aos homens da família. Ela pagava uma senhora para cuidar do filho mais novo de cinco meses enquanto trabalhava, mas às vezes precisava recorrer a familiares para ficarem com suas três crianças. Quando os deixava com a mãe ou com a irmã, esse trabalho não era remunerado; quando precisava que o irmão cuidasse deles, no entanto, ela o pagava. Não sabia explicar a razão de tal disparidade.

*“Olha, quando eu preciso, minha família que... é minha mãe, é minha irmã. Uma hora fica com a minha mãe, outra hora fica com a minha irmã, outra hora eu pago meu irmão.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

A pesquisa de Blofield e Madalozzo (2013) também mostra um caso bastante interessante nessa mesma linha. Investigando como se configura a participação masculina quando o pai não vive junto com seus filhos, elas identificaram a baixíssima contribuição dos homens nessas condições e relataram um caso em que a mãe pagava o próprio pai da criança para cuidar do filho pequeno “*para ela*”. Fica claro nesses dois casos a concepção de que para as mulheres o trabalho doméstico e familiar é uma obrigação, enquanto para os homens, por não ser sua atribuição “natural”, precisa ser remunerado. Enquanto o tempo feminino deve ser doado para os demais sem qualquer retribuição, o masculino é uma mercadoria preciosa, vale dinheiro, só está disponível para essas atividades em casos excepcionais.

Em alguns casos, a falta de vaga na creche chega a impossibilitar o trabalho profissional feminino, por causa dos custos que isso acarreta ou por elas não quererem deixar os filhos sob cuidados informais. Uma delas precisou interromper temporariamente sua vida profissional enquanto não conseguia vaga na creche para suas filhas quando eram

pequenas. Ela diz que, se tivesse conseguido colocá-las em uma creche, não teria deixado de trabalhar:

*“Fui trabalhar agora depois da D. já grandinha. Antes eu não trabalhava fora, não. Por causa das meninas, não queria deixar elas com os outros. Aí eu não consegui uma creche pra ficar o dia todo, quando elas eram pequenininhas, eu não queria que os outros cuidasse. Eu achava que os outros ia judiar dela. Então, preferi eu mesma cuidar. Porque a creche, eu acho que eles cuida melhor, tem outras crianças pra eles brincar.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

Outra entrevistada afirmou que, quando seu segundo filho nasceu, ela também se viu obrigada a parar de trabalhar, porque não havia conseguido vaga para nenhum dos dois em creches públicas. Na época, seu salário era de 650 reais, e ela estava pagando ao todo 400 reais para uma mulher do bairro cuidar deles.

*“Ficou difícil. Porque pra pagar pra olhar os dois tava muito complicado. E esse aqui [o filho mais velho] eu consegui creche, assim, quando ele tinha três anos. Então foi complicado, aí não dava mesmo. E tava muito caro pra pagar pra olhar e não compensava o salário que eu ganhava. Era muito pouco. Eu saí por conta dele. Agora os dois tão na creche. No outro meio período o mais velho fica com a tia, a minha cunhada. O A. fica integral.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

O casal considerou que, naquele contexto, o esforço do trabalho remunerado dela não valia a pena. Isso porque o cálculo financeiro a respeito desse tipo de ajuda costuma ser feito sobre o salário feminino, para verificar se a diferença compensa ou não. Assim que ela conseguiu uma vaga na creche, arrumou um novo trabalho.

No momento da entrevista, ela estava trabalhando como empregada doméstica, mas considerava que ainda pesava muito sobre seus rendimentos ter que pagar para a cunhada buscar o filho mais velho na escola e cuidar dele meio período. Ela havia mudado de emprego fazia pouco tempo justamente porque precisava de um salário maior para poder arcar com essas despesas de maneira que não comprometesse tanto sua renda.

Outra possibilidade para algumas famílias em Paraisópolis é conseguir uma vaga em uma das instituições que atuam na comunidade. A filha de seis anos de uma das entrevistadas, por exemplo, ficava no CCA São José na parte da manhã, no contraturno escolar. Lá eram oferecidas, de forma gratuita, atividades esportivas, artísticas e de informática para crianças e adolescentes de seis a 14 anos, além de duas refeições por período. Essa se apresentava como uma solução satisfatória na opinião das entrevistadas, no entanto, as vagas em ONGs também são bastante difíceis de serem obtidas:

*“Era pra ficar com essa mesma pessoa que fica com a C., daí eu fui lá na ONG Florescer, ver sobre um curso de inglês, daí a mulher me falou sobre essa ONG. Eu digo, gente, não acredito, porque lá tem atividade, tem brinquedos, a parte de brinquedoteca, tem parquinho, o dia que eles vão pra informática. O espaço é grande, porque é uma mansão, agora é essa ONG. (...) Muito mais compensa ela tá lá nesse espaço, trabalhando essa questão social dela, do desenvolvimento dela, do que ela tá aqui na casa de alguém, num pequeno espaço, com outras crianças.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Em alguns casos, são as filhas mais velhas que cuidam dos irmãos pequenos na ausência de mães e pais:

*“Minha filha entra uma hora da tarde na escola, aí fica da uma até cinco e quarenta. E eu pego ela na escola, toda vez é eu que pego. Antes da escola ela fica em casa mesmo e a mais velha fica tomando conta.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

O relato de outra entrevistada deixa ainda mais claro como a divisão sexual do trabalho se reproduz de uma geração para a outra. O irmão dela de 16 anos vivia com a família havia cinco meses e passava os dias em casa, sem estudar nem trabalhar, mas quase nunca tomava conta da sobrinha pequena. Segundo Miriam, ele “não gosta muito” de cuidar dela, só se encarregava disso aos sábados quando não havia mais ninguém em casa e ela precisava fazer a faxina, mas as filhas da vizinha acabavam ajudando-o. Ao mesmo tempo, ela pagava para uma adolescente de 15 anos cuidar de sua filha nos dias de semana

de manhã, enquanto sua irmã não chegava para assumir a função. Ou seja, ela despendia recursos significativos de seu orçamento familiar com uma pessoa mais nova e mais distante, em vez de deixá-la aos cuidados do tio por cerca de duas horas. Questionada se nunca havia pensado em pedir ao irmão que tomasse conta da filha, Miriam respondeu:

*“Não. Porque ele é homem. E além de ser homem é criança.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Isto é, só confiava o cuidado a outra mulher, nem que precisasse pagar por isso. Como os homens em geral não entram no circuito do trabalho doméstico e familiar, ela sequer cogitava a participação sistemática do irmão nessas atividades.

## Capítulo 5: Conflitos, tensões e estratégias de resistência

### 5.1. Cotidiano de discussões e cobranças

Uma das principais novidades identificadas no presente estudo, em relação a pesquisas de décadas anteriores, diz respeito ao aumento dos conflitos entre homens e mulheres quanto à divisão do trabalho doméstico e familiar em seus domicílios. A obrigação imposta às mulheres de articular trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado não apenas gerava fortes tensões na vida cotidiana da maioria das entrevistadas, como também provocava brigas constantes entre os membros de suas famílias.

Como em todos os domicílios estudados a responsabilidade por essas tarefas era atribuída a elas, e como quase sempre encontravam dificuldades de realizá-las sozinhas por também trabalharem fora, precisavam cobrar diariamente seus maridos e filhos para que colaborassem em âmbito doméstico. Algumas delas discordavam dessa divisão e batalhavam para alterá-la, ao menos um pouco, ou simplesmente buscavam ter uma rotina menos estressante, por meio da pressão pelo compartilhamento de mais tarefas.

São justamente as outras mulheres da casa, como as filhas mais velhas, as que mais sofrem cobranças, atitude que reproduz e cristaliza a divisão sexual do trabalho. Enquanto os meninos são pouco exigidos nesse âmbito e participam mais voluntariamente, as meninas são pressionadas a realizar tais afazeres e aos poucos são formadas para isso.

*“Quando ele [o marido] fica em casa, ele, tipo, se tranca dentro do quarto e não faz nada. Então às vezes eu tinha que chegar e tinha que fazer, porque ficou o dia todo dentro de casa, aí era pra descer das tamancas. Era, ah, tô com fome, e eu, você ficou em casa, por que não fez? A gente discutia, mas depois ele falava, ficava com raiva, ia e fazia. Era o mínimo. (...) Com a minha filha eu brigo muito, porque, tipo, ela às vezes não tem aula, então ela não faz nada, fica o dia todo brincando. Quando eu chego, a casa tá um furacão, então eu brigava muito com ela por causa disso. Até hoje brigo. Com os meninos também. O R. nem levanta nada, é um preguiçoso. Não faz nada, nada, nada. (...) Eu*

*cobro mais dela do que deles. Acho que pelo fato de ela ser mulher.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

*“Lá em casa tem que ser na base do grito mesmo. Porque eu tenho que mandar, não tem nada dividido, não é que todo mundo sabe e vai fazer o seu, não tem essa. Lá tem que mandar. Tipo, a louça suja, dá pra você lavar a louça? Ou eu tô lavando, gente, vocês podem vir secar a louça aqui pra mim? É assim, mas não é que cada um vai fazer... Até o quarto eu já falei que eles têm que se virar com o quarto, até isso eu tenho que olhar e falar, você tá de brincadeira que aquele quarto ainda não foi arrumado! É assim. Eu tenho que falar, aí eles vão. Meu filho fala que eu sou doente por limpeza, mãe, a senhora é doente, você tem que se tratar. Eu falei, caralho, L., quer dizer que limpeza é doença, ainda mais que tem uma bebê aqui, a C. é uma bebê e ela quer ir pro chão. A casa tem que tá limpa todo dia. Não, mãe, isso é doença. E aí, fia, eu começo a me estressar, é complicado. (...) Isso é todo dia, todo dia.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

A situação de Miriam era considerada extrema por ela própria, porque ela vivia com o marido, o filho de 17 anos, a filha de 9 meses e seu irmão de 16 anos. Além de ter uma criança pequena, o que aumenta muito o número de horas dedicadas a essas atividades, o fato de morar com três homens a deixava ainda mais sobrecarregada, segundo seu depoimento. A entrevistada afirmou que o filho e o irmão praticamente não contribuíam com os afazeres domésticos, e o marido, por sua vez, colocava a culpa neles dois, fazendo com que ela precisasse discutir com os três.

*“É muito corrido. Imagina: três homens dentro de casa, uma bebê e eu só. Então você imagina como é a minha vida. Às vezes me dá vontade de fechar tudo e sair.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Não era raro que elas expressassem nas entrevistas um desejo de fugir dessa rotina estressante, de abandonar aquilo que se viam obrigadas a fazer no dia a dia, de desistir de tentar conciliar esses dois mundos inconciliáveis, em uma reação extrema à dupla presença vivenciada por elas cotidianamente, sem descanso, sem perspectiva de trégua.

Entre as entrevistadas, também foram muito frequentes os relatos de que, quando tentavam discutir com seus companheiros sobre a questão da distribuição desigual dos afazeres domésticos e familiares, eles não respondiam nada ou simplesmente saíam e as deixavam falando sozinhas. Aparentemente, para eles, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar é um fato tão estabelecido, um dado tão natural e imutável, que sequer é digno de debate ou de questionamento. Eles, sim, podiam se permitir fugir dessas brigas, já que as enfrentar poderia gerar mudanças na situação confortável em que se encontravam. Tal atitude masculina frente à argumentação de suas mulheres mostra uma clara relação de poder dentro dos casais, uma relação assimétrica entre homens e mulheres que nem precisa ser defendida e justificada por eles para continuar existindo, que se apoia na noção tradicional dos papéis que cada um deve exercer.

*“Tem hora que tá cansada, tem hora que você já não aguenta mais fazer todo dia a mesma coisa praticamente. Aquela coisa, aí se eu chegasse em casa e tivesse tudo limpinho, aí que maravilha, aquele cheiro de limpeza. Só fazer comida... Sonho. Eu sempre falo pra ele. [Já tivemos] discussão de brigar mesmo. Não aguento mais! Chega! Aí eu deixava lá e ia dormir. [E o que ele falava?] Nada. Tem que fazer, você tem que fazer. Porque acho que a mãe dele criou ele bem no machismo mesmo.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Eu fico nervosa, ele é muito tranquilo. Acaba eu brigando com ele. Ele fica, aí, não quero brigar com você, vou sair. Aí ele sai. Ele não briga. Eu fico brava, converso, falo pra ele me ajudar mais porque tá sendo estressante eu trabalhar fora e em casa, pra ele cuidar das crianças. Ele fala que eu tô querendo brigar. Se você quer brigar, vou sair. Então ele acaba saindo da conversa. Mas geralmente as brigas são mais por isso mesmo, pra ele me ajudar mais na casa e nas crianças, que ele não ajuda muito. Então acaba me sobrecarregando. (...) Só mais por conta disso, a gente acaba discutindo por isso. Mas briga mesmo de casal, não.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Pelo depoimento delas fica evidente que os homens evitam as brigas e discussões sobre esse tema porque não querem que essa configuração doméstica se altere. Elas aparecem como “loucas”, “neuróticas”, “nervosas”, enquanto eles são “tranquilos”,

“serenos” ou buscam evitar conflitos diretos. É mais fácil ser assim porque essa sobrecarga não recai sobre eles. Como afirma Sorj (2004a), a esfera doméstica é uma das mais resistentes à igualdade de gênero, um dos espaços em que se observam menos transformações significativas. A autora especula que os homens não têm nenhum interesse em mudar sua posição nesse âmbito porque simplesmente consideram que não teriam nada a ganhar.

Várias entrevistadas consideravam mais estressante o trabalho doméstico e familiar do que o remunerado. Muitas vezes era nas atividades realizadas em casa que se concentravam as maiores tensões e dificuldades, porque elas precisavam ser feitas de forma mais intensa e rápida, e em alguns momentos isso também atrapalhava o trabalho profissional. Algumas delas apontaram que faltava mais tempo para os afazeres domésticos e de cuidado do que para executar as atividades profissionais que lhes eram exigidas no serviço.

*“A dificuldade é dos afazeres da casa mesmo. De ter que limpar a casa, fazer janta, cuidar dos meninos. Depois dos meninos ficou mais difícil porque tem que dar atenção a eles, tem que dar banho, tem que dar janta. Então não é todo dia que meu marido faz isso, então quando eu pego muito no pé, fico pedindo, ele vai lá e faz. Mas não é todo dia. (...) No trabalho eu distribuo bem, né, porque é um dia inteiro pra fazer tudo, então eu consigo distribuir. Lá é tranquilo. Aqui eu não consigo.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“No meu serviço é tranquilo. Ah, não, se fosse os dois, ave Maria, tava internada, tava no manicômio já.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“O mais difícil é o trabalho em casa. [A sobrecarga de afazeres domésticos e familiares] Afeta um pouco [o trabalho remunerado], porque você já chega cansada no trabalho, já vem cansada, já vem com a mente cheia de lá, aí chega aqui... aí atrapalha, né.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

Já no caso de outra entrevistada, as atividades realizadas com mais intensidade eram as remuneradas, justamente porque sua patroa havia permitido que ela fosse embora quando terminasse o serviço, sem precisar cumprir o horário combinado. Isso fazia com que ela

acelerasse muito o ritmo do trabalho fora de casa para ter mais tempo para os afazeres domésticos e familiares de seu próprio domicílio. Como o trabalho era muito distante de Paraisópolis, o estresse para articular essas duas esferas era grande e ela decidiu pedir demissão, em grande medida por causa da tensão que passava no transporte público.

*“Eu via que eu corria muito lá pra poder sair no horário que eu sempre saía, pra mim não atrasar pra chegar em casa. Eu trabalhava muito rápido, não parava, menina. Assim, quando eu entrava lá, eu me sentava só pra comer, assim mesmo era bem rápido, e já ia direto pra cozinha, se não, não dava tempo de eu limpar a cozinha depois do almoço. Era tudo muito rápido que eu tinha que fazer. (...) Eu ficava tão cansada, tão cansada, que quando eu me deitava na cama eu não via mais nada de tão cansada, por causa desses dois trabalhos.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Nesse período em que Marilda estava estressada por ter que trabalhar com muita intensidade, os conflitos com seu marido cresceram, visto que ele tinha um padrão de limpeza bastante elevado e cobrava dela que a casa estivesse mais cuidada. Essa pressão aumentava as discussões que ela tinha com a filha mais velha, para que ela contribuísse mais com tais afazeres, em um repasse intergeracional das tensões, marcado pela divisão sexual do trabalho.

*“Ele é uma pessoa que é muito limpo, e ele gosta das coisas tudo direitinho, tudo no seu lugar. E já eu não sou. Então aí já aconteceu da parte dele, né, reclamar da bagunça, assim, de, ai, essa casa tá muito bagunçada, tem que ter mais organização, tem que organizar, tem que falar pra essas meninas. Ele sempre tá passando pra mim. Aí eu fico nervosa. Às vezes a gente discute por causa da organização. (...) Eu falo, por que você não arruma, né? Já que tá bagunçado, em vez de ficar reclamando, né. E ele, mas eu sempre tô arrumando e sempre tá bagunçado. (...) Ele é organizado, eu sou a que é mais ou menos e ela [a filha mais velha] é a pior das desorganizadas. Eu sempre falo pra ela, porque não importa nada. Porque ó, D., limpa seu quarto. Ou às vezes, na semana, lava o banheiro, né. E nos outros dias eu limpo, mas ela não faz. Ai, mãe só reclama, mãe só reclama.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Ela tentava convencer a filha a colaborar mais com as tarefas domésticas, discorrendo sobre como eram limpas as casas de suas patroas, e como queria que a dela fosse assim também, sem, no entanto, se dar conta de que isso só era possível porque ela própria trabalhava o dia todo nessa limpeza.

*É porque a gente tem que limpar as coisas todo dia, né, menina. Porque, é porque ela nunca foi no trabalho, porque no trabalho que a gente faz [Filha de 16 anos: Nem nunca vou], nesses trabalhos domésticos, que a gente vai nas patroas, todo dia é aquela mesma limpeza, todo dia. Eu canso de falar pra ela. Ai mãe, é porque elas são ricas, elas não podem ver um pó. Mas aí eu falo, nós também, nós tem que, limpeza deus amou, né, deus amou a limpeza, então nós temos que viver dentro de uma casa limpa. (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)*

Essas tensões familiares fizeram com que seu marido passasse a contribuir mais nas tarefas domésticas, como já foi relatado anteriormente, em especial na limpeza diária da casa. Nesse caso, as brigas cotidianas incidiram sobre o comportamento do marido, levando a uma divisão mais igualitária desses afazeres.

O relato de outra entrevistada mostra como nem sempre esses conflitos domésticos resultam em mudanças na atitude masculina, e que as soluções para diminuir as tensões podem vir de arranjos que aprofundam a distribuição desigual dos afazeres domésticos e familiares entre homens e mulheres. Na época em que suas duas filhas mais velhas eram pequenas, com apenas um ano de diferença, ela e o marido brigavam muito por causa das questões da casa e do cuidado delas.

*“Quando elas eram pequenas, nossa, discutia sobre isso. Agora, não, graças a deus, deu certo. Eu tive elas com uma diferença pouca de idade, então passou um apertinho, dois bebês. Nessa época a gente discutia mais porque eu precisava mais dele. E ele não tinha muito tempo. E quando tinha tempo, ele não ficava, ele saía, né, pra se divertir com os amigos e eu ficava sozinha. Aí foi a época que nós discutia bastante.(...) Quando as meninas choravam, ele saía também de casa pra não me ajudar, isso aí eu passei aperto demais. Mas foi só nessa época. Hoje em dia eu dou risada desse tempo, graças a Deus.” (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)*

Ela declarou que ria das dificuldades desse período porque no momento da entrevista, além de não ter mais que cuidar de bebês, tinha duas filhas grandes, uma de 15 e outra de 14 anos, que a auxiliavam bastante no trabalho doméstico e familiar. Ela considerava que “deu certo”, mas, em vez de conseguir maior participação masculina, havia obtido apoio feminino para aliviar a sobrecarga. No entanto, Telma acreditava que deveria haver uma divisão mais igualitária entre homens e mulheres dos afazeres domésticos e familiares, mas o marido resistia muito a isso e defendia abertamente a tradicional divisão sexual do trabalho. Na época da entrevista, era, então, com as duas filhas que ela discutia sobre a necessidade de compartilhar a realização dos afazeres domésticos e familiares, porque já estavam “mocinhas”. Podemos comparar o caso de Telma com o de Carmem, analisado anteriormente, que tinha dois adolescentes do sexo masculino em casa, o filho e o irmão, e um bebê. Enquanto a primeira estava tranquila por contar com a contribuição de suas filhas adolescentes, a segunda considerava sua vida infernal, sua situação desesperadora. Observa-se, portanto, que, havendo a mesma quantidade de pessoas morando no domicílio, com a presença de duas adolescentes eram três pessoas dedicadas a realizar os afazeres domésticos e familiares para cinco habitantes; enquanto, com dois rapazes, era uma pessoa para cinco, sendo uma delas uma criança pequena. Isso mostra como a divisão sexual do trabalho é reproduzida e perpetuada, de forma a sobrecarregar o grupo social das mulheres, em diferentes etapas da vida, liberando o dos homens.

Em outro depoimento, havia uma grande insatisfação com os rumos tomados pela relação doméstica da entrevistada com o marido. Com quatro filhos, ela ressentia a falta de colaboração dele, o que causava fortes tensões no cotidiano familiar, por mais que ela utilizasse o humor e a ironia como recursos para lidar com esse problema:

*“Eu chego, pô, meu, faz alguma coisa, caramba. Tu não me conquistou desse jeito, me dando um monte de roupa suja pra lavar. É tudo dessa maneira, sabe, é tudo meio louco. Ele fica olhando pra minha cara, você pirou? E eu, ainda não, mas se você continuar desse jeito, eu vou pirar, vou pirar legal, hein, você não vai gostar. (...) Eu cobro, você me prometeu o mundo e o fundo, agora me deixou com o fundo e me levou o mundo. Você deu pra quem o seu mundo?”* (Rosálva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Ela considerava que essa dupla carga de trabalho também tinha consequências físicas para ela, como cansaço cotidiano e envelhecimento precoce, o que não acontecia com seu marido, uma situação que ela própria avaliava como injusta.

*“Eu com trinta anos já tô mais pra lá do que pra cá. É sério, eu me sinto assim, tanto no cansaço físico quanto no resto me sinto meio assim. E ele, como é que diz, ele falou que elogiaram ele, nossa, quarenta anos e novo e enxuto desse jeito? Eu falo, claro, meu amor, porque o homem acha que tudo é culpa da mulher, responsabilidade. Eu acho que quem deveria cuidar da casa, cuidar dos filhos e ainda trabalhar, seria o homem. Porque a mulher carrega filho nove meses, passa por aquela situação toda de enjoo, de sufoco na vida.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Para Rosalva, a pior frustração era quando o marido combinava de fazer alguma atividade doméstica com ela, como uma faxina na casa no final de semana, e não cumpria:

*“Quando chega no meio do dia, aliás, três, quatro horas da tarde, eu me pego sozinha terminando a faxina. Então isso me deixa... Eu olho assim pra cara dele, ele sentado lá no sofá, vendo o time dele perder, que isso é dos maiores orgulhos que eu tenho. Eu falo, toma, seu besta, você deixou de me ajudar pra ficar vendo essas porcarias perder, bem feito! Eu já começo a dar umas alfinetadas.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

A simples possibilidade de combinar com o companheiro a realização de uma atividade desse gênero já é algo novo e digno de nota, mas essas mudanças até agora têm permanecido muito mais no campo do discurso do que nas práticas cotidianas.

Algumas das entrevistadas, no entanto, consideravam que simplesmente não valia a pena discutir com seus maridos sobre essas questões. Segundo elas, essas brigas apenas contribuía para aumentar o desgaste provocado pela dupla carga de trabalho e não surtiam o efeito desejado, já que eles não alteravam o comportamento em relação aos afazeres domésticos e familiares. Elas preferiam realizar por si próprias essas atividades, e assim aceitar a configuração tradicional da divisão sexual do trabalho doméstico e familiar, a enfrentar conflitos cotidianos com seus maridos. Nesse sentido, pode-se dizer que em geral as mulheres fazem uma avaliação interna dos benefícios que podem ser obtidos por meio

dos conflitos, isto é, de quão efetivas podem ser as brigas e cobranças para conseguir mudanças concretas, que aliviem a sobrecarga a que estão submetidas. A partir disso, decidem se vão levá-los adiante ou silenciá-los.

*“Às vezes me irrita porque ele tira uma cadeira do lugar e não coloca de volta, põe prato com coisa, sujo, na mesa. Mas eu já cheguei a uma conclusão: você fala uma vez, você fala duas, e ou eu vou partir pra briga mesmo, que eu acho que não compensa, ou eu mesma vou lá e limpo, sabe. Tem hora que cansa, você ficar se repetindo o tempo todo cansa. Eu não discuto.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

*“Se ele ajudasse pelo menos na louça, tava ótimo. (...) Mas aí a gente tem que fazer porque se for brigar todo dia, todo dia pela mesma coisa, acaba sendo estressante. (...) A gente nunca conversou, eu sempre pedi, ó, faz pelo menos alguma coisinha, lava um banheiro, aproveita que tá tomando banho e lava um banheiro. Mas é bem difícil colocar na cachola.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

No caso de outra entrevistada, no entanto, somente quando ela ficava brava com o marido conseguia alguma contribuição da parte dele para essas atividades, mas esse recurso era utilizado como uma estratégia extrema.

*“A gente conversava, eu falei pra ele, me ajuda a dividir, meu filho. Ele ajuda em casa quando eu tô com raiva, ele limpa a casa, ele faz comida. Ele limpa, ele me ajuda. Ele também fica com os filhos.”* (Josefa, 22 anos, cozinheira desempregada, 3 filhos, de 14, 9 e 4 anos)

Se, em décadas anteriores, havia uma tendência a ocultar conflitos e a aguentar as tensões em âmbito doméstico sem externá-las, observa-se que atualmente eles estão bem mais abertos e explícitos. Analisando o discurso das entrevistadas, nota-se a recorrência de algumas palavras ao tratar da divisão do trabalho doméstico e familiar em seus domicílios: elas “cobram”, “exigem”, “mandam”, “brigam”, “discutem”, “reclamam”, “descem das tamancas”, “jogam na cara”; por isso, são consideradas “chatas”, “implicantes”, “loucas”.

Nesse sentido, o presente estudo vai na mesma direção da pesquisa realizada por Cyrino (2009) a partir de grupos focais formados por mulheres e homens casados e com

filhos. A autora afirma que a “dimensão do conflito nas relações de gênero parece ser o aspecto mais visível e constante” atualmente e uma forma de contestação da ordem tradicional. Segundo ela, por meio do discurso dos participantes, evidenciou-se a presença de intensas negociações de gênero relativas à distribuição das tarefas domésticas, um processo que está longe de ser harmonioso. Isso deixa claro que, por mais tradicionais que sejam os arranjos familiares, existem ajustes cotidianos e uma tensão permanente que perpassa essas relações. Segundo a autora, essa dupla responsabilidade e a aceleração de ritmos e cadências resultam no surgimento de um extremo disciplinamento temporal, que traz inúmeras queixas, insatisfações e um elevado nível de conflito.

Por outro lado, os depoimentos colhidos na presente investigação e na de Cyrino (2009) vão em sentido contrário aos dados obtidos pela pesquisa quantitativa de Araújo e Scalon (2005). Segundo esse estudo, quase 79% das mulheres e pouco mais de 81% dos homens responderam que nunca ou raramente têm conflitos sobre a divisão de tarefas domésticas. De acordo com as autoras, no entanto, ainda que esse dado indique um fraco grau de tensão, os dados referentes ao número de horas, à distribuição de atividades e à avaliação de justiça permitem considerar a possibilidade de que essa tensão, motivada por outras respostas sobre percepções e o crescente envolvimento feminino com o trabalho remunerado, seja mais elevada, mesmo quando não se traduz em conflitos mais explícitos.

## **5.2. Sobrecarga de trabalho**

Vários depoimentos mostraram uma evidente sobrecarga de trabalho vivenciada pelas entrevistadas em seu cotidiano. Era frequente entre elas a sensação de que a vida é um trabalho interminável, de que suas rotinas são enlouquecedoras, de que é impossível fazer tudo que lhes é exigido dentro e fora de casa. As falas enfatizavam constantemente a maratona diária a que eram submetidas: “é muito corrido”, “uma correria danada”, “fazer tudo correndo”, “tenho que ser ligeira”, “é puxado”, “não paro”, “tenho que tá correndo o tempo todo”. Elas afirmaram que a necessidade de articular a vida profissional e doméstico-familiar as deixava: “nervosa”, “tensa”, “com raiva”, “louca”, “aflita”, “frustrada”,

“pirada”, “estressada”, “pilhada”, “sobrecarregada ao extremo”, “irritada”, “chorando”, “desesperada”, “preocupada”, “neurótica”, “p da vida”, “sem saber o que fazer”.

Como vimos, algumas dessas mulheres inclusive manifestaram uma “vontade de largar tudo”, “de sair correndo”, “de voltar da porta”, declararam que não estavam “dando conta”, ou que “fica muito puxado”, “não aguento mais”. Essa sensação de que o tempo não é suficiente para todos os afazeres que lhes são atribuídos gera tensões e angústias no dia a dia, já que o trabalho doméstico e familiar tem um caráter circular e infinito. Esse contexto requer que elas estabeleçam prioridades e hierarquias entre as atividades que precisam ser realizadas, e que aceitem a derrota cotidiana frente ao volume de tarefas que são constringidas a fazer.

*“Fico tensa, porque acaba se estressando, né. Você tenta fazer tudo e às vezes nem dá tempo de você fazer tudo. Quando você vai voltar pra fazer outra coisa, já tem que fazer tudo de novo. É complicado. Nunca termina, nunca. Parece uma bola que fica girando, girando, girando e você nunca termina de ver qual é o lado dela.” (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)*

*“Às vezes você tem vontade de sair correndo. Às vezes eu fico nervosa porque não dá tempo de fazer tudo. Agora eu sou assim, deu, deu, não deu, paciência, faz amanhã, porque a prioridade é a minha filha. Mas eu fico um pouco tensa, porque você quer tomar conta de tudo e não consegue. Às vezes a gente fica nervosa.” (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)*

*“Você já sai do trabalho estressada. A gente sempre estressa, né. A gente já pega ônibus lotado, já chega em casa. A gente chega a pia tá cheia de louça, a criança tá no seu colo, você não sabe o que fazer. Aí estressa.” (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)*

*“Já pensei em abandonar o trabalho porque eu tava meio sobrecarregada, eu acho. Até no meu trabalho anterior eu chegava meio estressada em casa, aí um monte de coisa pra eu fazer, eu não tava dando conta. Tanto que chegou uma hora que eu falei pra ela que ia sair também por conta disso, porque eu não tava conseguindo. Então era até pra eu dar um tempo, mas eu também não consigo ficar parada, eu quero trabalhar. Aí fica muito*

*puxado, porque tem os meninos, chega em casa, um monte de coisa pra fazer, eles querendo atenção, então tem uma hora que eu não aguento muito.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)*

Nas falas, fica claro que para essas mulheres havia uma impossibilidade de conseguir uma conciliação harmônica entre a esfera doméstica e a profissional, já que sobre elas era colocada quase exclusivamente a responsabilidade sobre o cuidado da casa e da família. Uma das entrevistadas afirmou que tentava resolver esse impasse “se desligando” do seu papel de mulher, como se fosse de fato uma opção; outra não conseguia lidar muito bem com essas pressões, descontava nos filhos e ficava deprimida. Cada uma reagia de uma forma diferente às tensões geradas por exigências contraditórias: depressão, choro, culpa, sensação de enlouquecimento.

*“Quando eu saio pro serviço eu tento me desligar do mulher, mãe, tudo isso. (...) Às vezes a gente tenta, faz aquela pirada louca e acaba conseguindo. Nem sempre é possível, mas...” (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)*

*“Às vezes eu chego em casa, a casa tá toda revirada, com dois meninos, os brinquedos pela casa inteira, que nem hoje de manhã tava. Aí eu fico nervosa. Às vezes eu até acho que eu desconto nos meninos, fico brava com eles por conta das coisas. É nessas horas que eu me sinto um pouco culpada, porque eu acho que eles não têm nada a ver com o meu estresse. (...) Tem uns momentos assim, meio, que às vezes eu fico meio depressiva, choro, porque não dá conta. Às vezes eles ficam cobrando coisas e eu acho que eu sou um pouco culpada, eu tento conciliar.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)*

### **Empregadas domésticas: dupla carga de trabalho reprodutivo**

A repetição cotidiana do trabalho reprodutivo em dois lugares e contextos diferentes – fora de casa, no domicílio de terceiros, de forma remunerada, e dentro da própria casa, de forma gratuita – foi apontada pelas entrevistadas que se dedicavam profissionalmente ao trabalho doméstico como um elemento que acentuava o cansaço gerado pela dupla presença feminina. Nesses casos, o trabalho reprodutivo ocupava praticamente o dia inteiro dessas

mulheres e essa monotonia das atividades cotidianas gerava ainda mais tensão e mal-estar no dia a dia.

*“Você quer ver eu chegar aqui estressada? Eu trabalhar o dia todinho na casa dos outros, deixar a casa dos outros um brinco, chegar e encontrar a minha bagunçada. Ai, gente, dá vontade de voltar da porta. (...) É o ó, você limpa a casa dos outros o dia todinho, deixa tudo perfumado, chega em casa encontra tudo sujo? Ah, eu falo, por que é que eu não deixei a minha faxineira em casa?”. (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)*

*“Eu acho que eu fico cansada é da correria mesmo, de trabalhar fora e dentro de casa. Porque os afazeres são os mesmos. São dois trabalhos das mesmas coisas. Tudo que eu faço no trabalho eu tenho que fazer em casa. Eu acho que isso cansa mais. Eu acho que se eu trabalhasse em outra função, outra coisa, eu acho que eu não ficaria tão cansada em casa. Por isso que eu até pensei em fazer administração ou pedagogia, mas acho que não vai dar. Quem sabe quando os meninos crescerem mais um pouco. Nunca é tarde, né, pra fazer nada.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)*

*“A filha do meu patrão só come carne, não come frango. E o menino já come frango, não come carne. Então, tipo, pra mim já é corrido, porque eu tenho que dar tempo de fazer almoço e janta. E almoço e janta tem que ser comida diferente. Então pra mim já é muito tenso, porque eu tenho que tá correndo o tempo todo. Aí eu chego em casa e é a mesma coisa. Chego em casa, tenho que tá correndo, chego só em casa, descanso, troco e vou pra academia, aí tenho que chegar e fazer comida. Acho que meu dia acaba sendo muito cansativo. (...) Direto eu me sinto assim, sobrecarregada. Quando eu fico estressada no serviço, já chego em casa e não quero fazer nada”. (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)*

Em relação à população ocupada, são as trabalhadoras domésticas as pessoas que gastam mais horas com o cuidado da própria casa e dos filhos, de acordo com o estudo de Soares e Saboia (2007), possivelmente por contarem com menos ajuda dentro de casa, já que são profissionais da área, e por muitas vezes terem um padrão de exigência elevado na

realização desses afazeres. O trabalho reprodutivo se estende por um fio sem fim, que atravessa o cotidiano delas, uma longa jornada de trabalho, extensiva e intermitente, que se prolonga do amanhecer até a noite, como analisa Ávila (2009a), em sua pesquisa sobre os usos do tempo das empregadas domésticas. Segundo a autora, elas estão sujeitas a uma separação tempo/espaço dentro de uma mesma esfera de trabalho, o trabalho doméstico. Nesse estudo, evidenciam-se como inseparáveis os impactos dos dois trabalhos, remunerado e não remunerado, na fadiga e na ausência de tempo de descanso das empregadas domésticas, que trabalham o dia todo de maneira intensa, chegam em casa e recomeçam as mesmas tarefas. A disponibilidade permanente que caracteriza o trabalho doméstico é duplicada no caso dessas mulheres, produzindo um acúmulo de fadiga e a impossibilidade de descansar em qualquer um dos dois espaços.

Por outro lado, o fato de ser um trabalho em casas de família faz com que algumas negociações relacionadas aos cuidados da própria casa e dos filhos sejam mais simples e fáceis de equacionar, segundo alguns dos depoimentos colhidos para a presente investigação. Inclusive, em alguns casos, elas consideravam que o fato de ter patroas mulheres, isto é, pertencentes ao mesmo grupo social ao qual são atribuídas essas tarefas, contribuía para ampliar a compreensão a respeito da necessidade de cumprir com tais obrigações.

*“Como eu já trabalho há muito tempo com elas, há três anos com a mãe e sete com a filha, foi tranquilo. Então elas sabem o meu horário, sabem o horário que eu chego, sabem que eu saio, sabem que eu tenho a neném. (...) Eu trabalho com mulheres, então é muito tranquilo.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

*“Sempre que eu vou [mudar de trabalho], tenho que conversar que tem os meninos, aí às vezes, ela mesmo, eu falei pra ela que não dava pra ficar todo dia até mais tarde. No máximo até quatro. Aí um dia dava pra dar um jeitinho, né, que é esse da quarta-feira. Porque aí eu converso, sim, porque não dá mesmo. (...) Se é um trabalho até as sete da noite, não daria, não poderia. Mas é sempre em casa de família, dá pra negociar e dar um jeitinho.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Diferentemente do que Ávila (2009a) constatou em sua pesquisa, no entanto, as entrevistadas no presente estudo que exerciam trabalho doméstico remunerado mantinham bastante controle sobre seu tempo de trabalho, em função de suas obrigações familiares. Ao procurar emprego, elas já declaravam de partida que não podiam estender seus horários laborais e faziam com que fossem respeitados estritamente.

### **Dupla presença como estratégia de resistência**

Em face à resistência masculina para alterar a divisão sexual do trabalho em âmbito doméstico, os esforços femininos para articular trabalho profissional e trabalho doméstico e familiar, em última instância, constituem também uma estratégia de resistência encontrada pelas mulheres para se manterem no mercado de trabalho e assegurarem sua independência financeira, sua relativa autonomia e sua presença no mundo público. Como se, em certa medida, a dupla presença fosse um ônus a ser relevado para manter determinadas conquistas. Elas não querem, e muitas vezes não podem, renunciar a nenhum dos dois mundos, por isso “dão um jeito”.

Em certos momentos, algumas das entrevistadas sentiram a necessidade de afirmar isso frente ao quadro de tensões, conflitos, sobrecarga e falta de tempo que perceberam ter traçado ao longo da entrevista. Para elas, a simples constatação da impossibilidade de uma verdadeira conciliação entre essas duas esferas, de harmonização entre os diferentes tempos da vida cotidiana, poderia ser encarada como uma ameaça a essa conquista feminina da esfera pública.

Mesmo a diminuição da carga horária de trabalho assalariado e as mudanças indesejadas de emprego e de ocupação fazem parte, de alguma forma, desse quadro de resistência. Embora essa solução encontrada pelas mulheres não interfira efetivamente na divisão sexual do trabalho, ela ao menos garante, de alguma forma, que não haja retrocessos.

*“Acho que, apesar de todos esses trabalhos que eu tenho, mesmo tendo aquele cansaço, eu gosto do que eu faço, por incrível que pareça. A gente acaba se adaptando com os afazeres do dia a dia, com a militância, até meu filho mesmo, quando não tem jeito, a*

*gente leva ele junto pra atividade. Ele acaba até se divertindo mais, porque ele começa a correr pra lá e pra cá.” (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)*

*“Olha, meu cotidiano é cansativo, mas eu gosto da correria. (...) Nunca me senti culpada, não. Porque eu gosto de, como se fala, intercalar um pouco. Principalmente de final de semana eu brigo muito aqui para poder ficar em casa.” (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)*

*“Se torna gostoso, dinâmico. (...) A gente sabe que vai levantar cedo, o celular vai despertar aquele horário pra gente sair e ter aquela rotina, aquele momento. Então chega a gente os finais de semana, chega, ufa, que bom, passou a semana, foi gostoso. É uma correria gratificante, é legal, é muito bom. (...) Esse lado de estudar ele me sobrecarrega um pouco. Se fosse só a rotina do dia, não... E eu ainda quero aumentar meus problemas, que é trabalhar. Mas eu quero sim, eu vou sim. Aí termina sobrecarregando mesmo.” (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)*

### **5.3. Ausência de autonomia feminina nos usos do tempo**

Os usos do tempo feminino estão muitas vezes rigorosamente marcados pela articulação entre atividades profissionais e afazeres domésticos e familiares, que consome praticamente todo o seu dia. É patente a falta de autonomia das mulheres trabalhadoras e com filhos na organização do próprio tempo.

Nos depoimentos colhidos na presente investigação, foi possível constatar o elevado grau de heteronomia dos tempos femininos, tanto relacionada ao trabalho remunerado quanto ao doméstico e familiar. Isso faz com que elas vivam um cotidiano quase exclusivamente guiado pelas necessidades dos outros, sejam eles seus empregadores ou seus familiares, uma vida limitada e restrita a certas atividades rotineiras.

Serão destacados aqui três casos em que essa falta de autonomia se torna ainda mais evidente e ocorre em grande medida pelo fato de serem mulheres, isto é, em consequência

das relações sociais de sexo, relações de poder desiguais, antagônicas e assimétricas, e da tradicional divisão sexual do trabalho, que é sua base material (Hirata, 2002).

O primeiro deles é o de Marilda, trabalhadora doméstica que tinha duas filhas do primeiro casamento, de 16 e 7 anos, e que no momento da entrevista vivia com o segundo marido. Ela era responsável pelas duas filhas: por organizar o cotidiano delas, educá-las e provê-las das necessidades básicas de alimentação, higiene e afeto. O pai não morava mais com elas e as encontrava esporadicamente. Às vezes, em momentos em que era muito necessário, por exemplo, quando Marilda enfrentava muito trânsito para voltar do trabalho e a filha mais velha não podia buscar a mais nova na escola, ele o fazia. Sua participação no cotidiano das filhas não era muito frequente. No entanto, ele se sentia no direito de dizer o que Marilda podia ou não fazer com seu próprio tempo em relação às filhas:

*“Eu não voltei a estudar por causa da minha filha pequena. Porque ela [a mais velha] estuda à noite, tá terminando o terceiro colegial, né. Então o pai delas mesmo não deixa eu estudar, menina, por causa da outra, por causa da S. [filha mais nova]. Ele fala, a D. [filha mais velha] sai pro estudo, aí vai você, já fica a semana toda, o dia todo fora da menina, de noite chega e só vê ela uma horinha e vai pro estudo, e ele não concordou. Mas tenho vontade, sim.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)

Ou seja, Marilda, que havia cursado somente até o terceiro ano do ensino fundamental, tinha o desejo de voltar a estudar, mas ainda não havia retornado à escola porque o ex-marido não queria que ela ficasse longe da filha pequena. Ele considerava que essa era uma responsabilidade exclusivamente dela, e por esse motivo não permitia que ela dedicasse menos tempo à filha deles do que ele considerava adequado, ainda que fosse muito maior do que o que ele próprio dedicava a ela. Mesmo morando separados, ele exercia uma relação de poder sobre ela a ponto de impedi-la de estudar, de controlar seus usos do tempo cotidiano.

Já no caso de Catarina, ela estava desempregada no momento da entrevista, cursando faculdade de pedagogia, cuja mensalidade de aproximadamente 400 reais era paga pelo marido. Ela estava no terceiro e último ano da faculdade, iniciada em 2011, e procurava trabalho como professora de educação infantil, mas enfrentava dificuldades para

conseguir um estágio. Os empregos que apareciam ficavam sempre em lugares distantes, aos quais ela não conseguiria chegar a tempo, depois de sair da aula.

*“Durante esses três anos, sempre apareceu longe, eu digo: não acredito! Meu esposo fala assim, Catarina, você tem que ter paciência, ora, mas se tão lhe chamando agora, você só estudando, quando você tiver trabalhando aí é que vão lhe chamar, quando você tiver terminado. Aí eu digo, você não tá entendendo, eu tenho que trabalhar, que ganhar experiência, pra quando eu terminar o curso, tá com a bagagem, não só a parte teórica, mas ter uma experiência, eu falo sempre pra ele.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

O último trabalho de Catarina havia sido antes de iniciar a faculdade, no final de 2010, em uma escola de educação infantil. Desde que começara o curso, ainda não havia trabalhado, por não conseguir articular o horário dos estágios com os estudos e com os afazeres domésticos e familiares. Entretanto, ela considerava fundamental obter experiência profissional antes de concluir a faculdade, já que todos os seus colegas estavam em estágios, com exceção daqueles que trabalhavam para pagar a mensalidade. Por isso, ela queria mudar o horário do curso para o período noturno, mas o marido não deixava que ela o fizesse. Como era ele quem pagava seu curso de pedagogia, visto que ela exercia apenas trabalho doméstico e familiar de forma gratuita para todos os habitantes da casa, era difícil contrariar essa opinião do marido sobre sua própria vida e ela acabava obedecendo a contragosto às determinações dele.

*“Então eu tô tendo um pouco de dificuldade nesse sentido, chegar com tempo. Eu pensei até em transferir meu curso pra noite, mas meu esposo fala que não, que é um pouco complicado, porque tem a questão das meninas, vou terminar ficando meio que mais distante delas ainda porque eu vou terminar chegando em casa às onze horas da noite. Aí ele chega do serviço, tem que pegar elas na casa de alguém, as duas. Imagina, né, eu trabalhar durante o dia e de noite lá ir pra faculdade. Daí ele fala, assim, conversando comigo, que é pra eu ter mais paciência. (...) [Mas] esses dias mesmo fiquei querendo transferir meu curso. Eu quero trabalhar, não quero terminar sem ter passado assim um bom período, sem ter contato mais direto com as salas de aula.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Essa situação deixava Catarina bastante angustiada: seu desejo de trabalhar era enorme, mas as imposições do marido não permitiam que ela o concretizasse. Isso, da perspectiva dela, estava atrapalhando o desenvolvimento de sua carreira como professora, deixando-a em desvantagem em relação aos demais colegas da faculdade.

O terceiro caso é o de Gisela, que trabalhava formalmente em uma pequena empresa em Paraisópolis, como auxiliar administrativa, havia sete anos. Seu trabalho consistia em atender ao telefone, marcar reuniões, e realizar outras atividades referentes ao escritório, no qual atuavam somente ela e seu chefe, o dono da empresa, que oferecia palestras de comunicação de risco. Ela considerava seu trabalho bastante tranquilo.

Alguns anos antes, no entanto, quando a mãe dele ficou doente e precisou ser hospitalizada, Gisela teve que cuidar dela para o chefe. Nesse período, chegava em casa entre meia-noite e uma hora da manhã, excedendo em mais de seis horas diárias sua jornada de trabalho e exercendo atividades que não guardavam nenhuma relação com aquelas para as quais havia sido contratada.

Isso aconteceu quando ela estava casada com o primeiro marido e ainda não tinha filhos. Questionada sobre o que faria caso algo semelhante ocorresse novamente, ela disse que não poderia mais fazer isso e teria que conversar com o chefe:

*“Olha, além da baixinha, eu tenho o meu esposo que não aceita. Trabalho é trabalho, não tem nada a ver. Porque quando eu ficava até meia-noite eu não tinha ele. Eu era casada com outro rapaz, mas ele era bem mais flexível do que esse. Esse já é, não, trabalho é trabalho, casa é casa. Então ele não ia aceitar eu ficar até meia-noite. E eu também acho que não iria ficar. (...) Se tivesse de eu ir porque é uma senhora, eu iria, levava ela pro hospital, mas dava, sei lá, oito horas, ó, já tá na hora de eu ir, já vai ficar tarde pra mim voltar. Aí eu acho que ele iria ficar lá com ela. Eu ficava no hospital, era assim, até meia-noite, que era o horário que ele vinha, aí ele me pagava o táxi e eu vinha embora. Então era bem assim. Por isso que eu falo que uma mão lava a outra hoje em dia, né. Se eu precisar, é a hora de ele me recompensar de alguma forma...”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Ou seja, ela não aceitaria mais essa incumbência porque seu tempo já estava comprometido com o cuidado da filha pequena, considerada sua prioridade absoluta, e

também porque o atual marido não permitiria que ela ficasse até mais tarde, dois motivos ligados à heteronomia do uso do seu tempo. Em nenhum momento ela pensava em negar o pedido do chefe simplesmente porque não fazia sentido, não era sua função, extrapolava seu horário de trabalho. Seu tempo estava à disposição dele, até que aparecesse outro homem para controlá-lo.

Além disso, Gisela afirmou que o que lhe causava mais sofrimento em seu trabalho remunerado naquele momento era o fato de a empresa se situar na própria residência do empregador, o que lhe trazia obrigações extras consideradas desagradáveis e incômodas, como dar orientações diárias à empregada doméstica que trabalhava para ele:

*“O que eu não gosto é que o escritório dele é na casa dele. Então aí tem coisas que é relacionada à empregada que eu que tenho que falar pra ela, dizer. Então é aquela coisa, ela tem mais tempo de casa, tá mandando. Eu não gosto, queria que fosse fora. É a única coisa. Eu falo pra ele, não vejo a hora de o senhor arrumar um escritório pra gente sair daqui. Tem essa ideia, mas a verba não é tão boa pra tá mudando.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Ao contratar uma auxiliar administrativa, o chefe esperava não apenas que ela cumprisse os serviços de escritório acordados a princípio, mas também outros trabalhos considerados femininos, como o de cuidados de familiares doentes e de gestão da casa dele. Sendo solteiro, era como se, em uma perspectiva tradicional, contratasse duas funcionárias para suprir a falta de uma esposa. Assim, além das obrigações domésticas e familiares de sua própria casa e dos serviços de escritório, Gisela era obrigada a realizar gratuitamente parte das atividades domésticas e familiares de seu chefe pelo simples fato de ser mulher – isto é, nessa perspectiva, biologicamente destinada a esses afazeres. Dificilmente essas atividades seriam designadas a um homem que ocupasse o mesmo cargo, já que o tempo masculino tem um caráter mercantil, não costuma ser doado aos outros.

Segundo Ávila (2009a), essa servidão como uma forma de relação presente no trabalho doméstico coloca as mulheres em um estado de permanente heteronomia quanto à organização do seu próprio cotidiano. Essa situação está ligada a uma naturalização na representação das mulheres como seres que devem ser servis e estar à disposição dos outros para cuidar e suprir suas demandas afetivas e materiais no interior do espaço familiar

doméstico. Para a autora, isso repercutiu nos significados que a presença das mulheres adquire em outros espaços, inclusive naqueles da esfera do trabalho assalariado, como foi possível constatar no relato de Gisela. No caso dela, manifesta-se o princípio da gratuidade como uma dimensão constitutiva do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, uma forma de exploração que expropria o tempo de trabalho feminino em benefício masculino direto ou indireto.

#### **5.4. Falta de tempo para outras atividades**

Na presente investigação, destacou-se a absoluta falta de tempo da maioria das entrevistadas para se dedicar a outras atividades que não fossem as profissionais ou as domésticas e familiares. Entre o trabalho remunerado, os afazeres da casa, o cuidado dos filhos, e o deslocamento entre esses espaços, sobrava pouco ou nenhum tempo para as demais esferas da vida cotidiana. Elas afirmaram faltar tempo principalmente para estudar, cuidar delas mesmas, sair para passear, passar mais tempo com os filhos, e para conviver com outros familiares, amigos e com o marido. Atividades simples e corriqueiras das quais acabavam sendo privadas pela configuração de seu tempo cotidiano.

Atividades esportivas, políticas, religiosas, culturais ou comunitárias quase nunca faziam parte do dia a dia dessas mulheres. As exceções eram bastante pontuais: uma delas jogava no time de futebol feminino da comunidade nos finais de semana, outra militava na campanha política de um vereador de Paraisópolis, uma terceira frequentava a academia de ginástica diariamente, e duas entrevistadas iam à missa aos domingos, sendo que uma delas também atuava como evangelizadora.

Os dias de folga, em geral sábados e domingos, eram reservados especialmente para a realização de atividades domésticas que haviam se acumulado ao longo da semana, como lavar e passar roupa, fazer a faxina e pequenos consertos, e também para passar mais tempo com os filhos. Algumas delas também faziam trabalhos remunerados extras para complementar os rendimentos, os chamados “bicos”, como preparar bolos para vender na comunidade.

Quando a folga era durante a semana, elas aproveitavam para marcar consultas médicas e fazer atividades burocráticas relacionadas a elas próprias ou aos filhos. No cotidiano das entrevistadas, eram raros os momentos de efetivo relaxamento. Os períodos que deveriam ser de descanso eram invadidos pelos afazeres domésticos e familiares, por vezes inadiáveis, e que poderiam se estender por mais tempo se o dia não tivesse apenas 24 horas.

*“Quando eu tô em casa, eu sempre procuro marcar consulta pras crianças no dia que eu tô de folga, ou procuro fazer uma coisa que não dê pra fazer na semana. Que nem hoje mesmo eu fui no dentista e de tarde aí hoje eu vou tirar o RG da minha filha e o dele [filho mais novo], que a gente vai no Poupa Tempo, com hora marcada, pelo menos. Essa é a oportunidade de a gente fazer as coisas quando eu tô em casa, porque não dá tempo.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

*“Eu tenho aquele cansaço, que eu preferia estar descansando, passeando, em vez de ficar limpando a casa no final de semana. Tem esse cansaço mesmo. De segunda a sexta trabalha e no sábado e domingo trabalha também.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

O lazer também ficava bastante comprometido no dia a dia dessas mulheres, várias delas afirmaram não ter tempo para atividades dessa natureza. Obviamente, os recursos financeiros escassos e a falta de opções nas redondezas também contribuía para que essas atividades tivessem pouco espaço na vida dessas famílias, mas o tempo aparecia como um fator fundamental na fala delas. E mesmo atividades que à primeira vista parecem simplesmente de lazer incluíam o cuidado com os filhos ou trabalho emocional com outras pessoas da família.

*“É o que tá faltando um pouquinho mais, tempo pra lazer. Pra sair com o filho mesmo, pra ir num parque de diversões, pra assistir um teatrinho infantil, tem esse tempo que a gente ainda não encaixou, que temos que administrar.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Se eu tivesse mais tempo, eu sairia mais pra passear. Por exemplo, algumas atividades que eu fazia antes de ter a C. [filha mais nova], hoje não posso sair. Não posso no sentido assim, eu tenho uma dificuldade. Ai, eu vou arrumar as duas meninas, vou pegando ônibus, vou pra lugar tal, vou pro cinema, vou pro shopping. Então eu tenho um pouco mais de dificuldade. Mas aí o meu tempo assim seria nesse sentido mesmo, sair assim a gente pra passear um pouco. Às vezes a gente sai pro Ibirapuera, às vezes a gente passeia por lá. E outro tempozinho que eu tenho aqui quando ele tá em casa, deixo ele em casa e vou pro cabeleireiro, lá eu fico, arrumo meu cabelo, arrumo minhas unhas, ele fica tranquilamente com as meninas. No final de semana é sagrado, eu tenho que ir, sempre eu vou.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Algumas afirmaram que simplesmente ficavam em casa nos dias de folga e que, quando não estavam se dedicando aos afazeres domésticos e familiares, assistiam à televisão ou utilizavam a internet, atividades menos trabalhosas e mais acessíveis.

*“Eu fico em casa, sou muito caseira. Até que o pessoal fala, ah, você tem que sair com a baixinha e tal, mas é que eu sou muito caseira.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Fico mais com ela em casa, eu não saio muito. (...) No sábado eu vou à feira e domingo eu fico em casa vendo filme e no facebook, só. Às vezes a gente sai, mas a gente não sai muito, não. A gente vai ao parque Ibirapuera.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

Entre os programas de lazer mais citados nas entrevistas, sobressaíram-se ir ao shopping, ao parque do Ibirapuera ou ao parquinho da própria comunidade, e visitar parentes. Também foram mencionados passeios à represa da Guarapiranga, a pizzarias e lanchonetes, saídas para tomar sorvete, e conversar com as amigas vizinhas. Elas quase nunca iam ao cinema ou faziam outras atividades culturais, ainda que o desejassem, e os casais praticamente não saíam a dois. Os momentos de lazer quase sempre eram pensados em função dos filhos. Algumas entrevistadas encontravam dificuldades até mesmo para dizer o que faziam para se divertir.

*“Tem um parquinho aqui pertinho de casa, mas é que eu não tenho muito tempo, se eu falar vamos, eles ficam no pé. Sábado passado eu acordei e já falei que a gente ia lá. Nossa, eles não deixaram eu fazer nada, só querendo ir de qualquer jeito. Aí eu deixei tudo e fui lá com eles, tem que ir, não tem jeito. [Você tem tempo para se divertir?] Pouco. Você fala comigo, é? Porque eu sempre ponho as crianças, porque eu levo os meninos. Mas eu sempre fui muito de casa também, eu nunca fui muito de sair mesmo. Às vezes, saía com meu marido à noite, mas difícil assim. Agora não saio mais com ele, não tenho tempo, bem difícil.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“Pra me divertir, eu saio com o pessoal daqui, vou tomar uma cervejinha, mas assim, a gente sai daqui seis horas, quando dá umas oito horas tenho que correr que... Tem quatro anos de casado, faz tempo que eu não sei o que que é sair só eu e ele. (...) Eu vou assim pra festinha que dá pra levar as crianças, festinha de criança, algum evento que dê pra levar eles no final de semana, aí eu levo todo mundo.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

*“[Você tem tempo para se divertir?] Aqui no trabalho. Isso já é diversão. Com os amigos, com todo mundo enchendo o saco, revendo pessoas.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Quanto aos maridos, segundo elas, as atividades de lazer davam-se principalmente fora de casa com os amigos. Consistiam sobretudo em assistir a jogos de futebol, ir a bares e jogar sinuca, ou visitar familiares. Alguns deles eram mais caseiros e passavam os dias de folga no computador, assistindo à televisão, jogando videogame, ou simplesmente deitados descansando, por terem um trabalho pesado ao longo da semana.

*“Normalmente ele fica na rua. Homem em casa é bem difícil, geralmente ele fica na rua. (...) Eu sou mais caseira do que ele. Ele vai visitar amigos, primos, irmão, fica em bar.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Ficar com os amigos também. Vai lá com os amigos. Ele gosta de tá num barzinho, jogando alguma coisinha, snooker, essas coisas.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Ele só fica deitado, ele quer ficar em casa relaxando. Ele faz as coisas ou então ele vai pra casa dos colegas dele, vai jogar sinuca, ele joga sinuca aqui atrás com os colegas e só.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

As entrevistadas, por outro lado, sentiam falta de conviver mais com seus amigos e familiares, pois raramente conseguiam se dedicar a essas relações:

*“Tem muitos amigos que não vejo há uns três, quatro anos. Conversa de vez em quando pelo facebook, ou manda um email pra perguntar como é que tá, aí manda uma foto. Principalmente, tem uma amiga minha que me viu quando eu tava grávida e não viu ainda o meu filho, só viu por foto. Não tenho tempo para ir na casa dela e quando ela tem tempo eu não tô em casa, então aí. Ou às vezes tem minhas tias que eu não vejo, aí vai pra casa da minha mãe e eu não consigo ver elas, porque não tem tempo mesmo. No dia em que elas vão eu tô em alguma atividade, não consigo ver elas.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Pra amigos eu diria que não, assim, não tanto, não vou ser hipócrita, ah, eu vou passear, vou ficar lá. Não, porque minha vida já tem outras atividades, só vou na casa de alguma pessoa quando é um passeio, um aniversário de criança, alguma coisa específica. Mas sair assim, não vou, não.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Outras pesquisas também revelam que, em geral, os homens dispõem de significativamente mais tempo para o lazer do que as mulheres. Como mostra o estudo de Araújo e Scalon (2005), elas se dedicam mais a atividades que poderiam ser definidas como voltadas para os outros: passear com os filhos e visitar parentes. Já aquelas de lazer mais social, como encontrar os amigos, são mais presentes entre os homens. O estudo mostra também que elas “frequentemente” ou “quase sempre” usam mais o final de semana para arrumar a casa, realizar consertos domésticos e fazer compras para o lar. Segundo as autoras, isso confirma que o tempo de lazer das mulheres aparece bastante relacionado com o tempo do outro – da casa, dos filhos, do cuidado – enquanto o tempo de lazer dos homens tende a ser menos dedicado ao outro e mais usado em proveito próprio.

Essa desigualdade entre homens e mulheres no uso do tempo para o lazer afeta de forma significativa a qualidade de vida feminina. A sobrecarga que elas vivenciam não apenas limita o tempo que elas podem destinar a essas atividades como interfere também na disposição física das mulheres. Como afirmam Neubert e Aguiar (2010), o comportamento dos homens avesso ao ambiente doméstico, aliado a uma percepção mais individualizada sobre o uso do tempo, parece fazer da masculinidade uma identidade social mais compatível com o descanso, com o divertimento e, principalmente, com a liberdade.

Na pesquisa de Aguiar (2011), que compara, com os devidos ajustes, os dados sobre os usos do tempo na cidade do Rio de Janeiro em 1973 com os de Belo Horizonte em 2001, da qual já tratamos anteriormente, observa-se que nessas décadas houve uma redução geral do tempo dedicado ao lazer para todas as categorias de atividade nas quais foi possível efetuar comparações (homem empregado, mulher empregada, dona de casa e homem desempregado). A pesquisa mostra que de fato são as mulheres as que têm menos tempo para essas atividades. E, segundo o estudo de Dedecca (2004), o menor tempo livre é observado especialmente entre as mulheres com filhos de até 15 anos.

Esse tempo reduzido para o lazer é muito mais sentido pelas mulheres de baixa renda, que não possuem recursos para terceirizar o trabalho reprodutivo. No caso das mulheres executivas, por exemplo, estudado por Aguiar e Cyrino (2010), o tempo livre é bem mais significativo do que o de trabalho doméstico, que tem caráter residual, em um cotidiano completamente diferente daquele vivenciado pelas mulheres de Paraisópolis entrevistadas na presente investigação. Enquanto a média geral das mulheres dos diferentes extratos sociais de Belo Horizonte, no ano 2000, era de 3 horas e 42 minutos de trabalho doméstico e cerca de 1 hora de tempo livre por dia, para as executivas a situação praticamente se invertia, resultando em 3 horas e 54 minutos de tempo livre e 45 minutos de trabalho doméstico por dia. O sábado é descrito pelas executivas como um dia para descansar e para ficar com a família.

### **Limitações aos estudos, ao trabalho remunerado e ao cuidado de si**

A falta de tempo também impõe restrições à formação dessas mulheres. Das entrevistadas, somente três estudavam, sendo que duas cursavam faculdade de pedagogia e

uma estava completando o ensino fundamental. Nesses casos, isso se refletia em mais tensões e negociações cotidianas, tanto em casa quanto no emprego.

Entre as demais entrevistadas, várias afirmaram que gostariam de voltar a estudar, mas não encontravam tempo para isso. Três já haviam concluído o ensino médio e tinham planos de cursar uma faculdade; uma queria muito fazer um curso de fotografia para deixar de ser empregada doméstica; outra queria fazer algum curso para se aprimorar profissionalmente; e outra não voltava a estudar porque o ex-marido não queria que ela passasse menos tempo com a filha.

*“Então, eu gosto de fotografia, eu tava pensando em fazer um curso, né, eu vou fazer, um curso de fotografia. Aí eu acho que não vai atrapalhar muito. Porque esse trabalho é mais final de semana, né, quando meu marido tá em casa. Eu acho que ele vai me ajudar, se for à noite. A gente já conversou sobre isso. Porque é uma coisa que eu gosto, né. (...) Então, pra estudar, assim, eu acho que eu queria ter mais tempo, só que não é porque, não digo que é culpa dela [da filha], não, mas é por ela assim que eu não tô fazendo nada por enquanto.”* (Joana, 26 anos, trabalhadora doméstica, 1 filha de 2 anos)

*“Quando eu terminei o ensino médio, eu ia fazer o Enem, meu pai se acidentou, aí eu não fui fazer o Enem, aí já atrapalhou, já veio aquela bola de neve. Fiz o Enem acho que dois anos depois, aí não deu muito certo, porque você vai esquecendo das coisas, né. Aí depois tive a baixinha, aí tive que esperar crescer pra fazer alguma coisa, mas sou louca pra estudar. Penso em fazer a faculdade. No momento não caberia, só se fosse de manhã e saísse do serviço. Porque de manhã vai até meio dia, trabalhar de meio-dia às seis acho que ele não aceitaria. Talvez aceitaria, mas o orçamento também já não caberia. Então, só se, sei lá, conseguisse alguma bolsa. Mas pra conseguir bolsa, cursinho, cursinho leva tempo. Tempo, onde? Final de semana vai ficar com quem a baixinha?”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Outro dia minha cunhada disse que tem um curso pra fazer ali, aí eu não conseguiria fazer, trabalhar e ir pro curso, que é um curso aqui pertinho de casa, de graça. Então seria uma coisa boa. Era de administração. Eu até tive vontade de ir, mas não vai dar por causa das crianças. Então tem coisas assim que eu poderia fazer e não dá. Besteirinhas assim que a gente poderia fazer, mas atrapalha, não daria pra fazer. Voltar a estudar é*

*outra coisa, eu teria vontade, mas não dá por conta do trabalho e das crianças. A hora que eu chego que eu tenho pra ficar com eles, eu sair pra fazer outra coisa, como eu vou ver os meus filhos? Então eu fico pensando nisso, não dá.(...) Eu teria vontade de fazer pedagogia. Eu gosto de ensinar.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Já no caso das duas entrevistadas que tinham jornadas de trabalho reduzidas, uma somente pela manhã e a outra restrita a dois dias por semana, se tivessem mais tempo disponível para elas, ambas afirmaram que arranjariam um trabalho em tempo integral.

*“Eu queria trabalhar todos os dias da semana, de segunda a sexta. Aí meu marido briga, eu brigo um pouco, aí ele fala que eu fico doente, fico trabalhando demais, essas coisas. Eu preferia trabalhar, dentro de casa a cabeça estressa muito. Filho estressa demais.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

Além disso, algumas das entrevistadas afirmaram que, se tivessem mais tempo livre, elas o dedicariam ao cuidado de si mesmas. A articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar, na opinião delas, impedia que cuidassem de questões estéticas e de saúde de seus próprios corpos.

*“Aí, eu precisava cuidar de mim, ir pra uma academia, eu preciso perder peso. Porque agora nem o luxo a gente se dá de ficar doente, porque a gente é mãe. Eu precisava ir pra uma academia, fazer um exercício, alguma coisa. Eu me dedicaria a cuidar mais um pouquinho da saúde.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

*“Falta tempo pra mim. Arrumar o cabelo, a sobrancelha. Então falta muito tempo pra mim. Apesar que eu não sou vaidosa, nunca fui. Mas tem hora que você olha no espelho e pensa, nossa, antes eu fazia uma escova, cabelo ruim ainda. Puxa, eu fazia minha unha. Tem hora que você fica bem chateada. Ainda mais quando assim aparece alguma festa de repente. Ah, vamos ali, tem um churrasco. Eu me olho assim no espelho, putz, tem que ir, desse jeito?”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Esses depoimentos mostram que a ausência de autonomia sobre o próprio tempo faz com que elas não possam dar continuidade à sua formação, dedicar-se ao mundo profissional como gostariam e que se sintam descuidadas e desleixadas, contribuindo nos três casos para uma baixa autoestima entre essas mulheres.

## **5.5. Estratégias para aliviar a dupla carga de trabalho**

Ao longo deste estudo foram expostas algumas das estratégias utilizadas pelas mulheres entrevistadas para articular o trabalho profissional e o trabalho doméstico e familiar, buscando aliviar os efeitos da dupla carga que elas vivenciavam diariamente. São formas predominantemente individuais de resistência à impossibilidade de conciliação de duas esferas muito distintas, recursos que contribuem para lidar com as exigências contraditórias de suas vidas cotidianas. As mulheres trabalhadoras com filhos são obrigadas a desenvolver práticas sociais que exigem um elevado componente de cálculo e previsão, para administrar uma ampla variedade de necessidades, demandas e recursos pertencentes a dois mundos que antes viviam de costas um para o outro (Tobío, 2005).

Dentre as estratégias que já foram analisadas nesta pesquisa, destacam-se: a realização de uma multiplicidade de tarefas cotidianas, em sequência ou sobrepostas; a formação de redes femininas de intercâmbio desses afazeres; o tensionamento das relações familiares para conseguir contribuições de outros integrantes da casa nos afazeres domésticos e de cuidados; a intensificação do ritmo da realização das atividades; a redução ou a flexibilização da jornada de trabalho remunerado; a preferência por trabalhar para empregadoras mulheres, que teoricamente compreenderiam melhor essas questões; além de outras medidas que podem de diferentes maneiras comprometer suas trajetórias profissionais.

Analisando o discurso delas nesse sentido, observa-se que as entrevistadas utilizam uma infinidade de expressões para explicar como conseguem articular essas duas esferas. Elas “se viram”, “dão um jeito”, “conseguem se liberar”, “precisam arrumar alguém”, “se adaptam”, “conciliam”, dão “uma corridinha”, “uma limpadinha”, uma “tapada na casa”,

“se acostumam”, “se organizam”, “entram em controle”, “acham um jeitinho”, “fazem uma grade”, “procuram resolver”, “calculam”, “fazem sacrifícios”, “administram”, “dividem o tempo”, “negociam” em casa e no trabalho, “preenchem cada tempinho que sobra”, “usam os intervalos”, “escolhem entre uma coisa e outra”, fazem algumas atividades “quando dá”.

Um dos recursos dos quais elas mais lançavam mão era o de trabalhar perto de casa, o que ajudava a economizar tempo no cotidiano e possibilitava que supervisionassem o cuidado de seus filhos, estando facilmente acessíveis caso surgisse algum imprevisto. Isso é especialmente importante em uma cidade grande e de difícil mobilidade como São Paulo, em que os deslocamentos podem ser longos, trabalhosos e complexos, colocando em risco a disponibilidade permanente que se espera delas. No momento de procurar emprego, elas priorizavam aqueles que estavam próximos ao local de moradia, e também levavam em conta esse fator ao avaliar se deviam ou não mudar de trabalho.

*“É pouco tempo que tem. O que me ajuda é não precisar pegar condução. É um tempo a mais que eu tenho. De manhã, quando não tô na faculdade, até 9h30 no máximo consigo fazer alguma coisa lá em casa, então já me ajuda bastante para à noite ter um pouquinho mais de tempo com o meu filho.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Inclusive essa questão da praça da prefeitura é meu foco porque (...) eles priorizam onde a gente mora. (...) Eu prefiro ficar aqui porque é só quatro horas, ou de uma a cinco ou de duas a seis, aí eu estarei em casa mais cedo. Esse é meu foco. Eu quero trabalhar por aqui, tanto neste ano no estágio quanto no ano que eu tiver terminando, eu quero trabalhar aqui.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

*“Eu atuo na frente de uma empresa, mas é uma empresa pequena, sou só eu e meu chefe, é super pequena. (...) É aqui pertinho, fica a dez minutos. Mas é super tranquilo. Eu tenho carteira assinada, só não tenho benefícios, a única coisa é o salário. Mas como é perto, e agora eu tenho a baixinha, pra mim acaba sendo um benefício porque quando eu preciso sair, acontece alguma coisa lá, a minha mãe me liga, olha a A. tá assim, eu corro, deixo lá e vou levar ela no AMA ou aqui no Einstein. Pra mim acaba sendo o único benefício, por enquanto, até ela crescer e depois eu pensar. (...) Entro às nove, aí meio-dia eu venho*

*em casa, vejo ela, almoço, uma hora eu subo e só saio às seis. Eu almoço em casa, tem essa vantagem.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Entre os maridos das entrevistadas, o único que levava os filhos à escola e que, quando era muito necessário, buscava os dois meninos, também trabalhava próximo a Paraisópolis. No entanto, isso era mais uma coincidência positiva do que algo que ele havia procurado ativamente, como ocorre com as mulheres que integram este estudo.

*“Já aconteceu de ele buscar, da minha cunhada não poder nesse dia e ele ir lá pegar. Mas aí é meio na correria. Como ele trabalha aqui na avenida Giovani, é pertinho. Então dá conta. Isso ajuda bastante, se ele tá muito longe, ele não consegue sair.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Já no caso de outra entrevistada, apesar de ela gostar muito dos antigos chefes, resolveu mudar de emprego porque o anterior ficava muito distante de sua casa e ela não queria desperdiçar tanto tempo no deslocamento, horas preciosas para a realização dos afazeres domésticos e familiares. Se antes ela gastava mais de três horas diárias no transporte, em diferentes conduções, no emprego novo passaria a despender somente cinquenta minutos por dia a pé, ida e volta.

*“Eu saí porque eu achei muito longe e tava muito ruim as condução, muito apertada, o ônibus demorava pra passar, e eu via que eu corria muito lá pra poder sair no horário que eu sempre saía, pra mim não atrasar pra chegar em casa. (...) E você sabe que o que cansa mais não é o trabalho, é a condução? Se você pegar naquela hora de pico, de que todo mundo tá voltando, perua lotada, né, trânsito, às vezes você pega trânsito com aquela perua tão lotada, aquele pessoal todo ali imprensado, isso é o mais cansado, menina. Porque o trabalho mesmo não cansa a gente, quando você já tem aquela rotina, aquela coisa de fazer todo dia, não cansa.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e 7 anos)

De fato, de acordo com os dados da PNAD 2009, o tempo médio gasto no deslocamento entre a casa e o trabalho é menor entre as mulheres do que entre os homens. Enquanto quase 67% dos homens ocupados gastavam até 30 minutos no transporte casa-

trabalho, 23% entre 30 minutos e 1 hora, e 10% mais de 1 hora, no caso das mulheres, 70% gastavam até 30 minutos, 21% entre 30 minutos e 1 hora, e 8,7%, mais de uma hora. Uma das hipóteses aventadas para explicar essa diferença é a de que as mulheres optam por empregos mais próximos da residência, justamente tendo em vista suas responsabilidades familiares (IPEA, 2012).

Para além disso, algumas tarefas que são consideradas prescindíveis, difíceis, cansativas, e que consomem tempo demais, muitas vezes são adiadas ou deixadas de lado. A atividade mais frequentemente citada por elas nesse sentido é passar roupa, apontada por muitas como a mais desagradável.

*“Aquele quarto tá de roupa assim que eu tenho que passar, tô esperando minha filha me dar uma chance. (...) A roupa tá lá, pra passar. Eu detesto passar roupa... Mas tem uma hora que não vai ter jeito.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

*“Minhas roupas, mesmo, acaba ficando acumulada, pra lavar e pra passar, que é uma coisa mais... que leva um pouquinho de tempo. Então acaba ficando. Tanto que eu te falei que tem uma pilha de roupa deste tamanho, que eu não tô conseguindo passar. Eu tenho que tirar uma horinha pra isso, mas essas coisas, acaba ficando mais difícil em casa, demora mais.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Outra estratégia bastante frequente é a redução do padrão de limpeza, que em geral costuma ser bastante rigoroso nesses domicílios. Algumas ficavam insatisfeitas com essa mudança que se viam obrigadas a fazer, mas era a única forma que encontravam para conseguir articular as duas esferas.

*“Quando a gente não tinha o bebê era mais fácil, porque tinha mais tempo, coisa e tal. Mas é coisa de adaptação. É claro que não fica aquela casa 100%. Todos os dias eu limpava a casa toda, já ajudava bastante. Final de semana era mais pra descansar, a gente saía, então não tinha preocupação com a casa. Agora, tem mais preocupação no final de semana, pra fazer aquela limpeza geral mesmo. (...) Não é do jeito que eu queria. Antes, todos os dias eu tirava tudo do lugar, tinha mais tempo. Então ficava tudo limpinho, e hoje já não tem mais isso, esse tempo. Aí tem que fazer em uma hora, no*

*máximo, deixar tudo mais ou menos.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Hoje eu sou assim, o que der pra fazer, eu faço, o que não der, paciência, fica pra amanhã. Porque, se não, a gente pira.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Tanto a estratégia do adiamento quanto a da diminuição do padrão de exigência mostram a elasticidade característica do trabalho doméstico: um conjunto de práticas que podem ser feitas em menos ou mais horas, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor rigor, de acordo, entre outros fatores, com a disponibilidade de tempo, com a necessidade e urgência de cada uma dessas tarefas.

Os eletrodomésticos muitas vezes são encarados por elas como um recurso importante para gastar menos tempo com os afazeres da casa, para ter uma rotina mais prática. A presença de aparelhos como o de micro-ondas e a possibilidade de fazer comida congelada, por exemplo, são vistas como avanços para facilitar a vida cotidiana, por mais que saibam que não são os melhores alimentos para a saúde:

*“Comparamos máquina que centrifuga, coisas que diminuíssem mais, micro-ondas, que já ajuda bastante. Uma geladeira maior, que consegue comprar mais aquelas comidas que a gente sabe que não são saudáveis, mas são as comidas práticas e rápidas. Só faz um arrozinho, pega um hambúrguer, coloca no micro-ondas, coloca no forno e já fica bom.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Ai, tudo deixa cansada, não tem assim uma coisa específica. O que menos cansa é lavar a louça e fazer comida, isso cansa de menos, porque você coloca no forno. Quem viveu de fogão de lenha, bem, fogão elétrico é riqueza, é chique demais. Então pra você é tudo novidade, não tem muito o que cobrar. Porque é tudo fácil, é micro-ondas que você tem pra facilitar a sua vida, é uma comida que já vem pré-cozida, preparada, já pronta.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

O tempo médio despendido nas atividades domésticas e familiares vem diminuindo nos últimos anos no Brasil, e essa queda é mais intensa para as mulheres, o que pode ser

explicado em parte pelo fato de que as novas tecnologias e os novos hábitos têm maior impacto sobre elas (Fontoura et al, 2010). Esses eletrodomésticos podem facilitar a realização de algumas tarefas ou reduzir o tempo necessário para realizá-las, mas essa economia pode ser revertida em horário disponível para atender a novas demandas, por causa da relação de disponibilidade permanente entre as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e as demais pessoas da família (Ávila, 2009a).

Nesse contexto em que as entrevistadas viviam, também era comum que horas de sono fossem sacrificadas em nome da melhor realização dessas tarefas, o que acentuava o cansaço diário vivido por muitas delas. Frente às dificuldades de manejar o tempo doméstico e o profissional, elas relataram que se deitavam tarde e não conseguiam dormir tanto quanto gostariam ou necessitariam para repor suas energias.

*“Chego em casa à noite, quando eu tava estudando, tinha a correria da escola, mesmo assim, dava pra ter tempo pra tudo. Ficava até as três horas da manhã dando uma arrumada na casa, olhando alguma roupinha que tinha pra organizar das crianças, até hoje tem essa rotina.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Eu chegava em casa já tipo seis e meia, pra começar a fazer as coisas. Aí eu comecei a dormir mais tarde também, aí, sabe, foi mexendo mais. Acumulando mais cansaço, né, e o trabalho de casa, eu não tava conseguindo. (...) Ia dormir tarde e todo dia tinha que acordar naquele horário pra não se atrasar nas peruas, se não pegava muito trânsito. E às vezes eu acabava dormindo, passava da hora, não via nem o alarme.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Outro recurso que algumas das entrevistadas utilizavam era o de pressionar seus maridos para que trabalhassem menos em âmbito profissional e, assim, pudessem contribuir mais na esfera doméstica. Dessa forma, elas ficavam menos sobrecarregadas e tinham menos dificuldades de lidar com essa situação. Nesses poucos casos, o trabalho doméstico e familiar teve alguma influência na trajetória profissional masculina, o que é muito menos frequente do que na feminina:

*“Eu falo, você tem que separar família e trabalho, porque levar trabalho pra casa não dá certo. Aí eu já saía brava. Aí ele tenta diminuir isso, em tal horário evitem me mandar trabalho porque é o horário que eu tenho pra família, o único horário. Ele tenta falar com o pessoal pra diminuir isso. Tá diminuindo, eles até mandam antes pra algum problema já vem, só em casos extremos mesmo que não dá, eles mandam à noite, mas já reduzi bastante.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Olha, ele não tinha horário, porque ele viajava pro interior, pra Santos, passava uma semana fora. Semana passada pediram para ele ir pro Paraná e ele disse, não, me manda embora, porque eu tenho minha família aqui, não dá. Se aqui ele já passava uma semana, duas, fora, no Paraná ele ia passar um mês. Queriam que ele fosse pra lá e ficasse indo e voltando. Mas ele tem colegas que são de Minas e o combinado foi esse, só que eles não voltam de Minas. Eles vêm de vez em quando, aí eu falei: não.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Em outro estudo, realizado por Bruschini e Ricoldi (2008), também há um depoimento interessante no sentido de como as mulheres de baixa renda fazem para equacionar todas as demandas que lhes são exigidas e envolver mais os homens nesses afazeres. No grupo focal das cônjuges mais jovens, havia uma mulher cuja vida sexual com o companheiro estava sendo prejudicada por causa do cansaço cotidiano que ela sentia, frente à sobrecarga de trabalho. O recurso encontrado pelo casal foi uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas:

*“Eu faço uma lista toda a semana (...) você vai lavar o banheiro, você passa o pano, eu fico com a roupa porque eu sei que ele não lava direito. (...) Eu chego e faço janta, a louça é dele. (...) Porque eu comecei a assumir sozinha, e ele começou a reclamar que eu estava muito cansada, não tinha tempo para outras coisas, para o namoro, eu falei, então vamos dividir. (...) Ele falou ‘está bom’. Ele ajuda. Só que às vezes ele esquece e eu tenho que ficar no pé.”* (28 anos, casada, auxiliar administrativa, uma filha)

## 5.6. Soluções apontadas

Entre as soluções apontadas pelas entrevistadas para tentar resolver a questão da falta de tempo e da sobrecarga de trabalho, decorrentes da articulação entre vida profissional e familiar, a principal foi a existência de vagas nas creches públicas, onde pudessem deixar seus filhos com tranquilidade e durante todo o tempo em que estivessem trabalhando, sem precisar se preocupar com arranjos complexos como eram obrigadas a fazer naquele momento. Isso não apenas permitiria que economizassem tempo e se livrassem de algumas preocupações diárias, como também possibilitaria que poupassem recursos financeiros importantes, já que muitas pagavam vizinhas e familiares para cuidar de seus filhos. Também suprimiria certas limitações a determinados empregos, impostas pelos horários de levar e buscar as crianças na escola.

*“Acho que creche, porque hoje estou tendo um gasto a mais porque estou tendo que pagar minha irmã, coisa e tal. Já penso nisso todo mês, tenho que trabalhar pra pagar a minha irmã, porque eu pago ela. Acho que a creche ajudaria bastante. Quando você vê lá, é duzentos e tanto o número do meu filho para ser chamado, puxa vida. Ele tá na fila de espera. (...) Mas é difícil, porque é muita criança, muita criança fora de creche.”*  
(Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Primeiramente, conseguir creche pro meu pequeno, porque minha preocupação é o pequeno, entrei até com uma ação pra ver se eu conseguia creche pra ele. Ter alguém em casa pra me ajudar seria ótimo, pra isso eu precisaria arrumar um serviço que ganhe melhor.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Na vida cotidiana de outra entrevistada, a creche seria fundamental inclusive para que pudesse solicitar a ajuda de sua mãe em outros momentos, já que sua filha ficava com a avó durante a semana enquanto ela estava trabalhando. Isso melhoraria a vida dela nos finais de semana, por exemplo, e permitiria que fizesse atividades para as quais naquele momento não dispunha de tempo.

*“Creche. Eu coloquei a vaga dela ela tinha seis meses, já tá com quase um ano e quatro meses. Isso já me ajudaria porque a creche é período integral. Eu tenho uma vizinha que entra às sete e sai às cinco. Já ajudaria porque não ficaria com a minha mãe, aí se eu precisasse fazer uma escova, ah, mãe, fica com ela duas horas. Aí já alivia, sabe assim, pra você pedir. Acho que a creche é essencial.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Outra demanda das entrevistadas era que as escolas funcionassem em período integral para as crianças maiores, já que a creche hoje em dia vai apenas até os três anos. A partir dessa idade, mesmo as crianças que conseguem ter acesso à educação infantil passam a ter que ser cuidadas por alguém durante meio período, complicando a vida dessas famílias, um problema que recai predominantemente sobre as mulheres.

*“Eu queria conseguir uma vaga pro maior, por exemplo, no período que ele não tá na escola, que ele saiu aos quatro da creche, que eu também acho errado. Eu queria que tivesse integral até a idade de ir pra escola, e não tem.”* (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

*“A minha filha, a do meio, ela vai pra creche esse ano, o ano que vem ela já vai pra pré-escola, que seria meio período. Pra mim já vai ficar mais difícil ainda. Ela vai das sete ao meio-dia. Meio-dia eu vou ter que se virar pra ir buscar ele e pagar alguém pra ficar com ela esse meio período. E antigamente a creche era até seis anos, você saía da creche, ia direto pra escola.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

Também foram citadas como medidas que podem contribuir para uma melhor organização de suas vidas cotidianas: a diminuição global da carga horária de trabalho, para que mais pessoas possam trabalhar e por menos tempo, liberando assim horas para todos cuidarem da casa e dos filhos; a necessidade de mais áreas de lazer para as crianças e de um hospital 24 horas em Paraisópolis; políticas públicas para incentivar os trabalhos com carga horária reduzida.

*“Que a gente pudesse trabalhar meio-período, né, pra tá à tarde em casa, pra dar tempo de fazer as coisas com calma, pra você ir dormir mais cedo.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

*“Acho que facilitar emprego pras famílias. Se facilitasse esses empregos seria melhor. Porque hoje mesmo eu vim do CEU e tem um rapaz que faz doze horas de trabalho lá, toda turma faz doze horas de trabalho lá. Eu acho isso um absurdo, tá tirando a oportunidade de outros pais de família, outras mães de família poder tá levando pão de cada dia pra dentro de casa. (...) Se essa carga horária de doze horas fosse pra seis horas, já tinha emprego pra um pai de família ali.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Acho que aqui deveriam colocar mais área de lazer pras crianças e hospital, porque aqui... A única coisa que eu acho que deveria mudar. Porque, agora mesmo, o AMA era aberto 24 horas, já não é mais. O AMA só é aberto até as sete horas. Então se eu tiver uma criança doente à noite, você tem que correr pra fora.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

Poucas entrevistadas se referiram a uma participação maior ou igualitária dos maridos nas tarefas domésticas e familiares como uma mudança possível para aliviar suas vidas cotidianas. Aquelas que o fizeram, no entanto, consideravam que um pouco mais de cooperação masculina já representaria uma melhora significativa em suas rotinas.

*“Poderia no dia que tivesse uma reunião eu ir, no outro dia que tivesse ele ir. No dia que o filho tivesse doente, não precisasse que eu tivesse ali presente 24 horas. Chegar sempre perguntando como foi o dia dos moleques, o que rolou, o que deixou de rolar. (...) Ai, meu marido precisaria nascer de novo. Isso seria do céu, cara. Do mesmo jeitinho bonitinho que ele é, mas, sinto muito, meu bem, me perdoe. Hoje eu vou falar isso pra ele à noite. Acho que ele teria que nascer de novo [para eu ter mais tempo].”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Se ele ficasse com ela, acho que ajudaria. Porque tem pai que fica com o filho, troca. Ele trocou uma vez a menina. Tá cagada! Lá vai eu, solto tudo o que eu tô fazendo e vou*

*lá. Se ele ficasse mesmo, acho que daria.” (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)*

*“O trabalho da casa acho que daria pra dividir um pouco mais. Eu acho que ele poderia me ajudar mais. Ele tinha que lavar uma louça, lavar um banheiro, uma coisa mais básica que ele consegue fazer, e ele não faz. (...) Eu acho que se meu marido ajudasse mais, eu acho que isso ajudaria bastante. Se ele me ajudasse durante a semana, talvez no final de semana tivesse mais tempo pra outras coisas, até pra me divertir mais.”*  
(Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Em relação às empresas ou às famílias para as quais trabalhavam, as entrevistadas do presente estudo não conseguiram pensar em muitas medidas que poderiam ser tomadas para que tivessem mais tempo no dia a dia, como se não houvesse muita conexão entre o emprego e o cotidiano exaustivo que elas levavam e não fosse possível intervir nesse âmbito para melhorá-lo. Em geral, as poucas demandas dirigidas a seus empregadores eram mais pontuais, como poder sair do trabalho um pouco mais cedo ou receber aumento de salário.

*“Acho que todas as empregadas domésticas, não tem necessidade de você terminar o seu serviço e ter que ficar no serviço até o horário. Acho que terminou, acho que ela tinha que ir embora, porque acho que acaba ajudando na função da casa.”* (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

*“Ter horário, horário de entrada, horário de saída. Como é associação de moradores, não tem horário. Acontece alguma coisa no bairro, é uma e meia da manhã tem gente batendo lá na porta. E eu não posso virar as costas e dizer que não.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses)

*“Ah, diretor, sobe o meu dinheiro. (...) Não tem muita coisa assim pra falar. (...) Acho que já tá boa, não tem muita pra eu tá cobrando assim, não. A não ser que ele quisesse aumentar meu salário, seria bom.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Se somente na sexta-feira me liberasse uma hora mais cedo, já adiantaria uma hora a mais de serviço em casa, me ajudaria”.* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Várias delas consideravam que seus patrões já faziam tudo o que estava ao alcance deles para que pudessem ter mais tempo. Isso evidencia que elas consideravam esse problema mais de ordem pessoal do que uma questão coletiva, que diz respeito a toda a sociedade.

*“Acho que não tem muito. O horário de eu entrar eu acho bom, que é o horário das 10h, é um horário que eu consigo fazer alguma coisinha de manhã, então acho que na empresa não tem muito o que mudar.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

*“Até mesmo, eu entrar seis horas e sair três horas, nem posso. Não tirar a hora de almoço e ficar direto pra mim sair uma hora mais cedo. Não tem o que fazer.”* (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses)

*“A dona A. já faz, porque ela me facilitou muito. (...) Ela disse, então, Marilda, faz o seguinte, você trabalha de segunda a quinta e você pode fazer seu horário. Cuidava da casa de manhã até... ela fez muito mesmo. (...) Ela disse, no horário da tarde, se você terminou, você vai embora, então eu procurava, por isso que eu não parava. Tirava direto pra naquele horário, sempre três horas, três e meia eu tava saindo. E era longe. Ela foi uma das patroas que mais que eu gostei foi ela, porque ela concordava.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

Algumas propostas que há décadas vêm surgindo a partir dos movimentos e de teóricas feministas, como as lavanderias e os refeitórios comunitários, só surgiram na fala da presidenta da Associação das Mulheres de Paraisópolis, não das demais entrevistadas. No entanto, mesmo quando aparecem, essas propostas são pensadas como exclusivamente destinadas a “ajudar” as mulheres trabalhadoras, e não as pessoas em geral que precisam articular essas duas esferas.

*“A problemática é nesse sentido, porque a mulher não tem hoje estrutura para que ela possa ter um tempinho mais livre para que ela possa se profissionalizar, estudar, isso é complicado. A gente vem buscando, o trabalho da Associação das Mulheres tem que ser esse. Se a gente pode de fato abrir uma lavanderia comunitária, por exemplo, abrir mais cursos, diminuir essa sobrecarga. A gente vem pensando tudo isso. Tem a proposta já, a gente tem uma parceria com o “Consulado da Mulher”, que é um projeto social da empresa Cònsul, onde além de montar uma cozinha comunitária, tem a proposta da lavanderia. A gente só tá atrás do espaço mesmo, buscando procurar na comunidade.”*  
(Juliana Gonçalves, presidenta da Associação de Mulheres de Paraisópolis)

Na realidade, o que prevaleceu nos depoimentos foi uma grande dificuldade de apontar possíveis soluções para esse problema, como se a sobrecarga de trabalho feminino fosse um fato natural e imutável, uma consequência inerente à opção das mulheres de ter marido e filhos. Isto é, uma situação de âmbito privado e individual, que elas devessem simplesmente aceitar e à qual precisassem se adaptar.

*“No momento, não sei. Porque se você for ver, são coisas necessárias e que faz parte da vida.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

*“Não sei. Não pensei nisso, não.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

*“Muito difícil saber. Acho que a gente acaba pegando várias atividades tudo junto, então a gente optou em ter um filho, decidi ter um filho, eu ainda tava fazendo faculdade. Quando falei assim, não, espera um pouquinho pra gente ter, meu esposo me convenceu e a gente resolveu ter o bebê agora. Então acho que acabou que eu tava entre faculdade, trabalho e casa. Agora tenho que fazer faculdade, casa, trabalho e filho. Sobrecarregou um pouquinho isso. Tirando um desses, diminuindo um desses, acho que já ajuda bastante.”* (Júlia, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filho de 1 ano)

Uma das entrevistadas sequer queria que algo mudasse para que ela tivesse mais tempo disponível, por considerar que esse tempo também precisaria ser dedicado ao trabalho doméstico e familiar:

*“Ai, tá bom. Se não seria mais passar roupa, mais limpar a casa. Não, tá bom, tá ótimo. Não sinto falta de ter mais tempo.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Esse sentimento manifestado pela entrevistada evidencia mais uma vez o caráter infinito e elástico das atividades domésticas e de cuidados. A sensação que ela tem é de que esses afazeres ocupam todo o seu tempo livre e poderiam se expandir por muito mais horas, se as dispusesse em seu dia a dia.

## **5.7. Entre o discurso igualitário e o de aceitação da divisão sexual do trabalho**

É possível observar neste estudo que, nas práticas cotidianas, caminha-se a passos muito lentos em direção a relações menos desiguais entre homens e mulheres, no que concerne à articulação entre trabalho profissional e afazeres domésticos e familiares. No nível do discurso, por sua vez, notam-se alguns avanços nesse sentido, ainda que não muito consistentes. Os achados de outras pesquisas empíricas realizadas no Brasil apontam na mesma direção: está em curso um processo de mudança nas percepções de homens e mulheres rumo a uma cultura mais igualitária, ao mesmo tempo em que persistem práticas mais tradicionais, que se alteram bastante lentamente (Araújo e Scalon, 2005).

No caso da presente pesquisa, praticamente todas as entrevistadas discordaram da ideia de que o trabalho doméstico e de cuidados seja uma função exclusivamente feminina.<sup>21</sup> Muitas foram categóricas ao contrariar essa afirmação:

*“Eu acho que é de todos, porque homem come também, o homem usufrui de tudo. Acho que é preconceito mesmo, acho que é burrice o homem ou a mulher que pensa dessa*

---

<sup>21</sup> Somente uma das entrevistadas concordou com essa afirmação: Josefa, após seu marido aparecer no local onde estava sendo realizada a entrevista, o que a deixou intimidada, aflita para encerrar a conversa o mais rápido possível, fornecendo respostas que contrariavam o que ela própria dissera anteriormente.

*forma. Acho que já que a gente tá lutando tanto pra ter a liberdade...” (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)*

*“Só das mulheres não, de modo algum. Ficaria sobrecarregada demais, nossa, se eu não tivesse a ajuda, assim, o auxílio dele, ficaria muito puxado pra mim.” (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)*

*“Não é, não! Os dois. Porque eu acho que não é justo, é justo que seja tudo igual. Se tá em casa, nós dois vamos fazer. Também trabalho fora, (...) quando eu chego eu tenho que fazer trabalho doméstico em casa do mesmo jeito. (...) Às vezes eu discuti, não, você tem que fazer, sim, você tem que me ajudar. Às vezes ele fala, mas é coisa de mulher. Eu falo, não, não é mulher, não. Homem também passa roupa, eu falo, tem que fazer.” (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)*

As entrevistadas, em geral, afirmavam que essas tarefas deveriam ser realizadas tanto pelas mulheres quanto pelos homens. Contudo, nesse sentido, argumentavam somente que os homens deveriam “melhorar”, “ajudar mais”, “contribuir”, e que essa “não deveria ser” uma atribuição unicamente feminina. Ou seja, quase não estava presente a defesa de uma distribuição igualitária propriamente dita desses afazeres; o que havia era a convicção de que a colaboração masculina deveria existir e, em muitos casos, deveria ser maior do que era naquele momento. Muitas desejavam apenas pequenas mudanças no comportamento dos maridos, o que, segundo elas, já representaria um grande alívio em seu cotidiano. A expectativa dessas mulheres quanto à igualdade em âmbito doméstico era bastante baixa.

*“Ah, a gente sempre quer um pouco de ajuda, né. Mas as mães não criam os filhos direito, então a gente casa, a gente que fica com o pacote.” (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)*

*“Acho que precisava melhorar um pouco mais. Só que não adianta conversar, né? Um pouco não, um pouco é até muito pequeno pra falar.” (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)*

*“Bem dividido não. Eu tenho ele só como alguém que me ajuda muito. Assim, me ajuda bem, eu diria. (...) Meu pai, né, não faria. Hoje em dia aos poucos isso tá mudando, tipo assim, ele faz, meu cunhado, e outras pessoas da família ajuda.”* (Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

*“Se ele ajudasse pelo menos na louça tava ótimo”.* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Além disso, as ideias que elas formulavam não pareciam necessariamente ter influência direta naquilo que vivenciavam no dia a dia junto a seus companheiros. Uma das entrevistadas que se colocou como mais contrária à ideia de função exclusiva das mulheres era uma das que menos contava com a contribuição do marido nessas atividades. Segundo ela, seu companheiro a “deixava falando sozinha” quando defendia que o trabalho doméstico e familiar não era apenas “coisa de mulher”. Na casa deles, eram suas duas filhas mais velhas, de 14 e 15 anos, que a auxiliavam nesses afazeres.

O próprio discurso de igualdade entre homens e mulheres ainda era bem pouco frequente entre elas, por mais que se notasse certa influência de ideias feministas em algumas das falas.

*“Eu não concordo com isso, porque eu achava que cada um tinha que fazer uma coisa, né? Todos os direitos é igual, todo mundo tem que fazer. Eu trabalho fora também, eu me canso, então todo mundo tem que dividir a tarefa, aí seria mais fácil, né?”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

*“É aquela coisa de machismo mesmo: mulher tem que fazer.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

Por mais que em todos os casos estudados a divisão das tarefas domésticas e de cuidados fosse inegavelmente desigual entre os casais – em termos de tempo, de responsabilidade e de carga de trabalho – nem todas discordavam do modo como ela se dava dentro de suas próprias casas. Aparecia com relativa frequência o discurso de aceitação da tradicional divisão sexual do trabalho, de naturalização dos afazeres domésticos como prioritariamente femininos, e o conformismo com as desigualdades e

hierarquias presentes nas relações sociais de sexo em âmbito doméstico. Isso permeava grande parte das falas de algumas entrevistadas. Entre outras coisas, elas se diziam satisfeitas, declaravam que “não dava nem para reclamar”, “é da vida”, “não tem jeito”, que aceitavam a divisão, que não se incomodavam, ou até mesmo que concordavam com ela. Para outras, como já mostrado anteriormente, essa divisão só se tornava menos desigual na base do grito, da briga, do conflito.

*“Eu aceito [essa divisão] (risos). Nenhuma mulher concorda, né? A gente tem que aceitar.”* (Gisela, 25 anos, auxiliar administrativa, 1 filha, de 1 ano)

*“Eu diria que eu estou satisfeita [com a divisão]. Sim, porque só em saber que ele tá fazendo a comida, pra mim tá bom, tá legal. (...) Acho que isso aí vem da própria natureza, essa questão de família, de a mulher ter que fazer mais. Então isso continua arraigado. No final das contas eu termino fazendo mais. Tem o auxílio dele, é como eu falei, não é dividido, tenho o auxílio dele, mas termina sobrando pra mim, pra mulher.”*  
(Catarina, 30 anos, professora desempregada, 2 filhas, de 6 anos e de 6 meses)

Questionadas sobre como o casal decidiu dividir as tarefas domésticas e familiares daquela maneira, quase todas as entrevistadas afirmaram que isso aconteceu de forma “natural”, “fluyente” ou “normal”; explicaram que não houve propriamente uma conversa sobre o assunto, que não ocorreu divisão nenhuma, comprovando a naturalização do papel feminino de cuidado do lar e da família.

*“Eu sempre tomei a decisão, nunca fui assim de esperar”.* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

*“Foi normal. Não teve divisão, fica eu fazendo.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

*“As coisas ficam lá sem fazer, então eu pego e vou fazer.”* (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos)

*“Na verdade, a gente vai tendo os filhos e a gente nem tá muito programando, aí vem o filho, acho que o tempo, acho que, eu penso assim, como ele trabalha, eu tenho que cuidar. Mas não teve nenhuma conversa, foi com o tempo mesmo, o dia a dia.”* (Telma, 39 anos, faxineira diarista, 3 filhas, de 15, 14 e 9 anos)

Não é, portanto, um tema que seja discutido a priori pelos casais pesquisados. Na realidade, costuma ser encarado como um pressuposto da relação entre homens e mulheres, é visto como um modelo pré-estabelecido, que até pode ser questionado quando se mostra injusto e insustentável, mas que é seguido à risca pela maioria. Os homens simplesmente não se responsabilizam por essas tarefas e as mulheres, tendo sido socializadas desde cedo para essas atividades, assumem-nas a princípio com certa naturalidade. Só quando se sentem sobrecarregadas, estressadas, estafadas é que os conflitos e as tensões afloram e elas começam a cobrar uma contribuição masculina maior.

*“Se tem uma toalha jogada lá no chão ou em cima da cama, eu falo, pô, meu, tira daí, aí ele olha pra minha cara, rindo, e diz, depois você tira, meu bem, deixa aí. É isso que me deixa ‘p’ da vida, né? Já aconteceu assim de dar vontade de largar tudo, aí, meu, vou largar essa porcaria do jeito que tá e pronto e vou sentar no sofá. Aí às vezes eu até finjo, né, olho lá, você não vai tirar a toalha da cama? E ele, não, deixa aí depois eu tiro ou você tira. Aí eu vou, me sento no sofá e fico lá. E aquela toalha, ela fica, você não vai me tirar? Você não vai me tirar? Eu fico zoando com ele, ela tá tirando sarro, tira ela daí. Mas eu fico pilhada, vou lá e tiro a toalha e estendo. Então, acho que isso, qualquer coisinha fora do lugar, eu vou lá e tenho essa mania de tá colocando. Ele até cobra de mim, você é muito... antecipa tudo. Mas eu não tenho muito saco, aprendi isso desde pequena, se meu pai pedisse uma coisa pra mim, uma caneta, tinha que adivinhar cinco segundos antes, tinha que adivinhar mesmo que ele queria essa caneta, né? Tinha que tentar dar uma de louca, toma, pai.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Entre as entrevistadas, somente em um caso houve propriamente uma conversa prévia do casal para debater o tema e acertar os termos da divisão de tarefas. Ainda assim, ela traçou limites bastante generosos em relação ao que não faria, deixando para ele somente tarefas que ela considerava degradantes de executar. Ela ainda avaliava que o

companheiro só havia aceitado essa divisão por já ter se acostumado a colaborar com o trabalho doméstico quando morava na casa da mãe dele.

*“Eu namorando com ele já falei pra ele: ‘ó, não lavo cueca, tem que me ajudar’. A gente conversou, fui morar com ele depois de três meses de namoro e deu certo. Até hoje tá dando certo. A gente sentou e conversou, porque até então na casa da mãe dele, ele é filho único, só que ele fazia de tudo na casa da mãe dele. (...) A mãe dele trabalhava, ele ficava em casa, quem fazia as coisas dentro da casa dele era ele.”* (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e de 4 anos e de 5 meses)

E Laura foi justamente a única entrevistada a dizer que tudo era dividido igualmente com o companheiro quanto ao trabalho doméstico e familiar, embora em termos de tempo isso não se confirmasse. Apesar de ter quatro filhos, também foi a única a relatar que às vezes conseguia sair para beber com os amigos do trabalho depois do expediente, e ainda jogava no time de futebol feminino de Paraisópolis, nos finais de semana, subvertendo papéis tradicionais de gênero. Portanto, aquela que ao menos afirmava certa igualdade dentro do casal, não constatada na prática, era quem conseguia realizar mais atividades que não eram voltadas para as outras pessoas da família, mas para si mesma – uma raridade entre as entrevistadas.

Por outro lado, nem todas se viam como tão responsáveis pelo sustento da casa quanto seus companheiros, reproduzindo ideias relacionadas ao papel do homem como provedor principal, como encarregado por exercer essa função, e o salário da mulher como complementar:

*“Eu tenho uma irmã que ela fala, a obrigação depois que você casa o marido é que tem que levar você. E eu falo pro meu marido, mulher é luxo, mulher e filho é luxo, tem que ter quem pode. Mas eu tenho a mania ruim, não gosto de pedir nada, não gosto de ficar dependente de nada. Então, ele mantém a filha dele e eu me mantenho, é assim.”* (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses)

Outra entrevistada afirmou que fazia questão de não deixar que o marido pensasse que ela estava tentando assumir o papel de provedora, porque isso poderia causar

constrangimentos a ele, e também porque não queria que ele perdesse a consciência de que tinha a obrigação de ganhar dinheiro para manter a família.

*“Já teve tempo que a gente precisou se equilibrar, ele tava desempregado, correndo atrás de alguma coisa e não conseguia nada. E aí eu conseguia fazer um bico aqui, outro acolá, porque comigo não tem muito fricote, não, tem ação. Eu ia atrás de tudo, tentava sempre tá ali cobrindo, tentando mostrar que eu não tava querendo tomar a rédea da situação. Porque fica meio chato a mulher bancando a casa. Apesar que hoje em dia é moderno isso. Mas eu tentava não perder o controle disso, mostrando pra ele que ele era obrigado a tá se esforçando um pouquinho pra poder ajudar também em alguma coisa.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Em seu depoimento, ela reclamou que o marido sequer se encarregava das tarefas consideradas masculinas, o que também era motivo de vergonha para ela na comunidade onde viviam.

*“Quantas vezes eu já me peguei em cima do telhado trocando telha, por ele não querer, eu troco depois, eu troco depois. E o medo da chuva vir molhar todo mundo dentro de casa. E as vizinhas, nossa, Rosalva, tá trepada, com a licença da palavra. Eu ficava tão indignada com a situação que eu dizia, pô, meu, eu tô trepada no pau da minha casa, não no do marido de vocês. Ficava estressada com isso, porque com o marido dentro de casa e você fazendo isso.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Essa fala mostra uma concepção tradicional da divisão sexual do trabalho bastante arraigada, já que Rosalva considerava embaraçoso tanto que as pessoas pensassem que ela estava sustentando a família, supostamente no lugar do marido, quanto que ela realizasse em público tarefas tipicamente masculinas, como o conserto da casa. Ainda mais porque, no caso narrado, o marido estava dentro de casa, cozinhando. Ou seja, a inversão dos papéis estabelecidos lhe causava grande desconforto, mesmo que isso significasse uma maior contribuição dele nos afazeres domésticos.

*“Aí causava um pouquinho desse conflito assim, tá vendo aí que bonito, o povo tirando sarro com você dentro de casa... E ele, mas eu tô fazendo a comida! Então lá é muito isso, é como se eu fosse o homem decidido em tudo, e ele, eu sempre falo pra ele, que ele tem espírito de mulher.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Ela conta, inclusive, que eles haviam combinado de dividir a educação dos filhos de acordo com o sexo, aparentemente para reforçar esses papéis tradicionais (mas ele não cumpriu o acordo):

*“A gente programou uma coisa. Ele falou, com as meninas, se Deus mandar filhas mulher pra gente, a responsabilidade da educação vai ser sua. Eu falei, ótimo, sem problema. E ele, se Deus mandar filho homem, a responsabilidade é minha pra educar, pra conversar tudo isso. (...) E ele sempre dessa maneira, sempre tenta fugir da história [de se encarregar da educação dos filhos homens], sempre tenta fugir da situação.”* (Rosalva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

Outra entrevistada, mãe de uma menina de quase dois anos, em uma linha diferente, afirmou que, se tivesse um filho homem, criaria “como uma menina” – para que não se transformasse em um “encosto” como seu marido.

*“Eu falava que se fosse um menino eu ia educar que nem uma menina, porque a gente pena, porque a mãe não educa direito os meninos lá atrás. A minha mãe é meio assim. Eu fico observando que isso é de mãe. Porque são três meninas e dois meninos [os netos que moram com sua mãe]. As meninas têm que carregar a casa nas costas, os meninos brincam, bagunçam, só sabem jogar bola. (...) E a minha mãe tem um, meu irmão caçula tem 21 anos, você vê que é muito paparicado, reclama que tá fazendo, mas faz. Não acho certo. Ou cria todo mundo igual ou não cria. Não pode ser, ah, porque é mulher tem que carregar a casa nas costas e homem tem que ser o bonequinho da casa. Não gosto disso, acho errado.”*



## Considerações finais

Quais são os efeitos da articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar sobre os usos do tempo das mulheres urbanas de baixa renda? De que maneira a divisão sexual do trabalho incide sobre as temporalidades cotidianas femininas nesse segmento social? E quais são as mudanças e permanências desse quadro nas últimas décadas, isto é, quais as transformações em curso e o que ainda apresenta resistências nesse âmbito? Essas são algumas das principais perguntas que o presente estudo buscou responder, a partir da pesquisa de campo realizada com mulheres inseridas no mercado de trabalho que vivem com seus companheiros e filhos na comunidade de Paraisópolis.

Esta investigação, tomando como cenário analítico a vida cotidiana, teve como fios condutores os conceitos de divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, desenvolvidos por Hirata e Kergoat, a noção de dupla presença feminina (Balbo, 1994), que se refere à complexa articulação entre essas duas esferas contraditórias, e a noção de tempo como categoria analítica – um elemento central nas relações de poder, que permite explicitar as desigualdades entre homens e mulheres na vida cotidiana.

A partir dos dados fornecidos pelas pesquisas de usos do tempo já levadas a cabo no Brasil, buscou-se mostrar as especificidades desse grupo social particularmente afetado pela dupla carga de trabalho, qualificando e complementando as informações já existentes, por meio das vivências, experiências e representações subjetivas das múltiplas temporalidades sociais. O presente estudo revela que algumas questões permanecem imutáveis há décadas, mas também fornece pistas a respeito de transformações que podem estar se iniciando.

Os depoimentos analisados nesta investigação mostram que a vida cotidiana das mulheres em questão está tomada pelos tempos de trabalho, sejam eles gratuitos ou remunerados, em casa ou fora dela, sobrando pouco espaço para outras temporalidades sociais. Tempos que se sobrepõem e se opõem, que conflitam entre si, em uma rotina exaustiva e exasperante. A consubstancialidade e a coextensividade (Kergoat, 2010) de relações de sexo e de classe desfavoráveis provocam efeitos perversos na vida cotidiana dessas mulheres. Entre eles, a falta de autonomia na organização do tempo, orientado pela

necessidade dos outros: expropria-se o tempo feminino de diferentes maneiras em benefício direto ou indireto dos homens.

Continuam recaindo quase exclusivamente sobre elas as tarefas domésticas e familiares e as dificuldades em tentar harmonizá-las com a vida profissional, embora contribuam de forma significativa com a renda familiar. São longas jornadas de trabalho para a família, em tarefas que ainda poderiam se expandir por muito mais tempo, caso elas dispusessem de mais horas para isso. De acordo com o presente estudo, essa disponibilidade permanente (Chabaud-Rychter et al, 1985) exigida pelo trabalho doméstico e de cuidados somada ao tempo de trabalho profissional resulta em falta de tempo para outras atividades da vida cotidiana: estudos, descanso, cuidado de si, lazer, convivência com familiares e amigos, e até mesmo com os filhos e o marido.

A sobrecarga de trabalho é evidente, com consequências para a saúde e o bem-estar dessas mulheres, que se esforçam para enfrentar as tensões de dois mundos contraditórios. A sensação de fracasso e a vontade de abandonar tudo aparecem em diferentes momentos, e são visíveis os efeitos negativos dessas obrigações sobre a trajetória profissional. Em empregos mais precários e com salários mais baixos, elas perdem poder para negociar a divisão de tarefas dentro do casal. No entanto, a pesquisa mostra que, em geral, essas mesmas mulheres afirmam gostar de trabalhar e não querem abandonar seus empregos para se dedicar aos afazeres domésticos e familiares, ainda que isso nem sempre seja possível, principalmente na presença de crianças pequenas.

Nesse sentido, a dupla presença aparece, em certa medida, como se fosse a única alternativa para muitas dessas mulheres que não apenas precisam, mas querem resistir ao papel doméstico exclusivo previsto para elas na tradicional divisão sexual do trabalho. É uma situação que muitas vivenciam com resignação, como se não houvesse outra forma de organizar o cotidiano. Frente à resistência masculina para alterar a distribuição de tarefas, elas tentam equilibrar esses dois mundos, buscando manter-se no mercado de trabalho e assegurar sua independência financeira e sua presença no mundo público.

Ao longo deste estudo analisamos uma série de estratégias desenvolvidas por elas para lidar com a impossibilidade de conciliar efetivamente esses dois mundos. A principal e mais conhecida é a formação de redes femininas de solidariedade: a constituição de um grupo de mulheres que em determinados momentos possam substituí-las, remuneradamente

ou não, em algumas tarefas, em especial nas de cuidado. Por mais que os afazeres domésticos em si já constituam uma carga considerável em seus cotidianos, a chegada dos filhos torna mais complexa a articulação entre essas duas esferas e faz necessário esse tipo de arranjo. Como vimos, elas próprias fazem parte das redes de apoio de outras mulheres, em um circuito de troca (Chabaud-Rychter et al, 1985) que exclui os homens e mantém esse trabalho como função do grupo social das mulheres, aprofundando as desigualdades de gênero.

Para além dessa estratégia, outras foram analisadas ao longo desta investigação: a realização de uma multiplicidade de tarefas cotidianas, em sequência ou sobrepostas; a intensificação do ritmo de realização das atividades; a redução ou a flexibilização da jornada de trabalho remunerado; a preferência por trabalhar para empregadoras mulheres, que teoricamente compreenderiam melhor essas questões; a priorização de trabalhos perto do local de moradia; a diminuição das horas de sono, acentuando o cansaço diário; a pressão para que seus maridos trabalhem menos em âmbito profissional.

Também foram identificadas estratégias que se valem da elasticidade do trabalho doméstico e familiar, entre elas o adiamento de tarefas que são consideradas prescindíveis, difíceis, cansativas, e que consomem muito tempo, como passar roupa; a redução do padrão de limpeza, que costuma ser bastante rigoroso nesses domicílios; a compra de eletrodomésticos para gastar menos tempo com os afazeres da casa. Uma economia que, no entanto, pode ser revertida em horário disponível para atender a novas demandas, por causa da relação de disponibilidade permanente entre as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e as demais pessoas da família (Ávila, 2009a). A colaboração por parte dos maridos, por outro lado, não constitui efetivamente uma estratégia para lidar com a dupla presença. Em geral, a participação masculina nessas atividades pode ser definida como uma “ajuda” marginal, pontual, circunstancial, complementar, opcional e pouco significativa, frente ao volume de trabalho que precisa ser realizado todos os dias para garantir o bem-estar das pessoas da casa. Raramente o trabalho doméstico e familiar é feito como obrigação primária deles, pelo contrário, sua cooperação é considerada como uma espécie de concessão, favor, auxílio ou benevolência em relação a suas mulheres, as verdadeiras responsáveis por essas tarefas. Disso se conclui que a participação dos homens no trabalho doméstico e familiar não implica para eles as mesmas limitações temporais e espaciais que

para as mulheres, isto é, a disponibilidade permanente para essas atividades continua sendo exclusivamente feminina. A contribuição masculina costuma estar concentrada nos finais de semana e ocorrer em situações específicas, quando elas saem, quando estão muito ocupadas com outras tarefas domésticas, quando os pressionam, quando eles têm bastante tempo disponível. Nos momentos em que estão desempregados, sua participação é mais substancial no dia a dia e ocorre uma divisão um pouco mais igualitária, aliviando a sobrecarga feminina. Em grande medida, a cooperação masculina aparece como uma espécie de “último recurso” do qual elas lançam mão em momentos de apuro, de extrema sobrecarga, de imprevistos, quando precisam de ajuda urgente ou repentina.

Ainda assim, em poucos casos essa colaboração é considerada irrelevante pelas mulheres. Por mais que não seja sistemática, a participação masculina é valorizada e reconhecida por elas, por aliviar uma pequena parte da carga de afazeres domésticos e de cuidado que conformam o cotidiano estressante dessas trabalhadoras. Também apontado em outras pesquisas recentes, esse sutil aumento da participação masculina mostra uma mudança ocorrida nas últimas décadas. Tem crescido significativamente a porcentagem de homens que contribuem com os afazeres domésticos e familiares nos lares brasileiros: atualmente, mais da metade dos que trabalham remuneradamente colaboram nesse âmbito (Bruschini e Ricoldi, 2010). O tempo dedicado a essas tarefas, no entanto, como vimos, se mantém estável ao longo dos anos e muito inferior ao feminino. Como entre as mulheres a tendência recente tem sido a de reduzir as horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados, a carga masculina vem se tornando mais importante para o bem-estar das famílias, em particular para as de baixa renda.

A ligeira transformação da postura masculina em relação a esses afazeres é insuficiente e excessivamente lenta, incompatível com as mudanças sociais em curso nas últimas décadas – isto é, com a entrada massiva das mulheres no mundo produtivo, um mundo cada vez mais exigente em termos de disponibilidade temporal. Não se evidencia, portanto, que esteja em curso uma efetiva alteração do comportamento masculino rumo à corresponsabilidade; assim, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar mantém seu padrão.

Em certos momentos, existe resistência a mudanças nessa área também por parte de algumas mulheres, como vimos ao longo deste estudo. Quando, por alguma circunstância

laboral, a divisão se torna mais igualitária com seus companheiros, muitas vezes elas recuam, fazem ajustes em sua vida cotidiana para continuar assumindo a quase totalidade dessas tarefas – por considerarem, em grande medida, que são de sua responsabilidade.

Por outro lado, os intensos conflitos entre homens e mulheres identificados neste estudo, relacionados à distribuição das tarefas domésticas e de cuidados em alguns domicílios, são uma novidade em relação ao que mostram pesquisas mais antigas. Nota-se um crescimento da tensão em torno dessas questões, gerando constantes cobranças e brigas, o que muitas vezes aumenta o desgaste provocado pela dupla presença. Com as mulheres adentrando cada vez mais o mercado de trabalho e a crescente influência do discurso igualitário, o estresse e a fadiga causados pela dupla presença provocam em muitas delas um forte senso de injustiça. Diante da resistência masculina no que concerne à repartição dessas tarefas, aumentam as discussões conjugais, as reclamações e o questionamento dessa “obrigação” exclusivamente feminina, que elas percebem como limitante para sua própria trajetória profissional. Em décadas anteriores, esses conflitos quase sempre eram silenciados, ao passo que atualmente, por mais que muitas ainda prefiram ocultá-los, a tendência é que sejam bem mais explícitos.

A ampliação dos conflitos pode ser interpretada como um sinal de que pode haver uma mudança em curso. A progressiva inconformidade feminina com a tradicional divisão sexual do trabalho doméstico e familiar resulta em fortes pressões sobre os privilégios masculinos, na tentativa de alterá-la.

Essa contestação, no entanto, nem sempre surte os efeitos desejados: muitos maridos ficam completamente indiferentes a essas cobranças e discussões, e não é raro que as deixem falando sozinhas, em uma clara relação assimétrica de poder dentro dos casais. Isso leva a pensar que, para eles, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar é um fato tão estabelecido que sequer é digno de debate ou de questionamento, ou que há um temor de que essa configuração possa se alterar.

A divisão igualitária do trabalho doméstico e familiar entre homens e mulheres é um passo fundamental no sentido de eliminar as desigualdades de gênero. Contudo, não constituiria uma transformação suficiente para acabar com as dificuldades e tensões cotidianas geradas pela articulação entre vida profissional e familiar. Mesmo que homens e mulheres compartilhassem igualmente essas tarefas em casa, ainda haveria uma série de

questões a serem solucionadas, principalmente no que diz respeito ao cuidado das crianças. Ainda mais em tempos em que o trabalho remunerado exige cada vez mais disponibilidade temporal das pessoas.

Na atual organização de nossa sociedade, e na ausência de políticas sociais nesse sentido, para que pais e mães trabalhem remuneradamente ainda é necessária a existência de pessoas fora dos constrangimentos do tempo produtivo – o tempo dominante. Em geral, são mulheres: aposentadas, donas de casa, desempregadas, adolescentes, que fazem parte da família ou da comunidade, e que realizam essas tarefas de forma gratuita ou recebendo poucas remunerações. A dependência em relação a essa ajuda feminina provoca uma sensação de insegurança e instabilidade em relação à permanência no trabalho remunerado para as mulheres de baixa renda, mas não para os homens.

Por isso, reafirmamos aqui o caráter eminentemente político dos tempos individuais e sociais, e enfatizamos a necessidade de colocar essa questão no centro do debate público. Afinal, não se trata simplesmente de conflitos e dificuldades individuais ou familiares, mas de um assunto coletivo, que diz respeito a todos e todas. Atualmente, as soluções privadas escamoteiam a dimensão do problema e colocam sobre as mulheres a responsabilidade de conciliar o inconciliável, reforçando a tradicional divisão sexual do trabalho.

O papel do Estado nesse sentido é fundamental, por meio de políticas públicas que busquem mudar a organização dos tempos vigente nas sociedades urbanas e industriais, as chamadas políticas de tempo (Torns et al, 2007), levando em conta o viés sexuado de seus usos no dia a dia. Cabe ao Estado aplicar medidas que promovam a igualdade de gênero e o bem-estar de homens e mulheres, reestruturando as temporalidades cotidianas em uma valorização da multiplicidade dos tempos sociais.

Para combater os efeitos negativos da dupla presença feminina, de acordo com os depoimentos desta investigação, é imprescindível que o Estado garanta vagas em creches públicas e em escolas de educação infantil a todas as crianças, uma reivindicação histórica do movimento feminista. Também deve oferecer uma educação pública de qualidade em tempo integral nas escolas, com horários compatíveis com os laborais. Deve assegurar o direito à saúde, com atendimento ágil e próximo ao local de moradia. Além disso, deve oferecer equipamentos públicos que contribuam para o compartilhamento social das tarefas domésticas, como cozinhas comunitárias, restaurantes e lavanderias populares. Os serviços

de atenção às pessoas idosas também são essenciais para diminuir a sobrecarga de trabalho que hoje recai sobre as mulheres.

Outras medidas importantes estão relacionadas aos tempos da cidade, muitas vezes incompatíveis com o trabalho remunerado. Entre elas, a ampliação e a reorganização dos horários dos serviços, a desburocratização dos procedimentos administrativos, para reduzir o tempo consumido neles, melhorias no transporte público, para facilitar e agilizar a mobilidade das pessoas, e a descentralização geográfica dos locais de atendimento à população e das áreas de lazer.

São imprescindíveis ainda políticas públicas que visem diminuir a importância do tempo produtivo e revalorizar as atividades domésticas e de cuidado, fundamentais para a sustentabilidade da vida humana. A redução global da jornada de trabalho, a limitação das horas extras, a reestruturação das licenças maternidade e paternidade, a concessão de licenças laborais ao longo da vida, que permitam enfrentar imprevistos pessoais e familiares, são algumas medidas que podem favorecer uma divisão mais igualitária da carga total de trabalho e uma maior disponibilidade de tempo livre para todos e todas. Com isso, poderia haver um equilíbrio maior entre a multiplicidade de tempos sociais, de grande importância para uma vida cotidiana plena.

É preciso, portanto, repensar as temporalidades cotidianas a partir de uma perspectiva feminista e tomar medidas concretas para transformar os usos sociais do tempo, a fim de promover uma maior igualdade entre homens e mulheres e o bem-estar de toda a população.



## Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. “Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?”, em HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007.

AGUIAR, Neuma. “Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira”. *Política & Trabalho*, n. 34, abril de 2011, pp.73-106.

\_\_\_\_\_. “Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana do Brasil”. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, junho 2010, pp 64-82.

AGUIAR, Neuma; CYRINO, Rafaela. “A articulação entre trabalho doméstico e assalariado: o caso das mulheres executivas”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

AGUIRRE, Rosario; GARCÍA, Cristina; CARRASCO, Cristina. *El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad*. Santiago do Chile: Cepal, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Ângela. “Informalidade e relações de gênero”, em GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Anablume, 2012.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. “Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil”, em ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Emília Rodrigues. "A Política de Tempos: elementos para uma abordagem sociológica". *Política e Trabalho*, n. 34, 2011, pp. 19-40.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. “O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 6 (1-2), 1994, pp. 91-105.

ÁVILA, Maria Betânia. *O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009(a).

\_\_\_\_\_. “Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo”, em *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano III, n. 2, dez. 2009(b).

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014.

BALBO, Laura. “La doble presencia”, em BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen. *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona-Madri: Fuhem-Icaria, 1994, pp. 505-513.

BANDEIRA, Lourdes; PRETURLAN, Renata. “As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil”. Artigo apresentado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres na 35ª Conferência da IATUR. Rio de Janeiro, de 07 a 09 de agosto de 2013. Disponível em:

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/as-pesquisas-sobre-uso-do-tempo-e-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-brasil/>

BESSIN, Marc. “Le temps, une question de pouvoir”. *Mouvement*, n. 2, jan-fev, 1999, pp. 47-54. Disponível em:

[http://www.millenaire3.com/uploads/tx\\_reesm3/textes\\_bessin.pdf](http://www.millenaire3.com/uploads/tx_reesm3/textes_bessin.pdf)

BESSIN, Marc; GAUDART, Corinne. “Les temps sexués de l’activité : la temporalité au principe du genre?”. *Temporalités*, setembro de 2009. Disponível em:

<http://temporalites.revues.org/979>

BLOFIELD, Merike; MADALOZZO, Regina. “Balancing work and care: maternalism and co-responsibility in low-income families”. *VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho*. São Paulo, 02 a 05 de julho de 2013.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen (orgs.). *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona-Madri: Fuhem-Icaria, 1994.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina. “Introducción: Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas”, em BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen (orgs.). *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona-Madri: Fuhem-Icaria, 1994.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

\_\_\_\_\_. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-1995)”, em ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 13-58.

\_\_\_\_\_. “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?”. *R. bras. Est. Pop.*, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006, pp. 331-353.

\_\_\_\_\_. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 537-572.

\_\_\_\_\_. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: FCC e Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

\_\_\_\_\_. “Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, jan/abr 2009, pp. 93-123.

\_\_\_\_\_. *Reverso estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico*. São Paulo: FCC/DPE, 2010.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa; MERCADO, Cristiano; RICOLDI, Arlene. “Trabalho, renda e políticas sociais”, em BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, pp. 142-177.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa. “A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, São Paulo/Campinas: Fundação Carlos Chagas, julho de 2000, pp. 67-104.

CARDOSO, Ana Cláudia. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Anablume, 2009.

CARRASCO, Cristina. “¿Conciliación? No, gracias. Hacia una nueva organización social”, em AMOROSO, María Inés et al., *Malabaristas de la vida. Mujeres, tiempos y trabajos*. Barcelona: Icaria, 2003, pp.27-51.

\_\_\_\_\_. “Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina”. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. 108, 2009, pp. 45-54.

\_\_\_\_\_(org.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2001.

\_\_\_\_\_. “Hacia una nueva metodología para el estudio del tiempo y el trabajo”. *Taller Internacional Cuentas Nacionales de Salud y Género CEPAL*. Santiago do Chile, 18 e 19 de outubro de 2001.

CARRASCO, Cristina et al. *Tiempos, trabajos y flexibilidad: una cuestión de género*. Madri: Instituto de la Mujer, 2003.

CARRASQUER, Pilar. *La doble presencia. El trabajo y el empleo femenino en las sociedades contemporáneas*. Barcelona: Tese de doutorado da Universidad Autónoma de Barcelona, 2009.

CARRASQUER, Pilar; TORNS, Teresa; TEJERO, Elisabet; ROMERO, Alfonso. “El trabajo reproductivo”. *Papers*, n. 55, 1998, pp. 95-114.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”, em COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992, pp. 216-251.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. “A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 23 a 26 de agosto, 2010.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; SONTTHONNAX, Françoise. *Espace et temps du travail domestique*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

CHADEAU, Ann; FOUQUET, Annie. “Peut-on mesurer le travail domestique?”. *Economie et statistique*, n. 136, setembro de 1981.

COLECTIVO IOE. *Tiempo social contra reloj. Las mujeres y la transformación en los usos del tiempo*. Madri: Instituto de la Mujer, 1996.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. *Relações sociais de sexos e de classes*, em KARTCHEVSKY, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 23-43.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CYRINO, Rafaela. “Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, pp. 66-92.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Tempo, trabalho e gênero*. Campinas: IE/Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. “Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres”, em COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila, BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero – Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 279-297.

DELFINO, Andrea. “La metodología de uso del tiempo: sus características, limitaciones y potencialidades”. *Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 18, n. 2, abril-junho, 2009, pp. 199-218.

DEVREUX, Anne Marie. “A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, set/dez 2005, p. 561-584.

DUARTE, Rosália. “Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, março de 2002.

DURÁN, María Ángeles. *El valor del tiempo*. Madri: Espasa Calpe, 2006.

\_\_\_\_\_. “Los tiempos de la ciudad”. *Política y Sociedad*, n. 25, 1997, pp. 119-133.

\_\_\_\_\_. *La ciudad compartida: Conocimiento, afecto y uso*. Santiago do Chile: Ediciones Sur, 2008.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FONTOURA, Natália; PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; VASCONCELOS, Márcia. “Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal”. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, junho 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. “Trabalho doméstico”, em HIRATA et al (orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 256-262.

FREITAS, Tais Viudes. *Entre o tempo da produção econômica e o da reprodução social: a vida das teleoperadoras*. Campinas: Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, 2010.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GROSSIN, William. *Pour une science des temps. Introduction à l'écologie temporelle*. Toulouse: Éditions Octares, 1996.

HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista”, *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004, pp. 201-246.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HIRATA, Helena. “Globalização e divisão sexual do trabalho”. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, 2001/2002, pp. 139-156.

\_\_\_\_\_. “A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, pp. 24-41.

\_\_\_\_\_. “Divisão sexual do trabalho: o estado das artes”, em HIRATA, Helena, *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 273-289.

\_\_\_\_\_. “Teorias e práticas do *care*: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate”, em FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010, pp. 42-56.

\_\_\_\_\_. “Trabalho doméstico: uma servidão voluntária?”, em: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp. 43-54.

HIRATA, Helena (org.). *Mercado de Trabalho e Gênero – Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 279-297.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 595-609.

\_\_\_\_\_. “Relações sociais de sexo e psicopatologia do trabalho”, em HIRATA, Helena, *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 233-255.

\_\_\_\_\_. “A divisão sexual do trabalho revisitada”, em MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

\_\_\_\_\_. “A classe operária tem dois sexos”. *Estudos Feministas*, ano 2, São Paulo, n. 1/94, 1994, pp. 93-99.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. “O conceito de trabalho”, em EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, pp. 65-70.

IBGE. “IBGE divulga indicadores sociais sobre a mulher”. *Comunicação Social*, 07/03/2002. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/07032002mulher.shtm>.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais. Primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira, 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPEA. “Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero”. *Comunicados IPEA*, n. 149, 23 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4a ed. Brasília: IPEA, ONU, SPM e SEPIR, 2011.

IZQUIERDO, María Jesús. “Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia una política democrática del cuidado”. *Congreso Cuidar Cuesta: costes y beneficios del cuidado*. Instituto Vasco de la Mujer, San Sebastián, 13-14 de outubro, 2003.

\_\_\_\_\_. “Lo que cuesta ser hombre: costes y beneficios de la masculinidad”. *Congreso Sare, “Masculinidad y vida cotidiana”*. Emakunde, San Sebastián, 5 de novembro de 2007.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, em HIRATA et al (orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 67-75.

\_\_\_\_\_. “A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão”. *Pro-Posições*, v. 13, n. 1 (37), jan/abr de 2002, pp. 47-59.

\_\_\_\_\_. “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”, em KARTCHEVSKY, André et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 79-93.

\_\_\_\_\_. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos estudos Cebrap*, n. 86, São Paulo, março de 2010.

LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madri: Alianza Editorial, 1972.

LEGARRETA, Matxalen. “El tiempo donado en el ámbito doméstico. Reflexiones para el trabajo doméstico y los cuidados”. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 26, n. 2, 2008.

LEJEALLE, Catherine. “Le mobile professionnel: un outil de conciliation ou de confinement dans la charge du care pour les femmes cadres?”. *Temporalités*, setembro de 2009. Disponível em: <http://temporalites.revues.org/1010>

LOYOLA, Maria Andréa; ABUJAMRA, Márcia. “A divisão sexual do trabalho doméstico”. *Cadernos Cebrap*, 1985.

MACHADO, Maíra Saruê. “Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação?”, em ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. “Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?”. *Estudos Feministas*, vol. 18, n. 2, 2010, pp. 547-566.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2008.

MARUANI, Margaret; ROGERAT, Chantal; TORNS, Teresa (orgs.). *Las nuevas fronteras de la desigualdad. Hombres y mujeres en el mercado de trabajo*. Barcelona: Icaria, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉDA, Dominique. *El Tiempo de las mujeres: conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres*. Madri: Instituto de la Mujer, 2002.

MELO, Hildete; CONSIDERA, Cláudio; DI SABBATO, Alberto. “Os afazeres domésticos contam”. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 3 (31), dez. 2007, pp. 435-454.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O feminismo político do século XX”. *Margem esquerda – Ensaios Marxistas*. São Paulo: Boitempo, n. 9, 2007, pp. 129-143.

\_\_\_\_\_. “Pós-modernismo, marxismo e feminismo”. *Margem esquerda – Ensaios Marxistas*. São Paulo: Boitempo, n. 2, 2003, pp. 95-111.

NEUBERT, Luiz Flávio; AGUIAR, Neuma. “A relação entre gênero e o tempo de lazer entre os indivíduos economicamente ativos na capital mineira”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARELLA, Sonia. “Las migraciones femeninas y la internacionalización de la reproducción social. Algunas reflexiones”, *Quaderns de la Mediterrània*, n. 7, IEMed, 2007, pp. 149-154.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PICCHIO, Antonella. “La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida”, em CAIRÓ, Gemma; MAYORDOMO, Maribel (orgs.). *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria, 2005, pp. 17-34.

\_\_\_\_\_. “Un enfoque macroeconómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”, em CARRASCO, Cristina (ed.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2001.

POSTHUMA, Anne Carolinne; LOMBARDI, Maria Rosa. “Mercado de trabalho e exclusão da força de trabalho feminina”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 11, n. 1, pp.124-131, 1997.

POUPART, Jean. “A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas”, em POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRATS, María; GARCÍA, María Dolores; CANOVES, Gemma. *Las mujeres y el uso del tiempo*. Madri: Instituto de la Mujer, 1995(a).

\_\_\_\_\_. “El uso del tiempo en la ciudad. Un enfoque cualitativo y de género”. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n. 14, 1995(b), pp. 63-78.

RAMOS, Daniela. “Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): pp. 861-870, setembro-dezembro/2009.

RAMOS, María Dolores. “La medida del mundo. Arquitectura de una investigación en Andalucía”, em CARRASCO, Cristina (org.). *Tiempos, trabajos y género*, Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2001, pp.169-185.

RUBIN, Gayle. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, tradução de Júlio Simões do artigo originalmente publicado em: REITER, Rayna (org.): *Toward an Anthropology of Women*. Nova York, Monthly Review, 1973.

SAINZ, Cristina García. “Aspectos conceptuales y metodológicos de las encuestas de uso del tiempo en España”, em AGUIRRE, Rosario; GARCÍA, Cristina; CARRASCO, Cristina. *El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad*. Santiago do Chile: Cepal, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

\_\_\_\_\_. “Rearticulando gênero e classe social”, em COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SCOTT, Joan. “A mulher trabalhadora”, em DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres: o século XIX* (vol. 4). Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 443-475.

\_\_\_\_\_. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, pp. 5-22.

SEGNINI, Liliana R. P. “Feminização do trabalho bancário”, em BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 89-110.

SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lúcia. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SOS Corpo; Data Popular. *Pesquisa: Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente*. 2013.

SORJ, Bila. “Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado”, em VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004(a), pp. 107-119.

\_\_\_\_\_. *Reconciling work and family; issues and policies in Brazil*. Genebra: International Labour Office, 2004(b).

\_\_\_\_\_. “Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, vol. 43, n. 149, pp. 478-491.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle. “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set/dez 2007, pp. 573-594.

SOUZA, Márcio Ferreira de. *A percepção do tempo na vida cotidiana sob a perspectiva de gênero: o dia-a-dia em Belo Horizonte*. Tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. “As pesquisas de usos do tempo na UFMG e suas articulações com a dimensão de gênero”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.

SOUZA, Márcio Ferreira de; NEUBERT, Luiz Flávio; AGUIAR, Neuma. “Múltiplas temporalidades de referência: estudo da percepção de usos do tempo sob a perspectiva de gênero”. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Campinas, 1 a 5 de setembro de 2003.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SZALAI, Alexander (org.). *The Use of Time: Daily Activities of Urban and Suburban Populations in Twelve Countries*. Den Haag: Mouton, 1972.

THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial”, em THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Schwarz, 1998.

TOBÍO, Constanza. *Madres que trabajan: dilemas y estrategias*. Madri: Ediciones Cátedra, 2005.

TORNS, Teresa. “El trabajo y el cuidado: cuestiones teórico-metodológicas desde la perspectiva de género”. *Empiria - Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 15, 2008, pp. 53-73.

\_\_\_\_\_. “El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad, em: CARRASCO, Cristina. *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: UB, 2001, pp. 133-147.

TORNS, Teresa; BORRÁS, Vicent; CARRASQUER, Pilar. “La conciliación de la vida laboral y familiar, ¿Un horizonte posible?”. *Sociología del Trabajo*, n. 50, 2003, pp. 111-137.

TORNS, Teresa; MIGUÉLEZ, Fausto (orgs.). *Temps i ciutat*. Barcelona: Consell Econòmic i Social de Barcelona, 2000.

TORNS, Teresa; BORRÀS, Vicent; MORENO, Sara. “Las políticas de conciliación: políticas laborales versus políticas de tiempo”. *Papers*, n. 83, 2007, pp. 83-96.

TRONTO, Joan. "Time's place". *Feminist Theory*, vol. 4, 2003, pp. 119-138.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma; DIAS, Renata. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. Fundação Perseu Abramo e SESC, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>.

YOUNG, Iris M. “Lived body vs. Gender. Reflections on Social Structure and Subjectivity”, em YOUNG, Iris M. *On Female Body Experience. Throwing like a girl and other essays*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005, pp.24-38.



## **Anexos**

### **Anexo I - Roteiro para as entrevistas**

Data da entrevista \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Local da entrevista:

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

QUANTOS FILHOS:                      IDADE DOS FILHOS:

PESSOAS COM QUEM RESIDE:

ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

RENDA FAMILIAR:

1. Em que você trabalha atualmente? Qual seu vínculo empregatício?
2. Quantas horas por semana você trabalha? Em que horário?
3. Seu horário de trabalho é fixo ou varia de uma semana para outra?
4. Você pode descrever o que você faz no seu trabalho?
5. Quais foram seus trabalhos anteriores? Conte um pouco da sua trajetória profissional.
6. Nos seus trabalhos anteriores, você trabalhava mais horas ou menos horas?
7. Por que você saiu do seu último trabalho?
8. Em que seu companheiro/namorado/marido trabalha?
9. Quantas horas por semana ele trabalha?
10. O horário de trabalho dele é fixo ou varia de uma semana para outra?

11. Quem é a principal fonte de renda entre as pessoas que vivem na sua casa?
12. Em outro momento, outra pessoa já foi a principal fonte de renda da casa?
13. Quais são as principais atividades realizadas quando você não está no trabalho (incluindo lazer, atividades culturais, de militância, educação, atividades domésticas, familiares, etc)?
14. Quando é seu dia de folga? O que você faz nele?
15. Quando é o dia de folga do seu companheiro/namorado/marido? O que ele faz nesse dia?
16. Quem é a principal pessoa responsável pelos afazeres domésticos na sua casa? Por quê?
17. Além dessa pessoa, alguém mais contribui na realização dos afazeres domésticos e no cuidado de pessoas dependentes, como crianças e pessoas idosas? De que forma?
18. Alguma parte dos afazeres domésticos é realizada por alguém que não vive na casa? Se sim, quais tarefas? Se sim, quem é essa pessoa? Se sim, esse trabalho é feito de forma remunerada ou voluntária?
19. Quantas horas por semana você diria que se dedica aos afazeres domésticos ou ao cuidado de crianças e pessoas idosas?
20. Quais são os principais afazeres domésticos que você realiza?
21. De que forma especificamente seu companheiro/namorado/marido contribui nas atividades domésticas e familiares? Quais são as atividades que ele costuma realizar? Quantas horas por semana você diria que ele gasta nesses afazeres?
22. Em algum momento, os afazeres domésticos ou o cuidado de crianças e pessoas idosas interferiram no seu trabalho remunerado? Se sim, de que forma?
23. Em algum momento da sua vida você já pensou em abandonar ou teve que abandonar seu trabalho remunerado por causa dos afazeres domésticos e do cuidado de crianças e pessoas idosas?
24. Em algum momento da sua vida profissional você já sentiu que um(a) chefe(a) ficou incomodado(a) com a necessidade de você se dedicar aos afazeres domésticos e familiares? Isso já te prejudicou profissionalmente de alguma forma?
25. Quando você vai mudar de trabalho, essas atividades domésticas e familiares interferem de alguma forma na sua escolha?

26. Você sente que seu trabalho remunerado atrapalha de alguma forma na realização dos afazeres domésticos e no cuidado de outras pessoas? Se sim, de que forma?
27. Você já se sentiu culpada por não ter tempo para essas atividades domésticas e familiares? Por quê?
28. Como você e seu companheiro/namorado/marido se organizam para conciliar o trabalho remunerado e o cuidado da casa e das crianças?
29. Você já precisou faltar no trabalho por causa de algum imprevisto em casa? Qual imprevisto? E o seu companheiro/namorado/marido?
30. E quando acontece algum imprevisto no seu trabalho e é necessário ficar até mais tarde ou chegar mais cedo, o que você faz?
31. A quem vocês costumam recorrer para cuidar de seu(s) filho(s)/sua(s) filha(s)?
32. Quando um(a) filho(a) de vocês fica doente, o que vocês fazem? Quem fica em casa para cuidar dele(a)? Por quê?
33. Você considera que o trabalho doméstico e familiar está dividido de forma adequada entre as pessoas que vivem na sua casa?
34. Como vocês decidiram que o trabalho doméstico seria dividido dessa forma entre vocês?
35. Você concorda ou discorda dessa divisão?
36. Você concorda ou discorda que o trabalho doméstico seja função das mulheres?
37. Alguma mudança no seu trabalho remunerado ou no dele já alterou de alguma forma essa divisão? Como?
38. Essa divisão do trabalho doméstico e familiar em algum momento causou algum conflito entre você e seu companheiro/namorado/marido?
39. Alguma vez vocês já discutiram sobre isso? E com outras pessoas que vivem na casa?
40. Os afazeres domésticos e familiares causam algum tipo de tensão na sua vida cotidiana?
41. Quais as principais dificuldades que você encontra para conciliar essas duas atividades: o trabalho remunerado e os afazeres da casa e da família?

42. Alguma das atividades que você realiza no seu dia a dia é feita de forma muito intensa?
43. Você considera seu cotidiano tranquilo ou cansativo?
44. Quais atividades te deixam mais cansada no seu dia a dia?
45. Você já se sentiu sobrecarregada por excesso de atividades? Se sim, em algum momento essa sobrecarga afetou seu trabalho remunerado?
46. No seu cotidiano, falta tempo para fazer alguma coisa?
47. Se você tivesse mais tempo disponível para você, a que dedicaria esse tempo?
48. Você estuda? Se sim, o que você estuda? Se não, gostaria de estudar? Se gostaria, por que não estuda?
49. Você tem tempo para se divertir? O que você faz para se divertir?
50. Você tem tempo suficiente para conviver com seus amigos, amigas, familiares e com seu companheiro?
51. O que você acha que precisaria ser feito para mudar essa situação?
52. De que forma os governos (estado, prefeitura) poderiam contribuir para que você tivesse mais tempo para as coisas que você quer fazer, para que sua vida fosse menos cansativa, para que você pudesse organizar melhor sua vida cotidiana?
53. E a empresa em que você trabalha, como poderia contribuir nisso?
54. Você gostaria de fazer mais algum comentário?

## Anexo II - Diário de usos do tempo

Nome:

Dia da semana:

Data:

<b>Hora</b>	<b>Atividade principal</b>	<b>Atividade secundária</b>	<b>Onde</b>	<b>Com quem</b>
<b>5:00</b>				
<b>5:30</b>				
<b>6:00</b>				
<b>6:30</b>				
<b>7:00</b>				
<b>7:30</b>				
<b>8:00</b>				
<b>8:30</b>				
<b>9:00</b>				
<b>9:30</b>				
<b>10:00</b>				
<b>10:30</b>				
<b>11:00</b>				

<b>11:30</b>				
<b>12:00</b>				
<b>12:30</b>				
<b>13:00</b>				
<b>13:30</b>				
<b>14:00</b>				
<b>14:30</b>				
<b>15:00</b>				
<b>15:30</b>				
<b>16:00</b>				
<b>16:30</b>				
<b>17:00</b>				
<b>17:30</b>				
<b>18:00</b>				
<b>18:30</b>				
<b>19:00</b>				

<b>19:30</b>				
<b>20:00</b>				
<b>20:30</b>				
<b>21:00</b>				
<b>21:30</b>				
<b>22:00</b>				
<b>22:30</b>				
<b>23:00</b>				
<b>23:30</b>				
<b>00:00</b>				
<b>00:30</b>				
<b>01:00</b>				
<b>01:30</b>				
<b>02:00</b>				
<b>02:30</b>				

<b>03:00</b>				
<b>03:30</b>				
<b>04:00</b>				
<b>04:30</b>				

### Anexo III – Tabela 1. Perfil das entrevistadas

Nome fictício	Idade	Estado civil	No. de filhos	Idade dos filhos	Pessoas com quem reside	Escolaridade	Profissão	Profissão do cônjuge	Renda familiar total/per capita, em R\$
1 – Júlia	25	Casada	1	1 ano	Filho e o marido	Superior incompleto (Pedagogia)	Auxiliar administrativa	Formado em ciências da computação	2,5 mil/833
2 – Laura	25	União estável	3	7 anos 4 anos 5 meses	3 filhos e o marido	Ensino médio completo	Auxiliar administrativa	Instalador de chuveiro (desempregado)	900/180
3 – Rosalva	30	União estável	4	12 anos 11 anos 7 anos 5 anos	4 filhos e o marido	3º ano do ensino fundamental	Locutora de rádio	Camareiro em um hospital	1 mil/166
4 – Lia	32	União estável	3	15 anos 13 anos 8 anos	2 filhos e 1 filha (do meio), o namorado e um filho “adotivo” de 12 anos	4º ano do ensino fundamental	Cozinheira	Ajudante de pedreiro (desempregado)	1 mil/166
5 – Josefa	22	União estável	3	14 anos 9 anos 4 anos	2 filhos e o marido (a filha de 14 anos mora com a avó)	2º ano do ensino fundamental	Cozinheira (desempregada)	Professor de tênis	2 mil/500
6 – Ana Flávia	34	Casada	1	11 meses	Filha e o marido	Ensino médio completo	Faxineira diarista	Zelador	2,5 mil a 3 mil/ 833 a 1 mil

<b>Nome fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>No. de filhos</b>	<b>Idade dos filhos</b>	<b>Pessoas com quem reside</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Profissão do cônjuge</b>	<b>Renda familiar total/per capita, em R\$</b>
7 – Catarina	30	União estável	2	6 anos 6 meses	2 filhas e o companheiro	Superior incompleto (Pedagogia)	Professora (desempregada)	Armador na construção civil	2 a 3 mil/500 a 750
8 – Gisela	25	União estável	1	1 ano	Filha e marido	Ensino médio completo	Auxiliar administrativa	Motoboy	1,5 mil/500
9 – Lucimar	32	União estável	2	5 anos 3 anos	2 filhos e o marido	Ensino médio completo	Trabalhadora doméstica	Gerente de posto de gasolina	2 a 2,2 mil/500 a 550
10 – Miriam	33	União estável	2	17 anos 9 meses	2 filhos (uma bebê), o marido e o irmão dela de 16 anos	Ensino médio completo	Auxiliar de serviços gerais	Ajudante de montagem (construção civil)	2,1 mil/420
11 – Marilda	39	União estável (separada do primeiro marido)	2	16 anos 7 anos	2 filhas e o atual marido, que não é pai delas	3º ano do ensino fundamental	Trabalhadora doméstica	Pedreiro	2,2 mil/550
12 – Joana	26	União estável	1	2 anos e 8 meses	Filha e marido	Ensino médio completo	Operadora de caixa/trabalhadora doméstica	Manobrista	2 mil/666
13 – Telma	39	Casada	3	15 anos 14 anos 9 anos	3 filhas e o marido	3º ano do ensino fundamental	Faxineira diarista	Operador de grua	1,5 a 1,8 mil/300 a 360

